



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

**ANDRÉ FILIPE GOMES BEATO**

nº114112006

**A Igreja Católica e o Movimento Ecuménico: da  
Conferência de Edimburgo ao II Concílio do Vaticano  
(1910-1965)**

Dissertação Final sob orientação de:  
Prof. Doutor Paulo Fontes

Lisboa  
2018

*«Assim como Tu me enviaste ao mundo, também Eu os enviei ao mundo,  
e por eles totalmente me entrego, para que também eles fiquem a ser  
teus inteiramente, por meio da Verdade. Não rogo só por eles,  
mas também por aqueles que hão-de crer em mim, por meio da sua palavra,  
para que todos sejam um só, como Tu, Pai, estás em mim e Eu em ti;  
para que assim eles estejam em Nós e o mundo creia que Tu me enviaste.  
Eu dei-lhes a glória que Tu me destes, de modo que sejam um, como Nós somos Um.  
Eu neles e Tu em mim, para que eles cheguem à perfeição da unidade  
e assim o mundo reconheça que Tu me enviaste e que os amaste a eles como a mim».*

*(Jo 17, 18-23)*

## Resumo

O aparecimento do Movimento Ecuménico em 1910, em meio protestante, é fruto do desejo de unidade entre cristãos de várias Confissões, nos finais do século XIX e princípios do século XX. A divisão dos cristãos, escândalo para o mundo que compromete a credibilidade da mensagem evangélica, despertou neles a urgência do diálogo para derrubarem as barreiras da divisão, de modo a concentrarem-se no anúncio do único e mesmo Senhor Jesus Cristo.

A Igreja católica apresentou algumas dificuldades em reconhecer o Movimento Ecuménico Moderno e, por isso, inicialmente teve uma atitude oficial de resistência. Paulatinamente, foi percorrendo um caminho de abertura, ainda que lentamente, ao longo dos vários pontificados. Porém, surgiram no seio da Igreja católica algumas personalidades que foram pioneiras na causa ecuménica, que perceberam a urgência do ecumenismo e, neste sentido, desenvolveram iniciativas particulares que contribuíram para a construção e consolidação das bases ecuménicas dentro do catolicismo.

Só a partir do II Concílio do Vaticano, nomeadamente com o Decreto *Unitatis Redintegratio*, é que a Igreja católica mostrou uma nova atitude perante o Movimento Ecuménico Moderno e procurou, num espírito de renovação, uma nova fundamentação relativamente à prática do ecumenismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Ecuménico; Ecumenismo; Igreja católica; Atitude católica; Posições do Magistério; II Concílio do Vaticano; Decreto do Ecumenismo; *Unitatis Redintegratio*; Igrejas e Comunidades eclesiais.

## Abstract

The arising of the Ecumenical Movement in 1910 in the midst of protestant Christianity is the fruit of a desire of unity between Christians from different denominations, which rose in the end of the XIXth and beginning of XXth century. The division of Christianity, seen as a scandal to the world for compromising the credibility of the message of the Gospel, awoke the urgency of dialogue as a way to overturn the barriers that caused division, so as Christians would focus on proclaiming one and the same Lord Jesus Christ.

The Catholic Church initially resisted in recognizing the Modern Ecumenical Movement due to some issues it apparently presented. Nevertheless, progressively she slowly walked towards an acceptance of it, throughout the succeeding pontificates, having pioneer figures in the cause that understood the urgency of the matter. Some initiatives contributed to the building and consolidation of this ecumenical basis within Catholicism.

It was only with the Second Vatican Council, specifically with the decree *Unitatis Redintegratio* that the Catholic Church officially showed a new attitude towards the Modern Ecumenical Movement and sought new grounds for ecumenical practices.

**KEYWORDS:** Ecumenical Movement; Ecumenism, Catholic Church, Catholic Attitude, Magisterial stands, Catholic Pioneers, Second Vatican Council, Decree on Ecumenism, *Unitatis Redintegratio*, Churches and Ecclesial Communities.

## **Siglas**

CEI - Conselho Ecuménico das Igrejas

UR - Decreto sobre o ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, do II Concílio do Vaticano.

## Introdução

A presente dissertação insere-se no âmbito da conclusão do Mestrado Integrado em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa, no campo da Teologia histórica. O que nos levou a escolher este tema foi o gosto pela temática ecuménica, não só pelo facto de ser uma das questões que mais marcou a vida da Igreja no século XX, mas também porque o ecumenismo, apesar da sua complexidade se mantém tarefa atual nos dias de hoje.

A história do Cristianismo está marcada por cismas, que ao longo dos séculos dividiram os cristãos em inúmeras Confissões. As divergentes hermenêuticas doutrinárias, as querelas políticas e as diferentes tradições religiosas contribuíram para a divisão da Cristandade. Essas cisões causadas acentuaram ainda mais as diferenças entre elas, originando em muitos momentos da história as chamadas guerras de religião, que deixaram marcas profundas, quer a nível material quer a nível psicológico. Marcas que incentivaram a construção de preconceitos, que levantaram barreiras de ódio e muros de incompreensões, dificultando assim, cada vez mais, o encontro e o diálogo entre os cristãos, que passaram a viver lado a lado e de costas voltadas.

O Movimento Ecuménico Moderno<sup>1</sup>, que nasce em meio protestante, foi consequência do caminho percorrido por muitos cristãos em ordem à reconstrução da unidade perdida, principalmente nos finais do século XIX, princípios do século XX. Não que antes os cristãos não tivessem trabalhado pela unidade, mas porque neste tempo moderno, marcado pela crescente secularização, pelo confronto com a situação de diversidade religiosa em contexto missionário e pela necessidade de um aprofundamento doutrinário, a divisão entre as grandes tradições e Confissões cristãs tornou-se numa questão teológica e eclesial, levando algumas personalidades a tomarem consciência do escândalo da situação em que se encontravam. Afinal não estavam a ser fiéis à mensagem de Jesus, que antes de se entregar à morte, tinha rezado ao Pai pela unidade dos seus discípulos.

Sabemos que a Igreja católica teve algumas resistências em entrar no Movimento Ecuménico. A atitude que adotou nem sempre foi a mesma, mostrando-se inicialmente numa atitude de reserva e recusa. Porém, não deixou de percorrer um caminho, ainda que longo, de abertura e entrada no ecumenismo, concretizado plenamente só com o II Concílio do Vaticano. Aqui, quando falamos em «atitude» perante a tarefa ecuménica teremos que ter em conta dois planos: a atitude por parte da autoridade magisterial, a atitude dita oficial, e a atitude por parte de algumas personalidades e setores específicos, que a título pessoal, ou seja,

---

<sup>1</sup> Quando aqui referimos Movimento Ecuménico «Moderno», queremos assinalar as iniciativas plurais levadas a cabo por muitas personalidades nos finais do século XIX e princípios do século XX. No corpo do trabalho utilizaremos apenas «Movimento Ecuménico».

não oficial, entraram desde o início na causa ecuménica e contribuíram para a construção e consolidação das bases ecuménicas no seio do próprio catolicismo.

Com este trabalho, o nosso objetivo não é explorar a história do Movimento Ecuménico. O que pretendemos apresentar é a atitude da Igreja católica, ou seja olhar para o caminho que a Igreja católica foi fazendo em ordem à sua participação e entrada oficial no dito movimento. Porém, será necessário apresentar alguns elementos históricos do Movimento Ecuménico, como simples contextualização.

Neste sentido, optamos por delimitar o trabalho no período temporal entre 1910 e 1965, isto é, desde a Conferência de Edimburgo, que é considerada o marco oficial do Movimento Ecuménico moderno até ao termo do II Concílio do Vaticano.

Optámos por dividir o trabalho em três partes. Na primeira parte, procura-se apresentar a génese e desenvolvimento deste Movimento Ecuménico, dividido em três capítulos: desde as suas origens, aos fatores determinantes para a sua consolidação como movimento e o caminho percorrido até à constituição do Conselho Ecuménico das Igrejas. Não desenvolvemos muito esta parte, pois não é este o nosso foco essencial. Contudo, é indispensável expormos, ainda que brevemente, alguns dados, que nos ajudarão depois a perceber quais foram os dinamismos do ecumenismo moderno e entrar na segunda parte.

Na segunda parte, como núcleo de todo o trabalho, pretendemos olhar para as atitudes e posicionamentos da Igreja católica em face do Movimento Ecuménico. Esta parte está dividida em três capítulos: um primeiro sobre as iniciativas católicas que a nível particular foram surgindo, bem como algumas instituições e centros ecuménicos mais relevantes; um segundo capítulo onde são apresentados algumas das personalidades católicas que se destacam pela sua paixão ecuménica e um terceiro capítulo onde é exposta a posição adotada por parte dos Papas, que exerciam então no catolicismo a autoridade doutrinal suprema entre Concílios.

Na terceira parte, procuramos expor precisamente o significado do II Concílio do Vaticano para a atitude ecuménica da Igreja católica: concentrar-nos-emos no Decreto sobre o Ecumenismo - *Unitatis Redintegratio* - analisando em síntese a mudança doutrinal fundamental adotada pelo texto conciliar, bem como alguns pontos a ter em conta da prática católica no ecumenismo.

## PARTE I

### Génese e desenvolvimento do Movimento Ecuménico

Apresentado o objetivo da presente dissertação, não podemos observar nem refletir sobre a posição da Igreja católica perante o Movimento Ecuménico, sem previamente olharmos para os antecedentes que levaram à sua génese. Assim, esta primeira parte procura, em primeiro lugar, mostrar o caminho feito pelos cristãos em ordem à génese do Movimento Ecuménico, fruto da consciência ecuménica que foi amadurecendo ao longo do tempo, e salientar os fatores de consolidação do Movimento nos finais do século XIX e princípios do século XX. Em segundo lugar, pretende apresentar o percurso realizado desde a Conferência Missionária Mundial de Edimburgo, em 1910, de onde nascem três grandes movimentos: o Movimento «Fé e Constituição», o Movimento «Vida e Ação» ou «Cristianismo Prático» e o «Movimento Missionário Mundial» que vieram a formar e a integrar o Conselho Ecuménico das Igrejas.

#### 1- As origens do Movimento Ecuménico

Antes de olharmos para o caminho percorrido que deu origem ao Movimento Ecuménico, torna-se necessário, primeiro que tudo, recorrer à etimologia da palavra «ecumenismo», para compreender o seu verdadeiro significado e saber o que estamos a referir quando falamos de ecumenismo e de movimento ecuménico.

A palavra «ecumenismo» nem sempre foi utilizada no mesmo contexto e por isso não quis traduzir sempre o mesmo sentido, chegando a ter diferentes acentuações ao longo da história do Cristianismo. A palavra tem como raiz o termo grego *oikos*, que quer dizer: casa, aldeia, habitação. Assim, na sua origem, a palavra *oikouméne* quer significar a «terra habitada», o «mundo conhecido e civilizado», o «universo». Segundo o testemunho antigo dos Padres da Igreja, *oikouméne* dizia respeito à «Igreja Universal». No tempo do Império Romano significava o próprio império e, na circunstância em que o Cristianismo se torna religião oficial, a palavra dizia respeito, por isso, à «Igreja Inteira». Na realidade, como podemos ver, o significado da palavra variou consoante o contexto em que foi utilizada: contexto geográfico, político ou eclesiástico.

Depois da queda do Império Romano, a palavra perde o sentido político e centra-se no sentido eclesial, passando a significar a «Igreja Universal». Os próprios Concílios primitivos

vão designar-se de «Concílios Ecuménicos» e os grandes credos da Igreja Antiga são também chamados de «credos ecuménicos». Muito mais tarde, a partir do século XIX, precisamente em contexto do Movimento Ecuménico nascente, a palavra «ecumenismo» ganha uma interpretação moderna, ou seja, vai ser utilizada paulatinamente para designar as relações entre os cristãos divididos, expressando o esforço no diálogo para alcançar a unidade<sup>2</sup>. De facto, a palavra «ecumenismo» foi tendo várias acentuações, mas vai alcançar no século XX um «sentido preciso no vocabulário teológico e eclesial para sinalizar a nova consciência cristã perante os problemas das divisões dos cristãos»<sup>3</sup>. É a partir desta altura que a palavra «ecumenismo» se vai referir precisamente às relações e iniciativas de diálogo entre os cristãos em ordem à unidade cristã, desejando assim derrubar barreiras e superar divergências a nível da compreensão e da vivência da fé<sup>4</sup>.

Agora que já olhámos para o sentido da palavra «ecumenismo» e para a evolução do seu significado ao longo dos séculos, de seguida analisamos o percurso feito por muitos cristãos nos séculos XIX e XX em ordem à génese do Movimento Ecuménico. A crescente tomada de consciência ecuménica e o surgimento de alguns fatores são fundamentais para a sua consolidação.

### **1.1- Divisão da cristandade e consciência ecuménica**

Quando falamos de Movimento Ecuménico referimo-nos ao contributo de muitas pessoas que promoveram uma corrente de pensamento e de ações tendo em vista uma contribuição para a causa da unidade entre os cristãos, principalmente nos finais do século XIX e princípios do século XX. Essas pessoas, que de certo modo foram pioneiras na causa ecuménica, levaram avante um conjunto de gestos e protagonizaram sucessivas acções, com a colaboração de muitas comunidades que se mostraram atentas aos sinais dos tempos, para promover caminhos de reconciliação em ordem à unidade da mesma fé e de comunhão entre as diversas Confissões cristãs<sup>5</sup>.

É preciso notar que, embora se tenha tornado urgente, o problema ecuménico não é algo novo. O ecumenismo não surge por acaso e não é exclusivamente uma preocupação moderna. O ecumenismo como sensibilidade atenta à missão da Igreja e preocupação por ela está presente na vida dos cristãos desde os primeiros cismas e divisões na Igreja. Como o Cristianismo, desde o princípio, experimentou a separação dos seus membros em novos

---

<sup>2</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011, pp.15-16.

<sup>3</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 17.

<sup>4</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 17.

<sup>5</sup> Cf. J. BOSCH, *Para compreender el ecumenismo*, Verbo Divino, Estella, 1991, p. 114.

grupos eclesiais, provocada pelos pecados, pelas incompreensões, pelas interpretações diferentes da doutrina e pelas circunstâncias políticas e histórico-contextuais, que criaram obviamente tensões, houve sempre necessidade de estabelecer a unidade e de colmatar as divisões em ordem a um testemunho credível do Evangelho. Tensões que ao longo dos séculos acabaram por marcar, por ferir profundamente a história do Cristianismo, ou melhor, por denegrir a ideia da universalidade da Igreja na sua unidade. As rupturas chegaram ao limite de se travarem lutas violentas e contínuas entre cristãos, aumentando cada vez mais as diferenças, os preconceitos e as incompreensões. Por exemplo, vimos isso acontecer nos cismas dos primeiros concílios, em 1054, entre ortodoxos e católicos e, em 1517, entre protestantes e católicos<sup>6</sup>.

Estes cismas foram vistos sempre com preocupação e, em épocas diferentes, foram sendo realizados esforços por muitos cristãos para ultrapassar essas querelas e tentar a reaproximação. No século XVI, durante as guerras religiosas na Europa, por exemplo, levantaram-se vozes de apelo à unidade: foi o caso de Erasmo, Hugo van Groot e Cristóbal de Rojas y Spínola. No século XVII, dois nomes bem conhecidos, Bossuet (católico) e Leibniz (protestante), chegaram a trocar correspondência criando pontes de diálogo entre os dois lados. Defendiam e permaneciam firmes nos princípios da unidade, excluindo e condenando toda a violência praticada entre os cristãos nas guerras religiosas<sup>7</sup>.

Observamos que a atitude ecuménica estava presente entre os cristãos desde os primeiros cismas; embora não adotasse essa nomenclatura, havia a consciência de que era preciso reencontrar a unidade e a comunhão da Igreja. A divisão entre os cristãos foi sempre considerada um escândalo, mas nos finais do século XIX e princípios do século XX é que se adquire uma nova e mais apurada consciência de escândalo num mundo que estava em mudança<sup>8</sup>. Não se tratando de uma nova descoberta, no entanto a preocupação pelo ecumenismo assumiu uma acentuação maior e tornou-se prioritária nestes séculos. De facto, houve momentos e esforços de aproximação entre católicos e ortodoxos e mesmo com as Confissões derivadas da Reforma Protestante durante os séculos XVI, XVII e XVIII, os quais ocorreram em circunstâncias difíceis e muitos deles através de iniciativas individuais. Na verdade, qualquer iniciativa ecuménica seria sempre realizada com algumas dificuldades, dados os choques violentos entre os cristãos durante as guerras de religião, que deixaram profundas marcas, quer materiais quer psicológicas. Referindo-nos a estes encontros que foram sendo realizados a título mais privado, pontuais e em pequena escala, não podemos

---

<sup>6</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, Editorial Missões, 1962, pp. 19-23.

<sup>7</sup> Cf. D. GRINGS, *Vitalidade do Cristianismo no século XX*, p. 80.

<sup>8</sup> Cf. J. E. VERCRUYSSSE, "Ecumenismo", in *Dicionário de Teologia Fundamental*, dirigido por René Latourelle y Rino Fisichella, San Pablo, 1992, p. 358.

falar propriamente em movimento ecuménico e será mais pertinente falar em tentativas de reaproximação. O movimento ecuménico, propriamente dito, só surge mais tarde<sup>9</sup>.

O amadurecimento da consciência ecuménica, que nos séculos XIX e XX se procurou viver, «representa um salto qualitativo no modo de relacionamento entre as Confissões cristãs»<sup>10</sup> após as separações, contribuindo para a instituição do movimento. Inicia-se assim a construção de um novo caminho, atenuando as rivalidades através do diálogo ecuménico<sup>11</sup>.

O Movimento Ecuménico surge no meio protestante, no espaço anglo-saxónico, mas não aparece de um dia para o outro: há um conjunto de acontecimentos que foram favoráveis para a sua origem<sup>12</sup>. Houve um desenrolar de acontecimentos, de certas iniciativas de aproximação ecuménica no século XIX, princípios do século XX, que começaram a delinear, cada vez mais, os contornos de um movimento<sup>13</sup>. Sem estes esforços ecuménicos não se pode entender o Movimento Ecuménico tal como se apresentou no século XX.

Neste sentido, apenas apresentaremos alguns passos mais significativos da aproximação entre os cristãos para podermos perceber a perspetiva ecuménica. Muitos cristãos empenharam-se muito cedo no ecumenismo, porque tinham a profunda convicção de que a unidade era possível. De entre os vários contributos no empenho ecuménico, destacamos o papel do missionário batista, William Carrey, que em 1806 começou a pensar num encontro em que participassem as diversas Confissões cristãs. Propôs então para o ano de 1810 uma reunião a realizar-se no Cabo da Boa Esperança. Um dos seus companheiros, o secretário da Sociedade Missionária Baptista, não o apoiou na ideia e a reunião acabou por não se realizar<sup>14</sup>. É sobretudo no âmbito da missão que a perspectiva ecuménica começa a ser vislumbrada, porque foi nessa realidade que as várias Confissões cristãs se enfrentaram e perceberam que era necessário reunirem-se para terem maior credibilidade nas suas atividades missionárias<sup>15</sup>.

No século XIX, o campo protestante, mais consciente da sua fragmentação, deu passos em ordem à união e são muitos os exemplos de aproximação para a unidade tão desejada, ainda que aqui se apresentem os mais importantes. Em 1846, surgia em Londres a Aliança Evangélica Universal, uma sociedade interconfessional que tinha por objetivo preparar um concílio ecuménico evangélico universal. Parece ter sido esta a primeira vez que a palavra «ecumenismo», no sentido moderno do termo, foi aplicada pelo francês Adolphe Monod,

---

<sup>9</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 25.

<sup>10</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 19.

<sup>11</sup> Cf. D. GRINGS, *Vitalidade do Cristianismo no século XX*, p. 81.

<sup>12</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 29.

<sup>13</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 33.

<sup>14</sup> Cf. J. BOSCH, *Para compreender el ecumenismo*, p. 114.

<sup>15</sup> Cf. Z. DIAS, “O Movimento Ecuménico: história e significado”, in *Numen: revista de estudos e pesquisa de religião* (2010), p. 134.

quando agradecia aos ingleses o «fervor da sua piedade» e o «espírito verdadeiramente ecuménico» que tinham demonstrado<sup>16</sup>.

Na segunda metade do século XIX, surgiram os primeiros movimentos juvenis, Alianças confessionais e Associações internacionais de cristãos que marcaram o ritmo do empenho ecuménico. Muitos jovens cristãos iniciaram o seu empenhamento pelo ecumenismo criando as chamadas sociedades da juventude cristã, isto é, movimentos de piedade interconfessionais: em 1844, surgiu em Londres a mais antiga União Cristã de Jovens; em 1878, foi fundada a União Cristã dos Jovens (YMCA) e a sua similar União Cristã das Jovens, em 1894<sup>17</sup>; em 1886, nasceu o Movimento de Estudantes Voluntários para as Missões Estrangeiras. Relativamente ao luteranismo foi criado, em 1868, a Aliança Luterana Mundial<sup>18</sup>.

Também muitas Igrejas que tinham a mesma origem, mas que viviam separadas no espaço geográfico, começaram a ter interesse umas pelas outras. Houve um empenho no estabelecer de relações, o que levou em 1875 à criação da Aliança das Igrejas Reformadas. Mais tarde, em 1881, reuniu-se a Conferência Universal Metodista num total de 28 Igrejas. Dez anos depois, em 1891, aconteceu pela primeira vez o Conselho Congregacionista Internacional. Numa escala maior, surgiu em 1895 a Federação Mundial dos Estudantes Cristãos por iniciativa de John Mott. As Igrejas batistas, impelidas pelo mesmo empenho ecuménico, tiveram também uma reunião idêntica à dos Metodistas em 1905 - Aliança Baptista Universal<sup>19</sup>.

A questão da unidade com a Igreja católica ainda não se tinha colocado explicitamente e essa questão veio a ser colocada pelo anglicanismo<sup>20</sup>. Os anglicanos tomaram um caminho diferente das outras correntes protestantes, pois a sua aproximação com o catolicismo era mais viva. Em 1867, os bispos reuniram-se numa conferência em Lambeth<sup>21</sup> e o chamado movimento de Oxford impulsionou uma aproximação da Igreja anglicana (*High Church*) com a Igreja católica, afirmando assim que era uma descendente direta de Roma. Os anglicanos defendiam que, para além de uma unidade pietista, como entendiam ser o caso dessas uniões entre movimentos estudantis e algumas Igrejas e Confissões cristãs, era preciso remontar à doutrina dos Padres da Igreja. Diziam que esses movimentos pietistas não passavam de uma utopia inalcançável<sup>22</sup>.

---

<sup>16</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 16.

<sup>17</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 31-32.

<sup>18</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, pp. 34-35.

<sup>19</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 31-32.

<sup>20</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 47.

<sup>21</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 34.

<sup>22</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 51.

Aos olhos do movimento de Oxford, a unidade cristã autêntica seria quando acontecesse a união entre a Igreja católica, a Igreja anglicana e a Igreja ortodoxa. Esta ideia encontrava-se presente nos fundadores da APUC (Associação para a Promoção da União da Cristandade), fundada em 1857 pelo padre anglicano Georges Lee. Esta associação era um agrupamento ecumênico sustentado na oração pela unidade da Igreja. Faziam parte dela alguns padres católicos. O grande empenho de Georges Lee e o entusiasmo no desejo de união fez com que fosse repreendido por alguns bispos anglicanos. Havia quem simpatizasse com a associação e havia quem não simpatizasse. A APUC seria mais tarde condenada pelo Santo Ofício, em 16 de setembro de 1864, pela carta *Ad omnes episcopos Angliae*<sup>23</sup>.

Mas o que se acaba de referir não significa que o problema ecumênico no anglicanismo ficou preso à questão católica. Essa perspectiva diz respeito ao movimento de Oxford, constituindo essencialmente pela *High Church*. As outras correntes anglicanas procuravam uma união com as Igrejas Reformadas e apoiavam as sociedades missionárias e movimentos de estudantes. A par disso, também houve alguma preocupação com o lado ortodoxo. Ora, foi neste espírito amplamente atento que o anglicanismo contribuiu para a formação do pensamento ecumênico: primeiramente por ter colocado o problema da unidade católica nos setores da *High Church* e por outro lado, por refletir a unidade com as outras Igrejas reformadas e a ortodoxa<sup>24</sup>.

Todo este conjunto de iniciativas e o surgimento de novas associações e de movimentos de união entre os jovens cristãos prepararam o terreno da cooperação ecumênica que se viria a desenvolver no princípio do século XX.

## **1.2- Emergência e consolidação do Movimento Ecumênico**

Depois de apresentarmos algumas das iniciativas e dinâmicas de reunião e convergência entre as diversas Confissões cristãs que estiveram nas origens do ecumenismo moderno, cabe agora olhar para os fatores que foram determinantes para a emergência do ecumenismo como questão teológica e eclesial, e consequente consolidação do Movimento Ecumênico, isto é, olhar para os fatores que contribuíram para um «ambiente favorável à eclosão das ideias ecumênicas»<sup>25</sup>.

Um dos principais fatores que ajudaram ao crescimento da consciência ecumênica foi o movimento pietista que surge no meio protestante, imbuído de um impulso de renovação espiritual. Nos círculos de estudantes cristãos começa a redescobrir-se a centralidade da Bíblia

---

<sup>23</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 51-56.

<sup>24</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 59-61 e 65.

<sup>25</sup> Cf. B. X. COUTINHO, “O Movimento Ecumênico e a Igreja Católica”, in *Estudos Teológicos. Ecclesiológica e Ecumenismo*, Gráfica de Coimbra, 1967, p. 16.

como fonte de espiritualidade renovada, o que levou necessariamente a encontros a nível internacional entre jovens de diferentes denominações<sup>26</sup>.

Outro fator articula-se com a questão da missionação no século XIX, ou seja, com a experiência que foi sendo vivida entre os cristãos de várias Confissões cristãs nas terras de missão, marcada quer por situações de concorrência entre as diversas Igrejas, quer pela necessidade de colaboração entre si. No fim do século XIX assistiu-se a uma grande expansão missionária em novas terras e os contactos entre os cristãos das várias tradições religiosas tornam-se frequentes e necessários. Com estes constantes encontros nos trabalhos de missão, pensou-se realizar uma aproximação em que se definisse em comum o anúncio do Evangelho, tendo o cuidado de não apresentar aos povos evangelizados divergências doutrinárias importantes. De facto, tornou-se importante a questão da coerência e o perigo que era a diferença na pregação que colocava em causa a credibilidade da mensagem<sup>27</sup>. A criação de movimentos cristãos de jovens e as primeiras reuniões entre Igrejas com a mesma origem e a mesma teologia são testemunhos de que o desejo pela unidade estava a dar os seus primeiros passos. São sintomas de que a consciência ecuménica estava a levar a uma unificação progressiva entre os protestantes<sup>28</sup>.

Outro fator ainda foi o aparecimento dos problemas sociais associados à industrialização e particularmente ao terror vivido nas duas Guerras Mundiais<sup>29</sup>. Era importante que as Igrejas, perante as circunstâncias da guerra e do que ela causou, tivessem respostas para dar num momento difícil. O testemunho comum e a palavra anunciada tornavam-se muito importantes.

A intuição profética de alguns cristãos que olhavam para a realidade e sentiam a necessidade de se estabelecer um diálogo ecuménico profundo entre os cristãos que viviam separados é outro grande fator que ajudou no crescimento da consciência ecuménica. Estes cristãos propuseram várias iniciativas e tomaram decisões que nem sempre foram compreendidas e algumas vezes encontraram mesmo fortes resistências oficiais<sup>30</sup>.

Quando falamos do associativismo cristão não podemos esquecer os vários fenómenos políticos, sociais e culturais que estão por detrás e o estimulam e justificam. De facto, há uma nova presença do cristianismo na sociedade. Quer no mundo do trabalho, quer no mundo académico, há necessidade de uma nova presença cristã fruto do êxodo das pessoas do campo para a cidade. As grandes tradições confessionais, os católicos, os luteranos e os calvinistas,

---

<sup>26</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 33.

<sup>27</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 34.

<sup>28</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 32.

<sup>29</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 34.

<sup>30</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 34.

que viviam separados geograficamente, com o êxodo rural vão encontrar-se nas cidades, o que possibilita o encontro. Vão partilhar a escola, o bairro, o trabalho e outros espaços e descobrem que, apesar das diferenças, têm algumas coisas em comum. É a partir deste fator que se viu surgirem movimentos e instituições cristãs que influenciaram o futuro do Movimento Ecuménico<sup>31</sup>.

No século XIX, a par das iniciativas que se iam realizando, umas mais locais outras a um nível mais amplo, surgiam vozes num tom mais ou menos profético de alguns pensadores que ecoaram e ganharam raízes na sociedade. Eles acreditavam numa reconciliação entre os cristãos. Alexandre Vinet, Ernest Naville e Tommy Fallot são três pensadores da época que olhavam para a separação dos cristãos e acreditavam que era reversível a situação em que o Cristianismo se encontrava<sup>32</sup>.

Destes três cito uma frase de Tommy Fallot, que dizia: «(...) Deus unirá, mais tarde ou mais cedo, aquilo que os homens separaram (...). A nossa missão é a de preparar esse glorioso encontro, despertando nuns e noutros a necessidade de se compreenderem e de se amarem»<sup>33</sup>. Também outro pensador, o filósofo Soren Kierkegaard, tinha sublinhado a importância do protestantismo e do catolicismo como dois ramos que não podem existir um sem o outro, realçando a sua importância conjunta<sup>34</sup>.

O Movimento Ecuménico pode considerar-se como uma peregrinação longa de vontades, atitudes e sonhos na procura da unidade visível entre os cristãos, a qual se realizaria através da colaboração, do testemunho partilhado e da ação comum entre as diversas Confissões cristãs<sup>35</sup>.

É assim que, através dos fatores de consolidação e das vozes proféticas de muitos, assistimos ao amadurecimento da consciência ecuménica originando conseqüentemente encontros onde se estabeleceram importantes diálogos entre os cristãos. Contudo, crescia a necessidade de um encontro universal e, caminhava-se na concretização do sonho de reunir os cristãos numa Conferência Mundial.

A Conferência Missionária Mundial, realizada em Edimburgo<sup>36</sup>, é a concretização desse sonho de muitos cristãos. É o início de um novo caminho, que congregou cristãos de toda a parte e é o princípio de uma história de relações de diálogo que marcaria a história do ecumenismo nos tempos modernos.

---

<sup>31</sup> Cf. J. BOSCH, *Para compreender el ecumenismo*, p. 115.

<sup>32</sup> Cf. M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, Livraria Moraes Editora, Lisboa, 1962, p. 15.

<sup>33</sup> T. FALLOT cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. 15.

<sup>34</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 39.

<sup>35</sup> Cf. F. SOARES, O diálogo ecuménico enquanto diálogo com o «outro», in *Comunicação & cultura* 11 (2011), p. 66.

<sup>36</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 36.

## 2- A Conferência de Edimburgo (1910) e o Movimento Ecuménico

Nos primeiros anos do século XX começava já a delinear-se a necessidade de um encontro mundial entre os cristãos. Tudo caminhava para o tão desejado encontro que foi sonhado por muitos cristãos. Nunca antes tinha ocorrido na história do cristianismo um desejo tão grande de união como aquele que foi sendo desenvolvido nos finais do século XIX. Os movimentos missionários foram importantes, porque interpelavam os cristãos sobre a necessidade de cooperação, como possibilidade de encontrar um testemunho comum da mensagem cristã nas terras de missão, e também porque fomentaram o conhecimento mútuo.

É então que em 1910 se realiza a Conferência Missionária Mundial em Edimburgo. Todo o percurso feito até este momento significou a aceitação progressiva do desafio que a unidade levantou à ação evangelizadora das Igrejas<sup>37</sup>. Esta Conferência é considerada por muitos autores como o início do Movimento Ecuménico no século XX. É o «marco oficial iniciador do movimento ecuménico nos tempos modernos»<sup>38</sup>.

Dada a amplitude representativa deste acontecimento, o encontro de Edimburgo é considerado universal, embora não de maneira absoluta, pois as missões católicas não foram convidadas e as missões ortodoxas, quase inexistentes, não estavam presentes<sup>39</sup>. No entanto, é olhado como o motor de arranque definitivo do ecumenismo moderno não católico romano<sup>40</sup>. Em Edimburgo constituiu um encontro ecuménico bastante representativo à escala mundial, pois nele participaram 1335 delegados das 159 sociedades missionárias existentes até então<sup>41</sup>.

A Conferência Missionária Mundial de Edimburgo é, como o próprio nome indica, resultado da convergência dos movimentos missionários, nomeadamente dos movimentos estudantis protestantes e anglicanos. Surge para tratar dos principais problemas que haviam ocorrido no âmbito da ação missionária<sup>42</sup>.

Os grandes impulsionadores da Conferência Missionária Mundial de Edimburgo foram determinantes para a sua realização. Um dos principais promotores foi John Mott, um leigo metodista americano, que assegurou a presidência do encontro. John Mott já tinha impulsionado alguns encontros nos finais do século XIX<sup>43</sup>.

---

<sup>37</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 118.

<sup>38</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, pp. 36-37.

<sup>39</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 113-114.

<sup>40</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, Ed. Centro Ecuménico Juan XXIII, Salamanca, 1971, p.6.

<sup>41</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 37.

<sup>42</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 6.

<sup>43</sup> Foi John Mott que fundou, em 1895, a Federação Mundial de Estudantes Cristãos. Mostrou grande empenho ecuménico, ao percorrer alguns países, promovendo entre os movimentos estudantis e missionários o trabalho pela unidade entre os cristãos.

Outra figura importante foi também o leigo escocês, Joseph H. Oldham, braço direito de John Mott, que desempenhou o cargo de secretário da Conferência. Depois, William Temple, que viria a ser bispo de Cantuária, e John Baillie, um professor na Universidade de Edimburgo, foram outros dois membros nucleares do encontro. A representação anglicana era ainda composta pelo arcebispo Randall Davidson. A estes nomes podemos acrescentar Charles H. Brent, Bispo da Igreja episcopaliana dos Estados Unidos, e ainda algumas figuras de protestantes europeus (Julius Richter, da Alemanha, e Alfred Boegner, da França) bem como asiáticos (Cheng Ching, da China, e Azariah, da Índia)<sup>44</sup>.

O Comité preparatório da Conferência tinha elaborado um documento de modo a que as sociedades missionárias estudassem previamente os pontos a serem tratados em Edimburgo<sup>45</sup>. O documento era composto pelos seguintes temas: o Evangelho em face do mundo não cristão; a Igreja e o campo missionário; a educação e cristianização da vida nacional; a mensagem missionária e as religiões não cristãs; a preparação dos missionários; os missionários e os governos; a cooperação e promoção da unidade<sup>46</sup>.

Como podemos observar, as questões que foram abordadas em Edimburgo eram questões que diziam respeito à prática cristã nas terras de missão e não eram propriamente questões dogmáticas das Igrejas. Parece que os anglicanos tinham exigido, como condição de participação, que não se tratassem dessas questões. Charles H. Brent é que propõe a ideia de se realizar mais para a frente uma Conferência Mundial com o objetivo de refletir os assuntos relativos à fé e constituição das Igrejas<sup>47</sup>.

De facto, um dos principais objetivos a alcançar nesta Conferência era responder às preocupações que se tinham tornado presentes no campo das missões. As sociedades missionárias enfrentavam um problema, que era o contacto com populações de outras tradições religiosas não cristãs. Perante tal problemática, era fundamental uma colaboração entre os cristãos, para que se estabelecessem objetivos para a evangelização e se empenhassem na procura da unidade. Essa foi a principal razão para convocação da Conferência Missionária Mundial de Edimburgo. Por isso é que o título geral do documento preparatório era: «Problemas que surgem no confronto entre missões cristãs e religiões não cristãs»<sup>48</sup>.

As divisões entre os cristãos eram olhadas como um obstáculo à evangelização e, por consequência, à credibilização da mensagem cristã. Os delegados das jovens Igrejas asiáticas

---

<sup>44</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 118.

<sup>45</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 118.

<sup>46</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 6.

<sup>47</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 38.

<sup>48</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 118.

reconheceram o papel importante dos missionários, por terem dado a conhecer e a amar Jesus Cristo. No entanto, as divisões causavam escândalo entre os povos que eram evangelizados<sup>49</sup>. Assim, num tom acusatório, testemunharam os delegados dessas Igrejas na Conferência de Edimburgo:

«Vós enviastes-nos missionários que nos fizeram conhecer Jesus Cristo, e nós vo-lo agradecemos. Mas trouxestes-nos, também, as vossas distinções e divisões: uns pregam-nos o metodismo, outros o luteranismo, o congregacionismo ou o episcopalismo. Pois nós pedimos-vos que nos preguéis o Evangelho e que deixeis Jesus Cristo, Ele próprio, suscitar no meio dos povos, pela acção do Espírito Santo, a Igreja segundo as suas exigências de acordo com o génio da nossa raça, o que constituirá a Igreja de Cristo no Japão, a Igreja de Cristo na China, a Igreja de Cristo na Índia, liberta de todos os *ismos* com que vós infectais a pregação do Evangelho entre nós»<sup>50</sup>.

A Conferência Missionário Mundial de Edimburgo foi o início oficial de um longo percurso ecuménico que se desenvolveu nos anos seguintes. Como pudemos observar, neste encontro, realizado essencialmente por protestantes e anglicanos, não estavam presentes representantes católicos nem ortodoxos por não terem sido convidados. Porém, no final da Conferência esta preocupação foi notada, e o bispo episcopaliano, Charles H. Brent, afirmou que era necessário não esquecer no futuro estas duas famílias cristãs. E assim foi o que aconteceu: nos anos seguintes, iniciaram-se os contactos com os católicos e ortodoxos com o objetivo de virem a ser integrados nas futuras assembleias ecuménicas<sup>51</sup>.

No fim da Conferência de Edimburgo nasceram três movimentos: o «Conselho Internacional das Missões», o Movimento «Vida e Ação» ou «Cristianismo Prático» (*Life and Work*) e o Movimento «Fé e Constituição» (*Faith and Order*). Estes movimentos serão apresentados de seguida, destacando apenas algumas conferências mais significativas.

## 2.1- Conselho Internacional das Missões

Tinha resultado do encontro de Edimburgo, em 1910, um «Comité de continuação» para dar sequência aos trabalhos realizados deste então. Assim, o Conselho Internacional das Missões surge como continuação dos trabalhos, essencialmente de teor missionário. Esse «Comité de continuação» começou a publicar logo em 1912 uma revista intitulada «The International Review of Missions». A publicação da revista teve que ser interrompida por causa da I Guerra Mundial (1914-1918)<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> Cf. M. BOEGNER, *L'Exigence Œcuménique (Souvenirs et perspectives)*, Editions Albin Michel, Paris, 1968, p. 26.

<sup>50</sup> Citado in B. X. COUTINHO, “O Movimento Ecuménico e a Igreja Católica”, in *Estudos Teológicos. Eclesiologia e Ecumenismo*, Gráfica de Coimbra, 1967, p. 15.

<sup>51</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 119.

<sup>52</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 7.

Os trabalhos foram retomados depois deste grande conflito mundial por iniciativa de John Mott e de Joseph H. Oldham. Essencialmente, este Conselho Internacional das Missões cooperou nas tarefas da unidade no contexto das missões<sup>53</sup>. Este objetivo tornou-se prioritário dadas as divisões entre os missionários protestantes. Percebeu-se que era necessário «sustentar os princípios evangélicos que são comuns entre os cristãos»<sup>54</sup>. Este encontro foi realizado em 1921, em Lake Mohonk (USA)<sup>55</sup>.

A segunda Conferência Missionária realizou-se em 1928, na cidade de Jerusalém, tendo como lema: «Que sejam um, para que o mundo creia». Foi recordada a urgência de se estabelecer uma colaboração ainda mais estreita entre as Igrejas, dadas as necessidades humanas, tomando a evangelização como prioridade<sup>56</sup>.

Entretanto, pouco a pouco, o Conselho Internacional das Missões, nas pessoas dos seus dirigentes continuou a desenvolver os seus trabalhos. Destacamos o papel desempenhado por Joseph H. Oldham, que impulsionou um conjunto de propostas, tendo sido recebidas como úteis para o cumprimento dos objetivos do Conselho Internacional das Missões. Dessas propostas sublinhamos a constituição do «Comité provisório», em 1938, no encontro de Utreque (Holanda). Nesse mesmo ano, em Tambaran (Índia), criou-se o «Comité de coordenação» entre o Conselho Internacional das Missões e o «Comité provisório» de Utreque, com o objetivo de ajudar as Igrejas jovens. Destaca-se ainda outro encontro, em 1947 em Whitby (Canadá) onde se constituiu a Comissão das Igrejas para os assuntos internacionais. O Conselho Internacional das Missões reuniu-se ainda mais vezes, em 1952 em Willingen (Alemanha) e em 1958 no Gana<sup>57</sup>.

Ora foram estes pequenos passos que constituíram a forma de trabalhar do Conselho Internacional das Missões, realizando-se progressivamente vários encontros sucessivos. Mais tarde, em 1961, o Conselho Internacional das Missões veio a incorporar-se no Conselho Ecuménico das Igrejas, em Nova Deli (Índia).

## **2.2- Movimento «Vida e Ação» ou «Cristianismo Prático»**

Na Europa, antes da I Guerra Mundial tinham-se realizado alguns Congressos para o Cristianismo Social, com o objetivo de unir a prática dos cristãos perante os novos problemas sociais existentes na sociedade moderna. Apesar das diferenças doutrinárias entre os cristãos havia a prática da caridade que os unia, por isso, o lema adotado pelo movimento era: «a

---

<sup>53</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 7.

<sup>54</sup> B. X. COUTINHO, “O Movimento Ecuménico e a Igreja Católica”, p. 16.

<sup>55</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 125.

<sup>56</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 7.

<sup>57</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 8.

doutrina separa, o serviço une». O Movimento «Vida e Ação» ou «Cristianismo Prático» (*Life and Work*), do qual um dos grandes impulsionadores foi Natahn Söderblom (1866-1931), arcebispo luterano de Upsala, teve a sua primeira grande Conferência em Estocolmo, no Verão de 1925<sup>58</sup>.

Este Movimento visava encontrar a unidade entre os cristãos através da prática da ação caritativa e social, tanto a nível nacional como internacional. Depois dos conflitos da primeira Grande Guerra, a prática da caridade era essencial para enfrentar as necessidades das guerras. A Igreja católica é convidada a tomar parte nos trabalhos, mas o convite viria a ser rejeitado pelo Papa Pio XI. Participaram na Conferência de Estocolmo ortodoxos, anglicanos, luteranos e membros de outras Confissões cristãs<sup>59</sup>, num total de 600 delegados de mais de 30 países<sup>60</sup>. Apesar da recusa oficial da Igreja católica em participar, estiveram presentes, a título pessoal, os padres católicos alemães Max Joseph Metzger e Hermann Hoffmann<sup>61</sup>.

Os trabalhos da Conferência de Estocolmo foram efetuados num período de onze dias (19 a 30 de Agosto) e tiveram a seguinte temática: a Igreja e as questões económicas e sociais; os problemas morais e sociais das famílias, principalmente os problemas com a juventude; as relações internacionais entre os países e as Igrejas e a educação cristã<sup>62</sup>. Tornou-se, de facto, urgente estabelecer novas relações entre os países feridos pela guerra e, por isso, esta conferência teve esta preocupação como um dos aspetos principais.

A segunda Conferência do Movimento «Vida e Ação» ou «Cristianismo Prático» teve lugar no ano de 1937, em Oxford, presidida pelo bispo anglicano G. Bell. Realizou-se num tempo novamente conturbado, desta vez na época dos totalitarismos de Hitler e Mussolini, às portas da II Guerra Mundial (1939-1945). Estiveram presentes nesse encontro cerca de 425 participantes de mais de 40 países. Para além dos habituais, juntaram-se os ortodoxos gregos, os vetero-católicos e alguns membros das Igrejas jovens orientais (China, Japão, Índia, África e América). A Igreja Evangélica Alemã não foi autorizada por Hitler a deslocar-se a Inglaterra. A Igreja católica foi convidada mais uma vez, mas novamente recusou participar. Contudo, alguns católicos contribuíram para esta conferência a título pessoal. A temática abordada neste encontro foi acerca das relações entre a Igreja e os Estados, nomeadamente as relações económicas e educacionais<sup>63</sup>.

---

<sup>58</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 38.

<sup>59</sup> Cf. B. X. COUTINHO, “O Movimento Ecuménico e a Igreja Católica”, pp. 16-17.

<sup>60</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 9.

<sup>61</sup> Consultar nota 154.

<sup>62</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 9.

<sup>63</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 10.

É de notar que foi nesta Conferência que, pela primeira vez, se fala em Igreja, ao invés de se falar em Igrejas. Para além do temas abordados tocarem o problema do fascismo, em Oxford a teologia esteve mais presente que em Estocolmo, ainda que muito tenuemente<sup>64</sup>.

### **2.3- Movimento «Fé e Constituição»**

O Movimento «Fé e Constituição» (*Faith and Order*) centrou-se no diálogo em ordem à unidade cristã no que toca às questões doutrinárias e relativas à estrutura eclesial. A sua primeira conferência teve lugar em Lausana (Suíça) no ano de 1927, 17 anos após o encontro de Edimburgo, onde nascera. O encontro foi presidido por Charles H. Brent (1862-1929), bispo da Igreja episcopaliana, e teve a participação de 400 delegados de 108 Igrejas<sup>65</sup>. Também estavam presentes nesta conferência, ainda que a título privado, alguns observadores. Destacamos mais uma vez a presença dos padres católicos alemães Max Josef Metzger e Hermann Hoffmann<sup>66</sup>.

Os temas centrais da conferência de Lausana diziam respeito a temas diversificados: a unidade como chamamento dirigido à Igreja; a mensagem evangélica da Igreja para o mundo; a natureza da Igreja; a confissão da fé; o santo ministério; os sacramentos e por fim a unidade da cristandade e as Igrejas atuais.

Passados dez anos, em 1937, realizou-se a segunda conferência deste Movimento de «Fé e Constituição», na cidade de Edimburgo. Desta vez, William Temple, arcebispo anglicano, preside à conferência e participam 504 delegados de cerca de 123 Igrejas de 43 países diferentes<sup>67</sup>. Foram trabalhados alguns temas de complexa reflexão: a graça de Jesus Cristo; a Igreja de Cristo e a Palavra de Deus; a comunhão dos Santos; ministério e sacramentos e por fim a unidade da Igreja na vida e no culto<sup>68</sup>. De facto, a temática deste encontro é de reflexão complexa em razão das diferentes concepções eclesiológicas existentes. Os temas relativos aos ministérios e aos sacramentos foram importantes para se criarem relações mais profundas entre as Igrejas, pois até então não tinha acontecido uma reflexão confrontada tão complexa e profunda<sup>69</sup>.

É de realçar a participação no encontro também de quatro padres católicos que levaram até junto do Papa a informação do trabalho realizado nesse movimento. Parece que ficaram entusiasmados com tudo o que foi trabalhado e defendiam a presença oficial dos

---

<sup>64</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 126.

<sup>65</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 38.

<sup>66</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 167.

<sup>67</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 14.

<sup>68</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 126.

<sup>69</sup> Cf. M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. 27.

católicos nesses encontros. Mas como ocorreu a guerra que condicionou os trabalhos, também a participação católica ficou apenas no desejo desses padres<sup>70</sup>.

### **3 - Formação do Conselho Ecuménico das Igrejas (CEI)**

Podemos afirmar que a formação de um Conselho Ecuménico das Igrejas que vinha a ser pensado, começou a construir-se a partir de 1937, quando alguns delegados sentiram a necessidade de congregar os movimentos «Vida e Ação» e «Fé e Constituição» num único órgão que desse corpo a esses mesmos movimentos. Antes da realização das Conferências de Oxford (Movimento «Vida e Ação») e de Edimburgo (Movimento «Fé e Constituição»), realizadas ambas em 1937, reuniram-se em Londres, no ano anterior, 35 representantes destes dois movimentos e de outros que conjuntamente estudaram as possibilidades e também as dificuldades em criar um CEI. O objetivo principal centrava-se em constituir um organismo representativo das Igrejas, que se ocuparia dos interesses dos dois movimentos<sup>71</sup>.

Esta vontade em criar um CEI foi levada a discussão nas duas conferências, a de Oxford e a de Edimburgo, e foi recebida de bom grado pelos vários delegados dos movimentos. Nessas duas conferências nomearam-se alguns membros, sete de cada movimento, para se dedicarem à reflexão da proposta levantada, dando assim origem ao chamado «Comité dos 14». Este grupo reúne-se em 1938, na cidade holandesa de Utreque, para discutir alguns pontos importantes em ordem à composição do CEI. Desse encontro destacamos três pontos: a autoridade do futuro Conselho, a sua base doutrinal e os critérios para nomear os delegados<sup>72</sup>. Acordou-se então que, relativamente à autoridade, só as Igrejas a podiam conceder. A base doutrinal, constitutiva deste Conselho, assentava na fórmula cristológica: «Nosso Senhor Jesus Cristo, Deus e Salvador»<sup>73</sup>. Depois, quanto aos critérios da nomeação dos delegados, apontou-se que fossem respeitados dois elementos: o regional e o confessional<sup>74</sup>.

Com o início da II Guerra Mundial (1939-1945), este sonho, que já começava a ser realidade, foi obrigado a ser suspenso por não haver condições para desenvolver os contactos

---

<sup>70</sup> Cf. B. X. COUTINHO, “O Movimento Ecuménico e a Igreja Católica”, 20. Este autor diz-nos que foi a primeira vez que estiveram presentes padres católicos, a título de observadores, nos trabalhos desta Conferência. Contudo, ao que pudemos apurar na nossa pesquisa já na Conferência do Movimento «Vida e Ação», em Estocolmo (1925) e no Movimento «Fé e Constituição», em Lausana (1927) estiveram presentes os padres Max Josef Metzger e Hermann Hoffmann, como tivemos oportunidade de ver.

<sup>71</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 16.

<sup>72</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 16.

<sup>73</sup> B. X. COUTINHO, “O Movimento Ecuménico e a Igreja Católica”, p. 25.

<sup>74</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 17.

necessários. Só dez anos depois, no verão de 1948, nos dias 22 de Agosto a 4 de Setembro, é que vai ser possível encetar de novo os trabalhos. A primeira Assembleia Geral teve lugar na cidade de Amesterdão, procedendo-se assim à formulação da Constituição do Conselho Ecuménico das Igrejas<sup>75</sup>. Nesta Assembleia estiveram reunidos cerca de 350 delegados de 150 Igrejas e outras Confissões. Para além dos delegados efectivos encontravam-se 350 delegados suplentes, 500 consultores, 100 jovens delegados e convidados credenciados<sup>76</sup>.

No discurso de abertura da Assembleia Geral, Willem A. Visser't Hooft, secretário-geral do CEI, consciente das dificuldades existentes, sublinhou a importância da vivência da unidade entre os cristãos. Consciente da dificuldade em construir a «comunhão completa», apresentou a necessidade da unidade e a finalidade objetiva do CEI, assumindo-o como «uma fase transitória no caminho que vai da desunião à unidade»:

«Reconhecemos a necessidade de estar unidos, mas vemos que não somos capazes de realizar, entre nós, a comunhão completa que nos deveria fazer viver como membros de um único e mesmo corpo visível. O Conselho tem como finalidade ajudar as Igrejas a descobrir e a ver quanto têm a receber umas das outras e também a prepararem-se para usar os respectivos dons ao serviço do mundo. O CEI não é senão uma fase transitória no caminho que vai da desunião à unidade»<sup>77</sup>.

Quando falamos do CEI não podemos pensar que se trata de uma nova Igreja, nem tão pouco da Igreja do futuro. Também seria errado se o denominássemos Concílio, no sentido católico ou ortodoxo do termo. O CEI é fruto dos anseios pela unidade cristã, que nasceu e cresceu no seio de muitos cristãos, concretamente nestes movimentos que surgiram nos princípios do século XX<sup>78</sup>.

Como nos é dito nesse discurso inaugural em Amesterdão, o CEI tem como fim construir a unidade através dos vários dons que cada Igreja possui e que é chamada a partilhar. As diferenças que separam os cristãos podem converter-se em diferenças construtivas e que se complementam, tornando ainda mais rica a experiência cristã no serviço do mundo. Portanto, o CEI não pretende ser uma «Super-Igreja», mas apenas «um instrumento ao serviço da unidade visível dos cristãos»<sup>79</sup>.

---

<sup>75</sup> Cf. B. X. COUTINHO, “O Movimento Ecuménico e a Igreja Católica”, p. 22.

<sup>76</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 18.

<sup>77</sup> Tradução elaborada por nós a partir do seguinte texto: «Reconocemos la necesidad de estar unidos, pero vemos que no somos capaces de realizar entre nosotros la comunión completa que nos debiera hacer vivir como miembros de un solo y mismo cuerpo visible. El consejo tiene como finalidad ayudar a las Iglesias a descubrir y ver cuánto tienen que recibir las unas de las otras y a prepararse a utilizar sus respectivos dones para el servicio del mundo. El CEI no es más que una fase transitoria en el camino que va de la desunión a la unidad» (J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 128).

<sup>78</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 127.

<sup>79</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 39.

O CEI reconhece que Cristo «instituiu uma Igreja Cristã e, por isso, ele pretende trabalhar para a reunião das várias Igrejas separadas numa única Igreja de Cristo»<sup>80</sup>. O CEI é testemunho da unidade que os cristãos são chamados a construir na obediência às palavras de Jesus Cristo no Evangelho<sup>81</sup>. Mas também a sua existência é indicativo da desunião entre os cristãos e interpelação à sua unidade, porque assim como estão divididos têm a necessidade de reunir-se<sup>82</sup>.

Na Assembleia de Amesterdão definiu-se a Constituição definitiva do CEI, pensou-se na sua organização enquanto instituição, com os vários organismos e departamentos, e foram definidos os princípios reguladores desta instituição, tornando bem claro qual a sua razão de ser, isto é, para que está realmente vocacionada<sup>83</sup>. Os trabalhos da Assembleia de Amesterdão centraram-se em quatro temas: a Igreja universal no plano de Deus; o desígnio de Deus e o testemunho das Igrejas; a Igreja e a desordem da sociedade e por fim a Igreja e a desordem internacional. Os trabalhos no decurso da Assembleia tiveram como preocupação principal o testemunho das Igrejas num mundo em desordem<sup>84</sup>.

Um longo caminho foi percorrido e não foi fácil chegar até aqui, dadas as circunstâncias da guerra. A Assembleia de Amesterdão reuniu-se numa altura em que estávamos numa Europa destruída e desunida pela guerra tornava-se urgente a união dos povos. As Igrejas e as Confissões cristãs vão ter um papel importante na reconciliação entre os povos, bem como na construção da paz.

A segunda Assembleia Geral realizou-se em 1954, em Evanston, nos dias 15 a 31 de agosto. Estiveram presentes 502 delegados de 162 Igrejas membros, para além de 490 visitantes acreditados, 145 consultores, 96 jovens, 31 delegados fraternos e 25 observadores. O tema central da assembleia de Evanston foi «Cristo única esperança para o mundo». Deste tema derivaram os subtemas a serem trabalhados: a unidade em Cristo e a desunião como Igrejas; a sociedade e as suas responsabilidades; a luta dos cristãos pela comunidade internacional; a Igreja e as tensões raciais e étnicas e o cristianismo na vida profissional.

Em 1961, reuniu-se a terceira assembleia em Nova Deli, durante os dias 18 de novembro e 6 de Dezembro. Foi a Assembleia com mais participantes até aquela data: 600 delegados das Igrejas membros, 105 conselheiros, 100 representantes de movimentos jovens, 250 visitantes oficiais e alguns convidados, dentre os quais cinco católicos, nomeados pelo

---

<sup>80</sup> B. X. COUTINHO, “O Movimento Ecuménico e a Igreja Católica”, p. 25.

<sup>81</sup> «Não rogo só por eles, mas também por aqueles que hão-de crer em mim, por meio da sua palavra, para que todos sejam um só, como Tu, Pai, estás em mim e Eu em ti; para que assim eles estejam em Nós e o mundo creia que Tu me enviaste»: Jo 17, 20-21 - *BÍBLIA SAGRADA*, Difusora Bíblica, 4º edição, Fátima, 2002.

<sup>82</sup> Cf. B. X. COUTINHO, “O Movimento Ecuménico e a Igreja Católica”, p. 27.

<sup>83</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 18.

<sup>84</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, pp. 133-134.

recente criado Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Esta Assembleia realizou-se a poucos dias da convocação do II Concílio do Vaticano<sup>85</sup>.

Nesta Assembleia, no dia 19 de novembro de 1961, procedeu-se à integração do Conselho Internacional das Missões. Esta integração foi resultado de uma reflexão que vinha já a ganhar consistência e é fruto da consciência missionária das Igrejas. O pastor Willem A. Visser't Hooft, secretário-geral do CEI, afirmou na ocasião que a integração do Movimento Mundial das Missões era um resultado natural da ação espiritual que foi adquirindo importância. Também o bispo Leslie Newbigin, antigo secretário-geral do Conselho Internacional das Missões, afirmou na Assembleia que a missão é essencial na vida dos cristãos e, por isso, as Igrejas membros do CEI devem reconhecer a tarefa missionária como uma prioridade<sup>86</sup>.

### **3.1- A Constituição do Conselho Ecuménico das Igrejas**

A Constituição foi o primeiro ato da Assembleia de Amesterdão, aprovada logo no dia 23 de Agosto de 1948. Alguns pontos da Constituição já tinham sido refletidos antes da guerra, no encontro de Utreque, em 1938, quando surgiu o desejo de formar este Conselho, e, por isso, foi fácil a sua aprovação. Apresentamos neste ponto apenas alguns dados mais significativos que definam os princípios.

Quanto à natureza do CEI, a Constituição refere logo de início que é uma «comunidade fraterna de Igrejas, Confissões e Comunidades eclesiais que “confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador”»<sup>87</sup>. Por isso, os membros do CEI deveriam proceder das Confissões cristãs que aceitam esta base doutrinal cristológica<sup>88</sup>. Ao CEI não podem pertencer sociedades religiosas, partidos políticos, organizações seculares não cristãs, mas somente os membros das Igrejas que têm por base essa doutrina confessional. Mas a Constituição, ao declarar esta base doutrinal comum, não pretende ser uma confissão de fé nem uma síntese da doutrina cristã, antes procura ser uma expressão que une os membros do CEI, determinando o ponto de partida do diálogo, ou seja, as bases da colaboração<sup>89</sup>.

Quanto às funções do CEI, José Sanchez Vaquero aponta sete: em primeiro lugar, proceder a continuação da obra dos movimentos «Fé e Constituição» e «Vida e Ação»; em segundo lugar, ajudar a ação das Igrejas no trabalho evangelizador; em terceiro lugar, promover o estudo comum; em quarto lugar, desenvolver a consciência ecuménica entre os

---

<sup>85</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 31.

<sup>86</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 32.

<sup>87</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 39.

<sup>88</sup> Cf. B. X. COUTINHO, “O Movimento Ecuménico e a Igreja Católica”, p. 25.

<sup>89</sup> Cf. J. E. VERCRUYSSSE, *Introducción a la Teología Ecuménica*, Editorial Verbo Divino, Estella, 1993, p. 60.

cristãos das várias Igrejas e Confissões; por último, estabelecer relações com outros movimentos ecuménicos e convocar, se necessário, encontros universais para debater certos assuntos<sup>90</sup>. Estas funções mostram-nos que o CEI existe para encorajar as Igrejas, Confissões e Comunidades eclesiais na renovação da unidade e assim incutir nos cristãos a responsabilidade de encontrar caminhos de unidade, na busca de uma só fé «para que o mundo creia»<sup>91</sup>.

A Constituição define que, quanto à autoridade, o CEI pode convocar reuniões regionais e universais quando as circunstâncias assim o exigirem. Poderá falar em nome das Igrejas membros, no caso de essas Igrejas membros lhe conferirem essa responsabilidade, mas não poderá legislar para as Igrejas<sup>92</sup>.

O CEI apoia-se particularmente no Novo Testamento para esclarecer que a Igreja de Cristo é una. Por isso, cada Igreja membro é chamada a estabelecer relações entre elas e aprender com as outras, reconhecendo em todas elas elementos da verdadeira Igreja<sup>93</sup>. Assim sendo, o CEI não é instrumento de uma Igreja em particular, nem tão pouco pode aceitar uma eclesiologia particular. A unidade é um dom, foi dada uma vez por todas em Jesus Cristo. Neste sentido, o CEI visa facultar às Igrejas a ocasião do reencontro para darem um testemunho comum, procurando a realização dessa unidade segundo a vontade de Deus e não dos Homens<sup>94</sup>.

### **3.2- Organização e ação do Conselho Ecuménico das Igrejas**

A organização do CEI é um pouco complexa e teve alterações ao longo dos anos. Aqui apenas apresentamos os pontos nucleares da sua organização atual enquanto instituição e as estruturas do campo de ação.

Quanto aos membros do CEI, actualmente fazem parte 348 Igrejas, Denominações e Comunidades de Igrejas, representando um conjunto de cerca de 550 milhões de cristãos de mais de uma centena de países, das quais fazem parte a «maior parte das Igrejas ortodoxas, anglicanas, luteranas, reformadas, metodistas, baptistas, bem como numerosas Igrejas unidas e independentes»<sup>95</sup>.

---

<sup>90</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 19.

<sup>91</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 39.

<sup>92</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 19.

<sup>93</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 128.

<sup>94</sup> Cf. G. BAUM, *L'unité Chrétienne: d'après la doctrine des papes de Léon XIII a Pie XII*, Tradução do inglês por André Renard, Les Éditions Du Cerf, Paris, 1961, p. 180.

<sup>95</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 40.

O órgão deliberativo supremo do CEI é a Assembleia Geral que se reúne mais ou menos de 7 em 7 anos em cidades diferentes<sup>96</sup>. Atualmente a presidência do CEI é composta por oito presidentes (cargos honorários), e um secretário-geral, que são eleitos pela Assembleia Geral. Existe um Comité Central e um Comité Executivo. O Comité Central é eleito de entre os membros da Assembleia Geral e atua como principal órgão da mesma, responsabilizando-se pela aplicação das orientações adotadas pelas assembleias, pelos programas e pela supervisão do orçamento do CEI. Este Comité reúne-se de dois em dois anos. O Comité Executivo é eleito pelo Comité Central de entre os seus membros. É composto por vinte membros e reúne-se duas vezes por ano. Tem como finalidade ajudar a executar o que foi decidido em cada assembleia, isto é, a dar andamento aos trabalhos a fim de os em pôr em prática. O secretário-geral é membro *ex officio* do Comité Central e do Comité Executivo<sup>97</sup>.

A ação do CEI abrange três áreas programáticas: Unidade, Missão e Relações Ecuménicas; Testemunho público, pelo serviço, e Formação Ecuménica<sup>98</sup>. Dentro da primeira área encontra-se um dos grupos de trabalho que é a herança do movimento «Fé e Constituição». Este grupo adotou o mesmo nome e os mesmos objetivos: examina as questões doutrinárias que dividem as Igrejas, trabalhando em conjunto para ultrapassar as dificuldades teológicas. Preocupa-se também pela parte da missão e evangelização procurando estabelecer pontes com o mundo da ciência e da tecnologia. Para além destas tarefas, também procura entrar em diálogo com outras religiões e as novas ideologias contemporâneas.

A segunda área de ação, permite ao CEI servir o mundo em diversas áreas de trabalho, desde a assistência médica, a ajuda de Igrejas em situações difíceis e precárias, bem como a ajuda às vítimas de violências contra os direitos humanos e o apoio aos refugiados. Este campo de trabalho também se dedica a participar na discussão de alguns assuntos internacionais, como os temas da paz e as políticas internacionais sobre o armamento.

A terceira área de ação, procura dar a conhecer junto das comunidade locais as atividades do CEI, para consciencializar as pessoas para a ação ecuménica, para além de desenvolver encontros de formação<sup>99</sup>. Por exemplo, em 1946 criou-se o Instituto Ecuménico de Bossey, lugar privilegiado de formação para o ecumenismo<sup>100</sup>.

O desejo inicial de se formar um órgão representativo que desse corpo aos movimentos “Fé e Constituição” e “Vida e Ação” não tinha a pretensão de atribuir a

---

<sup>96</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e Prespectivas*, p.40.

<sup>97</sup> Cf. <http://www.oikoumene.org/es/about-us/organizational-structure>, acedido em 5 de janeiro de 2018.

<sup>98</sup> Cf. [http://www.oikoumene.org/en/what-we-do/aggregator?set\\_language=en](http://www.oikoumene.org/en/what-we-do/aggregator?set_language=en), acedido em 5 de janeiro de 2018.

<sup>99</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, pp. 132-133.

<sup>100</sup> <http://institute.oikoumene.org/fr/about>, acedido em 5 de janeiro de 2018.

totalidade da tarefa ecuménica ao CEI. Assim sendo, o trabalho ecuménico existe para além do CEI, como podemos ver atualmente com caso da Igreja católica<sup>101</sup>, que, não fazendo parte do CEI, porém mantém relações com ele através de um grupo de trabalho desde 1965<sup>102</sup>.

---

<sup>101</sup>«A entrada da Igreja católica como membro do CEI chegou a ser equacionada e pareceu até provável por ocasião da Assembleia Geral de Upsala, em 1968. No entanto, razões ligadas à identidade confessional da Igreja católica e o receio de que uma tal decisão poderia não ser bem compreendida pelos seus próprios fiéis fizeram pôr de lado a ideia. De resto, tomou-se consciência também de que, dado o peso numérico e organizacional da Igreja católica, a sua eventual entrada traria problemas difíceis de resolver ao CEI, dada a sua estrutura tradicional de funcionamento» (J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 40).

<sup>102</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 19.

## PARTE II

### O posicionamento Católico em face do Movimento Ecuménico

Depois de termos na primeira parte apresentado a génese do Movimento Ecuménico na época moderna e as ações que o mesmo desenvolvera em prol da unidade cristã, cabe-nos agora, nesta segunda parte, debruçarmo-nos sobre a atitude da Igreja católica perante este mesmo Movimento Ecuménico, isto é, procurando compreender o modo como a Igreja católica reagiu à tarefa ecuménica. Privilegiar-se-ão, dentro das reações ao ecumenismo, algumas iniciativas particulares e instituições mais relevantes, as atitudes e esforços ecuménicos dos que foram pioneiros neste campo, mas também, necessariamente, observar-se-ão as posições oficiais do magistério e sua evolução.

#### 1-Iniciativas e Instituições relevantes

Ao mesmo tempo que há um interesse pela tarefa ecuménica fora da Igreja católica, também dentro dela surge, em alguns círculos, esta atenção pela unidade dos cristãos<sup>103</sup>. A Igreja católica, de uma forma ou de outra, nunca deixou de se preocupar com as divisões no seio do Cristianismo e quis de algum modo restabelecer, em alguns momentos da história, a unidade que se tinha perdido, com a diversidade confessional que se tinha gerado. No entanto, o modo como a Igreja católica olhava e lidava com essa realidade e também o modo como considerava os diversos grupos confessionais nem sempre foi da mesma maneira, tomando posições e acentuações diferentes ao longo da história<sup>104</sup>.

É verdade que a posição oficial da Igreja católica, aquando das primeiras assembleias do Movimento Ecuménico, foi negativa. A Igreja foi várias vezes convidada a tomar parte nas assembleias ecuménicas, mas a sua atitude e resposta não foi favorável. Porém, existiram dentro do catolicismo alguns círculos onde houve abertura e atenção ecuménica, não mencioná-los seria injusto.

Surgiram iniciativas e instituições que despertaram para a problemática da divisão entre os cristãos, contribuindo assim para suscitar uma nova consciência ecuménica no seio da Igreja católica. As consequências dessas iniciativas e o trabalho dessas instituições ajudaram

---

<sup>103</sup> Cf. J. E. VERCRUYSSSE, *Introducción a la Teología Ecuménica*, Editorial Verbo Divino, Estella, 1993, p. 72.

<sup>104</sup> V. GEAUSAU, “O Ecumenismo na Igreja Católica”, in Documentatie Centrum Concilie, *Os cristãos a caminho da unidade: temas conciliares (III)*, tradução elaborada por Fernando Monteiro, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1965, p. 10.

ao desenvolvimento de encontros ecuménicos e ao desempenho de um verdadeiro intercâmbio entre Igrejas e diálogo espiritual<sup>105</sup>. Desde a inquietação de rezar pela unidade aos encontros onde se estabeleceram diálogos importantes de conhecimento mútuo e até aos centros de reflexão ecuménica, houve marcos essenciais na *praxis* ecuménica que, no seio católico, se desenvolveram. Esta corrente ecuménica ajudou a abrir caminhos e, mais tarde ou mais cedo, depois de ter ganho projeções em muitos lugares, contribuiu sem dúvida para a adesão oficial da Igreja católica ao ecumenismo.

Estas iniciativas e o trabalho destas instituições foram indispensáveis no trabalho ecuménico e revelam esforços significativos na procura da reconciliação entre os cristãos e as diversas Igrejas a fim de encontrar novos caminhos para afirmar e celebrar a unidade, perdida ao longo dos séculos. Neste sentido, destacamos neste capítulo as iniciativas do Oitavário de Oração pela Unidade dos Cristãos, que ainda hoje é celebrado em cada ano, e das Conversações de Malines, juntamente com algumas instituições que procuraram caminhar em solo ecuménico: a Fraternidade alemã *Una Sancta* e alguns centros ecuménicos: *Chevetogne*, *Istina*, *San Ireneo*, o Instituto Johann-Adam Möhler e a «Conferência Católica Internacional para as Questões Ecuménicas».

### **1.1- Do Oitavário de Oração pela Unidade da Igreja à Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos**

A primeira iniciativa que aqui abordamos é o Oitavário de Oração pela Unidade dos Cristãos. Esta iniciativa foi introduzida por um episcopaliano (anglicano dos EUA), Paul Wattson (1863-1940), em 1908, com o apoio do padre episcopaliano Spencer Jones (1857-1943). Paul Wattson entraria depois em plena comunhão com a Igreja católica, sendo ordenado padre. Fundou a «*Society of the Atonement*», uma comunidade de frades e de religiosas em Graymoor (Garrison, New York)<sup>106</sup>. Não deixa de ser sociologicamente significativo que esta iniciativa tenha tido início nos EUA, país que afirmava o valor da liberdade religiosa e onde o catolicismo era minoritário relativamente ao protestantismo.

Este Oitavário de Oração pela Unidade da Igreja foi difundido na Igreja católica pelo então padre Paul Wattson e o objetivo dessa semana de oração era rezar para que os cristãos separados se convertessem a Roma<sup>107</sup>. Foi celebrado pela primeira vez nos dias 18 a 25 de janeiro de 1908, coincidindo com a festa da Cátedra de São Pedro (antigamente celebrada a

---

<sup>105</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos. Escritos de Ecumenismo I*, Sal Terrae, Maliaño, 2014, p. 126.

<sup>106</sup> Cf. BENTO XVI, Alocução da Audiência geral de quarta-feira, 23 de janeiro, na Sala Paulo VI, in *L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XXXIX, nº4, 26 de janeiro de 2008, p. 12.

<sup>107</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 183.

18 de janeiro) e a festa da Conversão de São Paulo (a 25 de janeiro). É de notar que esta iniciativa foi acolhida positivamente pelo arcebispo de New York e pelo Nuncio Apostólico de então<sup>108</sup>. No ano seguinte, em 1909, no contexto da incorporação na Igreja católica da «*Society of the Atonement*», o Papa Pio X concedeu a bênção ao Oitavário de Oração pela Unidade da Igreja<sup>109</sup>. Só mais tarde se tornaria uma iniciativa universal graças à intervenção do Papa Bento XV, que, a 25 de fevereiro de 1916, em plena Guerra Mundial, através do Breve *Romanorum Pontificum*, estende, de forma definitiva, o Oitavário a toda a Igreja<sup>110</sup>:

«Soubemos com grande alegria que a Sociedade chamada “da Expição”, fundada em New York, tem proposto orações para serem recitadas no dia da festa da Cátedra de São Pedro em Roma até à festa da Conversão de São Paulo, de modo a ser obtido este grande objetivo da unidade, e também nos gloriamos pelo facto de estas orações, abençoadas na memória recente pelo Papa Pio X e aprovadas pelos sagrados bispos da América, se terem espalhado nos Estados Unidos da América. Portanto, para que se chegue mais facilmente ao objetivo desejado, onde quer que sejam recitadas as orações acima mencionadas com grande entusiasmo, nós, tendo ouvido antes o parecer dos Nossos Veneráveis Irmãos Cardeais Inquisidores Gerais da Santa Igreja Romana, a todos os fiéis de um e de outro sexo que, em qualquer parte da terra – desde o dia 18 do mês de janeiro, festa da Cátedra de São Pedro, até ao dia 25 do mesmo mês, no qual se celebra a Conversão de São Paulo – recitem todos os anos estas orações uma vez por dia e, em seguida, no oitavo dia, verdadeiramente arrependidos, confessados e alimentados pela Sagrada Comunhão, depois de terem visitado qualquer igreja ou oratório público, tiverem dirigido a Deus orações pela concórdia dos Governantes Cristãos, pela extirpação das heresias, pela conversão dos pecadores e pela exaltação da Santa Mãe Igreja, nós concedemos e conferimos misericordiosamente no Senhor a indulgência plenária de todos os seus pecados»<sup>111</sup>.

Todavia, esta iniciativa particular de Paul Wattson encontra fundamento num conjunto de outras iniciativas semelhantes, que foram sendo realizadas ao longo dos tempos. Desde os

---

<sup>108</sup> Cf. BENTO XVI, Alocução da Audiência geral de quarta-feira, 23 de janeiro, na Sala Paulo VI in *L’OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XXXIX, nº4, 26 de janeiro de 2008, p. 12.

<sup>109</sup> Cf. W. KASPER, “Caminho e significado do movimento ecuménico: actualidade da iniciativa, que completa cem anos, e fundamentos teológicos no Concílio Vaticano II” in *L’ OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, ano XXXIX, nº3, 19 de janeiro de 2008, p. 8.

<sup>110</sup> Cf. BENTO XVI, Alocução da Audiência geral de quarta-feira, 23 de janeiro, na Sala Paulo VI in *L’OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XXXIX, nº4, 26 de janeiro de 2008, p. 12.

<sup>111</sup> Tradução elaborada por nós a partir do seguinte texto: «Con grande gioia abbiamo appreso che la Società chiamata “della Espiazione”, fondata a New York, há proposto preghiere da recitarsi dal giorni della festa della Cattedra Romana di San Pietro fino alla festa della Conversione di San Paolo affinché si ottenga questo grande obiettivo dell’unità, e Ci siamo puré rallegrati per il fatto che queste preghiere, benedette dal Santo Padre Pio X di recente memoria e approvate dai Sacri Vescovi dell’America, si sono diffuse in lungo e in largo negli Stati Uniti. Pertanto, affinché più facilmente si consegua l’obiettivo desiderato, e le suddette preghiere si recitino ovunque con grande vantaggio delle anime, Noi, udito anche il parere dei Nostri Venerabili Fratelli Cardinali di Santa Romana Chiesa Inquisitore Generali, a tutti i fedeli dell’uno e dell’altro sesso che in qualunque parte della terra - dal gioni 18 del mese di gennaio, festa della Cattedra Romana di San Pietro, fino al giorni 25 dello stesso mese, nel quale si onoro la Conversione di San Paolo - recinteranno ogni anno tali preghiere una volta al giorno, e poi nell’ottavo giorno, veramente pentiti, confessati e nutri della Santa Comunione, dopo aver visitato qualsiasi Chiesa o pubblico Oratorio abbiano innalzato a Dio pie preghiere per la concordia dei Governanti Cristiani, per l’estirpazione delle eresie, per la conversione dei peccatori e per l’esaltazione di Santa Madre Chiesa, Noi concediamo ed elargiamo misericordiosamente nel Signore l’ indulgenza plenária di tutti i loro peccati» (BENTO XV, *Romanorum Pontificum*, in [http://w2.vatican.va/content/benedict-xv/it/briefs/documents/hf\\_ben-xv\\_briefs\\_19160225\\_romanorum-potificum.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xv/it/briefs/documents/hf_ben-xv_briefs_19160225_romanorum-potificum.html), acedido em 19 de junho de 2017).

finais do século XVIII, podemos encontrar, quer em terreno católico quer em terreno protestante, movimentos de oração pela unidade dos cristãos, que surgem em diversas partes do mundo. Recordamos aqui apenas alguns exemplos: do lado católico, temos a figura de S. Vicente Pallotti (1795-1850), de S. Luis Orione (1872-1940), ambos de Roma, e também o bispo D. Ketteler de Mogúncia (1811-1877), que tiveram um papel importante na promoção de grupos de oração pela unidade dos cristãos; do lado protestante, encontramos uma série de iniciativas por parte de movimentos juvenis de renovação espiritual que, nos finais do século XIX, também desenvolveram um conjunto de ações neste sentido. Para além disso, já tinha sido estabelecido o “Dia Mundial de Oração” promovido pelas mulheres presbiterianas, metodistas, batistas e anglicanas nos Estados Unidos da América, tendo-se espalhado rapidamente por outros países<sup>112</sup>.

Neste contexto, é de referir o papel importante do Papa Leão XIII. Em 1895, através do Breve *Provida Matris*, o Papa introduziu o Oitavário de Oração pela Unidade da Igreja na semana que antecede a Solenidade de Pentecostes. Dizia o Papa: «Trata-se de rezar por uma obra comparável à renovação do primeiro Pentecostes onde, no Cenáculo, todos os fiéis estavam congregados em redor da Mãe de Jesus, unânimes no pensamento e na oração»<sup>113</sup>. Foram porventura estas pequenas iniciativas e estes movimentos de oração que influenciaram Paul Wattson na definição de um Oitavário pela Unidade da Igreja<sup>114</sup>.

A intenção de Paul Wattson em instituir um Oitavário pela Unidade da Igreja era numa lógica de rezar pelo regresso dos cristãos separados à Igreja católica. Ele considerava que a verdadeira unidade a construir aconteceria quando os cristãos, que ao longo da história se tinham separado da Igreja católica, regressassem às origens, isto é, voltassem à casa-mãe. Esta maneira de pensar estava muito vincada no seio católico e também em alguns cristãos, como foi o caso da história do próprio Paul Wattson<sup>115</sup>. O seu companheiro, o padre Spencer Jones, com quem tinha lutado por uma semana de oração pela unidade, apesar de permanecer na comunhão anglicana, continuou a rezar até falecer pelo regresso dos anglicanos a Roma<sup>116</sup>.

---

<sup>112</sup> Cf. W. KASPER, “Caminho e significado do movimento ecuménico: actualidade da iniciativa, que completa cem anos, e fundamentos teológicos no Concílio Vaticano II”, in *L’ OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XXXIX, nº3, 19 de janeiro de 2008, p. 8.

<sup>113</sup> LEÃO XIII, Breve *Provida Matris*, in *L’ OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, 19 de janeiro de 2008, Ano XXXIX, nº3, p. 8.

<sup>114</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos. Escritos de Ecumenismo I*, p. 20.

<sup>115</sup> Cf. W. KASPER, “Caminho e significado do movimento ecuménico: actualidade da iniciativa, que completa cem anos, e fundamentos teológicos no Concílio Vaticano II”, in *L’ OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XXXIX, nº3, 19 de janeiro de 2008, p. 8.

<sup>116</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 183.

Mais tarde, em 1935, em Lyon, este Oitavário ganhou um novo impulso e uma nova compreensão graças ao contributo do padre católico Paul Couturier (1881-1953)<sup>117</sup>. Ele entendia que o modo como se estava a rezar o Oitavário era «pouco ecuménico», porque a intencionalidade da oração pela unidade denunciava uma má compreensão do que deveriam ser o sentido desta oração e a atitude dos católicos para com os outros cristãos, ou seja, havia uma visão pouco correta para a problemática da divisão. É a partir de então que o padre Paul Couturier propõe a mudança do nome do Oitavário. Em vez de se chamar Oitavário pela Unidade da Igreja, passa a designar-se Semana Universal de Oração pela Unidade dos Cristãos<sup>118</sup>.

Esta mudança de nomenclatura não é apenas um pormenor, mas vai permitir uma renovação na visão desta proposta ecuménica e na intenção da oração, isto é, a intenção com que se promove e realiza esta semana de oração. Esta nova compreensão do Oitavário permitiu rezar, já não na lógica de que os cristãos separados devem voltar para o seio da Igreja católica, mas pela unidade dos cristãos, para além da divisão de facto das diversas Igrejas, centrando a oração na vontade de Jesus: «como Cristo quer e segundo os instrumentos que Ele mesmo deseja»<sup>119</sup>.

Esta ação do padre Paul Couturier deu à Semana Universal de Oração um novo sentido ecuménico. Para ele tornava-se cada vez mais evidente que esta Semana Universal de Oração carecia de uma preparação especial e de uma renovação a nível psicológico. Ele afirmava que a oração não estava a fazer-se verdadeiramente pela unidade cristã porque, ao rezar-se pela conversão dos cristãos separados da Igreja católica, estava-se a cair no erro de rezar «por eles» e não «com eles». Graças ao seu contributo, a Semana Universal de Oração pela Unidade dos Cristãos ganhou ainda mais força em muitas cidades, nomeadamente nos países onde a existência de diversas Igrejas cristãs, ao lado da Igreja católica era uma realidade e colocava desafios concretos de relacionamento e convivência entre os cristãos<sup>120</sup>.

Na França, país do padre Paul Couturier, a Semana Universal de Oração pela Unidade dos Cristãos chega a ganhar proporções excepcionais: em algumas regiões alargou-se o tempo de oração, chegando a ser três semanas. Durante esse tempo de oração, que variava um pouco conforme as regiões, eram lidos textos bíblicos, comentários a esses textos, rezavam-se

---

<sup>117</sup> Não temos a intenção, neste capítulo, de apresentar o contributo que Paul Couturier ofereceu ao ecumenismo. Será desenvolvido no segundo capítulo desta II parte.

<sup>118</sup> Cf. W. KASPER, “Caminho e significado do movimento ecuménico: actualidade da iniciativa, que completa cem anos, e fundamentos teológicos no Concílio Vaticano II”, in *L' OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XXXIX, nº3, 19 de janeiro de 2008, p. 8.

<sup>119</sup> W. KASPER, “Caminho e significado do movimento ecuménico: actualidade da iniciativa, que completa cem anos, e fundamentos teológicos no Concílio Vaticano II”, in *L' OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XXXIX, nº3, 19 de janeiro de 2008, p. 8.

<sup>120</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 183-184.

salmos e a oração do Pai-Nosso. Coube às várias Igrejas a preparação dessas vigílias de oração e eram celebradas, indiferenciada ou alternadamente, nas igrejas católicas ou em igrejas protestantes. Era comum o bispo católico pregar no lugar de culto protestante e o pastor fazer os comentários aos textos bíblicos numa igreja católica. A partir desta semana desenvolveram-se outras iniciativas, como por exemplo reuniões e conferências informativas, de modo a perpetuar no tempo o que se vivia durante esses dias de oração pela unidade<sup>121</sup>.

De facto, parecia estar a nascer dentro da Igreja católica uma nova forma de olhar a realidade da separação e, concomitantemente, uma mudança na intenção com que se promovia a oração pela unidade. A oração, como escreveu Pierre Michalon, não deve ser numa atitude de pedir a Deus a conversão dos cristãos que não estão em comunhão com a Igreja católica, mas deveria acontecer numa atitude de pedir a unidade segundo a vontade divina, não colocando limites humanos à ação de Deus. Uma das finalidades da oração pela unidade era procurar despertar em cada cristão a consciência do problema das divisões. Nessa oração o cristão deverá abandonar-se nas mãos de Deus<sup>122</sup>.

Nos seus ensaios ecuménicos, o teólogo católico Yves Congar, ao falar da importância da oração, no contexto da Semana Universal de Oração pela Unidade dos Cristãos, salienta que a oração deve estar assente em duas coisas: o desejo interior daquele que reza, mas também a vontade divina. Por isso, na oração não deve estar presente só aquilo que queremos pedir, mas é preciso que haja abertura ao que Deus quer, que por vezes pode ser diferente daquilo que nós pedimos:

«O homem que reza pede e, ao mesmo tempo, oferece-se a Deus, para que por si e em si se realize a vontade divina, a qual vai sempre no sentido do bem e da salvação. É claro que esta oração será decerto favoravelmente atendida, pois que pede o que Deus quer, embora talvez venha a sê-lo de uma maneira inesperada e até desconcertante para nós (...) “Deus escreve direito por linhas tortas”, diz um provérbio português que o padre Portal gostava de citar e no qual O. Cullmann reconhecia uma boa fórmula da execução da Salvação na História»<sup>123</sup>.

Noutra ocasião, Yves Congar sublinhava, mais uma vez, a oração como ocasião para fazer coincidir a vontade humana com a vontade divina, numa atitude de comunhão que se insere, obviamente, no plano de Deus. A oração pela unidade não faz com que o católico renuncie aos dogmas da fé:

---

<sup>121</sup> Cf. F. BIOT, “O Ecumenismo em França”, in Documentatie Centrum Concilie, *Os cristãos a caminho da unidade: temas conciliares (III)*, tradução elaborada por Fernando Monteiro, Livraria Moraes Editora, Lisboa 1965, pp. 202-203.

<sup>122</sup> Cf. P. MICHALON, *A Unidade dos Cristãos*, tradução de Armando Cardoso dos Reis, Edições Paulistas, Lisboa, 1968, p. 124.

<sup>123</sup> Y. CONGAR, *Ensaio ecuménicos. O movimento, os homens, os problemas*, tradução do original por Rita Veiga, Editorial Verbo, Lisboa, 1984, p. 198.

«Então o que é rezar? É essencialmente colocar-se no plano de Deus, como dizem os três primeiros pedidos do Pai-Nosso: “Venha a nós o Vosso Reino, santificado seja o Vosso Nome, seja feita a Vossa vontade...” Rezar é isto: comungar da vontade de Deus, inserir-se no seu plano, abrir-se e oferecer-se para ser o homem que Ele quer, para fazer o que Ele quer. (...) A minha oração pela unidade é situar-me no plano de Deus para me oferecer e ser o homem que Ele quer, onde Ele quiser, para o que Ele quiser. Não tenho que renunciar a qualquer convicção dogmática do meu catolicismo para proceder desta maneira (...)»<sup>124</sup>.

Ainda relativamente à mudança da designação do Oitavário, Maurice Villain, um dos discípulos do padre Paul Couturier, afirmava, em 1962, que a oração era importante como caminho para a reconciliação entre os cristãos. O problema da separação tinha que ser encarado de uma forma diferente daquela que acontecia tradicionalmente, ou seja, com o pressuposto de uma culpabilidade comum. Assim, havendo uma nova consciência relativamente ao problema da separação, o primeiro gesto dos cristãos será a oração pela unidade, no sentido de que é caminho favorável para o encontro e para o diálogo:

«(...) não será o nosso primeiro gesto o de dissertar, discutir, mas o de nos ajoelharmos todos ao pé da Cruz do nosso comum Salvador, com profundo sentido de arrependimento: porque todos somos pecadores perante Ele; porque todos somos de alguma maneira, culpados dos erros de separação cometidos pelos nossos antepassados (...).

Nesta atitude de arrependimento os cristãos purificam-se e descobrem o clima, o único clima favorável à unidade cristã. Não pode deixar de ser o da oração de Cristo (Jo 17) ou o da sua agonia que a prolonga.

A Oração de Cristo! Eis a encruzilhada em que os cristãos se devem demoradamente encontrar, porquanto aí encontram-se no mais íntimo do mistério da Unidade»<sup>125</sup>.

Também o teólogo Walter Kasper, ao falar da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, acentuou que, na espiritualidade ecuménica, a oração encontra um lugar primordial. A conversão e a santificação pessoal, que são frutos da oração, são importantes, pois sem isso não há ecumenismo. Acrescenta ainda que o ecumenismo não se faz só de grandes congressos, simpósios, encontros, de documentos conjuntos sempre novos, mas sobretudo se faz da oração. A Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos deveria suscitar nas várias comunidades paroquiais interesses com vista à unidade<sup>126</sup>. John Mott já tinha dito na

---

<sup>124</sup> Tradução elaborada por nós a partir do seguinte texto: «Or qu'est-ce que prier? C'est essentiellement se situer dans le plan de Dieu, accorder sa volonté à celle de Dieu comme le disent les trois premières demandes du Pater: «Que ton Règne arrive, que ton Nom soit sanctifié, que ta Volonté soit faite...». Prier, c'est cela : communier à la volonté de Dieu, se mettre dans son plan, s'ouvrir et s'offrir pour être l'homme qu'il veut, pour faire ce qu'il veut. (...) Ma prière pour l'unité, c'est me situer dans le plan de Dieu pour m'offrir et être l'homme qu'il veut, là où il veut, pour ce qu'il veut. Je n'ai à renoncer à aucune conviction dogmatique de mon catholicisme pour cela (...)» (Y. CONGAR, *Aspects de L'Écumenisme*, Office Général du Livre, Paris, 1962, p. 94).

<sup>125</sup> Cf. M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, 231.

<sup>126</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos. Escritos de Ecumenismo I*, pp. 431 e 472.

Conferência inaugural do Movimento Ecuménico que a alma de Edimburgo se encontrava em primeiro lugar nos momentos de oração, para além dos discursos que se podiam fazer<sup>127</sup>.

Com estes exemplos podemos afirmar que a Igreja católica, apesar de só ter aderido oficialmente mais tarde ao Movimento Ecuménico, esteve presente e participou desde o princípio neste movimento, nomeadamente a partir da prática oracional<sup>128</sup>, mesmo que, no início, a intencionalidade da oração pela unidade não fosse teologicamente a mais correta. Neste sentido vale a pena afirmar uma primeira conclusão: a mudança operada posteriormente na doutrina oficial católica não resultou de uma mera atitude especulativa de alguns pensadores, mas procurou responder a uma necessidade real dos cristãos, alicerçada numa prática orante e numa vivência espiritual centrada em Cristo.

## 1.2- As Conversações de Malines

As Conversações de Malines inserem-se nos esforços de aproximação entre a Igreja anglicana e a Igreja católica, que tem raízes mais antigas, nomeadamente no chamado Movimento de Oxford, no século XIX<sup>129</sup>. Em outubro de 1921, o cardeal Mercier (arcebispo de Malines, na Bélgica) recebe na sua sede episcopal a visita de Lord Halifax (anglicano). Esta visita vinha no sentido de serem retomados os diálogos entre as duas Igrejas<sup>130</sup>. Lord Halifax e o cardeal Mercier propõem-se então retomar os encontros que tinham sido interrompidos quando Roma declarou inválidas as ordenações anglicanas<sup>131</sup>. É a partir deste encontro que, ainda no final desse ano e até 1926, se vão estabelecer as «Conversações de Malines», sob a presidência do cardeal Mercier, juntamente com o padre católico Fernand Portal e o anglicano Lord Halifax, bem como outros teólogos e historiadores católicos e anglicanos<sup>132</sup>.

---

<sup>127</sup> Cf. W. KASPER, “Caminho e significado do movimento ecuménico: actualidade da iniciativa, que completa cem anos, e fundamentos teológicos no Concílio Vaticano II”, in *L' OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, ano XXXIX, nº3, 19 de janeiro de 2008, 8.

<sup>128</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos. Escritos de Ecumenismo I*, 20.

<sup>129</sup> As relações entre estas duas Igrejas não eram novas, já eram antigas. Foram motivadas graças ao contributo de algumas personalidades, nomeadamente por John Henry Newman, membro da *High Church* (ramo da Igreja anglicana muito próxima da Igreja católica) e um dos promotores do Movimento de Oxford (1833-1845). Era um dos objetivos do movimento redescobrir o passado católico da Igreja de Inglaterra, alimentado pela nostalgia da Igreja indivisa do tempo dos Padres. John Henry Newman tornar-se-ia, mais tarde, Cardeal da Igreja católica. O Movimento de Oxford contribuiu muito para intensificar as relações entre anglicanos e católicos. Por exemplo, uma das heranças deixadas por este movimento foram os encontros que se iam estabelecendo entre as duas Igrejas. (Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, 120).

<sup>130</sup> Nos finais do século XIX realizaram-se alguns encontros entre Lord Halifax e o padre católico Fernand Portal. Nesses encontros foram debatidos e refletidos alguns temas, principalmente a questão da validade das ordenações anglicanas. Mas como tinham sido declaradas nulas pelo Papa Leão XIII, através da bula *Apostolicae Curae* de 15 de setembro de 1896, os encontros foram suspensos. (Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 76).

<sup>131</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 83.

<sup>132</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 49.

As Conversações de Malines realizaram-se durante o final do pontificado de Bento XV e princípios do pontificado de Pio XI. Quer do lado anglicano quer do lado católico, os promotores das Conversações de Malines obtiveram um bom acolhimento por parte das autoridades eclesiásticas superiores de ambas as Igrejas. O arcebispo de Cantuária seguia de perto a iniciativa e o Papa Pio XI deu a sua bênção e o seu apoio ao cardeal Mercier<sup>133</sup>. No entanto, apesar de terem o apoio e o incentivo por parte dos responsáveis máximos do anglicanismo e do catolicismo, estas conversações não tinham um carácter oficial, mas limitavam-se a encontros de teor privado.

Não era objetivo dos dois parceiros do diálogo persuadir ou convencer a outra parte, impondo o que quer que fosse. No que respeita à forma de estar das duas partes em diálogo, a atitude foi sempre na base do respeito, nunca houve uma atitude de superioridade. Os encontros tinham por finalidade expor as ideias e discutir questões teóricas e dogmáticas com o único objetivo de se darem a conhecer mutuamente. Malines procurou ser um lugar de encontro, de conhecimento, de respeito pela história, ajudando a afastar tudo aquilo que fosse obstáculo à união, clarificando mal-entendidos e derrubando alguns preconceitos<sup>134</sup>. O programa destes encontros e a intenção com que eram feitas estas conversações emergem nas seguintes palavras do cardeal Mercier, por ocasião da primeira conversação:

«O Santo Padre põe uma insistência particular em nos lembrar que espera de nós, sobretudo, um trabalho de aproximação que consiste em desanuviar a atmosfera, quer dizer em dissipar os equívocos, em se libertar de parte a parte dos preconceitos, em restabelecer a verdade histórica. Afastar o melhor que pudermos os obstáculos da união, essa é a nossa tarefa; a união essa será obra da graça na hora que a divina Providência se dignar escolher»<sup>135</sup>.

Sendo um grupo mais restrito e constituído por membros de duas Igrejas, as Conversações de Malines mostraram ser um lugar onde o diálogo era mais fácil e mais ordenado. Muitas vezes nas grandes assembleias ecuménicas, grandes em número de participantes, tornou-se difícil o diálogo, não havendo uma discussão ordenada por existirem muitas tradições confessionais diferentes e sem haver um conhecimento mútuo. Nas Conversações de Malines, como eram realizadas entre dois grupos pequenos e apenas entre duas tradições religiosas, revelou-se ser mais fácil o trabalho ecuménico. Também não podemos esquecer um ponto importante, ou seja, os protagonistas de Malines eram teólogos bem qualificados. Parece que uma das preocupações católicas, em âmbito ecuménico, foi sempre escolher pessoas que tivessem grande competência teológica. É importante realçar

---

<sup>133</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 150-151.

<sup>134</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, 1962, pp. 150-151.

<sup>135</sup> D. MERCIER cit. in G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 153.

este ponto, uma vez que numa das assembleias ecuménicas do Movimento “Fé e Constituição” houve dificuldades, pois alguns membros mostravam certa ignorância relativamente aos símbolos da fé dos concílios primitivos, o que tornava o trabalho ecuménico mais complexo<sup>136</sup>.

No período de 1921 a 1926, aconteceram cinco conversações em Malines. Não é nosso objetivo expor aqui, nem fazer uma análise exaustiva dos diálogos que tiveram lugar nas cinco conversações. No entanto, será importante particularizar alguns aspetos mais importantes.

A primeira conversação realizou-se entre os dias 6 e 8 de Dezembro de 1921 e a delegação anglicana era composta por Lord Halifax, Armitage Robinson, deão de Wells, e Walter Frere, bispo de Truro. Do lado católico, composta pelo cardeal Mercier, pelo seu vigário geral, Van Roey, e pelo padre Fernand Portal<sup>137</sup>. Neste primeiro momento de conversações não houve um programa específico, mas a prioridade esteve em fixar algumas questões preliminares com vista a organizarem os futuros encontros. Foi importante, logo de início, ter-se chegado a um acordo no que diz respeito à diversidade dentro da unidade da Igreja, recorrendo aos exemplos das Igrejas Orientais. Porém, houve maior dificuldade quando se debateu o papel do papado. Walter Frere admitiu que os anglicanos não têm qualquer problema em aceitar um Papa como fator de unidade, mas colocou algumas reservas ao modo como os católicos concebem o seu múnus. Afirmou ainda, que uma das causas da separação da Igreja anglicana encontra-se no papado. Lord Halifax não deixa de sublinhar esta dificuldade entre as duas Igrejas, mas atenua a questão apontando para as influências políticas na altura da separação<sup>138</sup>. Ainda houve tempo para tocar no assunto da natureza da Igreja, especialmente à luz do Concílio de Trento e do I Concílio do Vaticano, bem como no ponto das ordenações anglicanas, um dos temas mais delicados, de modo a que se levantasse a declaração de invalidez das mesmas<sup>139</sup>.

No final do primeiro encontro, Armitage Robison lançou o apelo aos membros do diálogo para se guardar a discrição necessária do público. Estavam, no entanto, salvaguardadas as informações que iriam ser dadas ao arcebispo de Cantuária e ao Papa Pio XI. Todavia, como não se tratava de conversações de carácter oficial, era importante haver uma discrição absoluta para com a imprensa, de modo a não comprometer os futuros trabalhos<sup>140</sup>.

---

<sup>136</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 154.

<sup>137</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 154.

<sup>138</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, pp. 86-87.

<sup>139</sup> Cf. C. BOYER, *Unità Cristiana e Movimento Ecumenico*, Editrice Studium, Roma, 1955, p. 83.

<sup>140</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 88.

A segunda conversação aconteceu nos dias 14 e 15 de março de 1923 e participaram os mesmos elementos da primeira conversação. Este encontro foi preparado pelos anglicanos, que elaboraram um documento bastante complexo. O documento via a possibilidade de se estabelecer uma união entre a Igreja anglicana e a Santa Sé, que poderia ser no início mais ou menos completa. Os elementos presentes estudaram as questões da jurisdição do Papa e dos bispos, mas logo os anglicanos apresentaram posições diferentes. Por exemplo, o deão de Wells, Armitage Robinson, chegou a dizer que não poderia existir nenhuma jurisdição estrangeira em Inglaterra. Para além desse tema, o documento pretendia ainda que se reconhecessem aos anglicanos alguns dos seus ritos, como o uso da língua e do rito inglês, a comunhão sob as duas espécies e a autorização do matrimónio para o clero. Os primeiros pontos não mostraram ser um grande problema; quanto ao último, o cardeal Mercier mostrou maior reserva, pois a disciplina do celibato é um tema caro a Roma<sup>141</sup>.

A terceira conversação realizou-se nos dias 7 e 8 de novembro de 1923. Antes houve um maior período de preparação e, desta vez, coube às duas partes a elaboração dos documentos preparatórios. Como um dos temas da conversação anterior tinha sido a primazia de Pedro e o papel do papado, retomou-se com mais profundidade recorrendo agora às fontes bíblicas e da Tradição. Para além dos elementos que já tinham participado nos outros encontros, foram nomeados pelo arcebispo de Cantuária o antigo bispo de Oxford, Gore, e o diretor do Keble College da mesma cidade, Kidd. Também da parte católica estiveram mais duas pessoas presentes: Monsenhor Batiffol e o cónego Hemmer<sup>142</sup>.

Constatou-se no decorrer dos trabalhos que havia concordância quanto à importância da figura de Pedro, segundo os testemunhos deixados pelos Evangelhos e pelos Atos dos Apóstolos. Reconheceu-se a importância do primado de Pedro entre os apóstolos. Mas, quando se voltou a falar da jurisdição do Papa, não houve tantos entendimentos. Percebeu-se que era um tema delicado e difícil de compreensão entre os anglicanos. Armitage Robison e Gore afirmam que não aceitam o termo de «jurisdição» como a Igreja católica o concebe, preferem falar da primazia do Papa como «líder espiritual». Se o primado fosse interpretado nesse sentido, os anglicanos teriam mais facilidade em aceitá-lo. É então que o cardeal Mercier e os seus parceiros católicos propõem que seja elaborado um documento com os pontos em comum. Todavia os anglicanos decidem fazer um documento com as várias posições diferentes<sup>143</sup>.

---

<sup>141</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, pp. 89 e 92.

<sup>142</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 94.

<sup>143</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, pp. 95-96.

É a partir deste momento que as Conversações foram tornadas conhecidas do público, graças ao arcebispo de Cantuária, Randall Davidson, que, numa carta pastoral no Natal de 1923, faz referência a elas. O cardeal Mercier, que estava a ser alvo de algumas críticas, publicou, em janeiro de 1924, uma carta pastoral sobre as Conversações de Malines, defendendo a dedicação com que se estava a fazer o diálogo com os «irmãos separados»<sup>144</sup>. Também o Papa Pio XI numa alocução consistorial, em março de 1924, reconheceu os esforços que alguns católicos têm feito nas Conversações de Malines, enviando depois uma carta ao cardeal Mercier encorajando a continuação dos trabalhos<sup>145</sup>.

O carácter público das Conversações de Malines despertou, em alguns meios anglicanos e católicos, um interesse positivo, mas os seus participantes não escaparam a algumas críticas negativas noutros meios. Um padre jesuíta, Woodlock, atacou violentamente o cardeal Mercier, acusando-o de colocar o catolicismo em perigo. Não se tratou de uma atitude isolada, porque muitos pensavam o mesmo, embora não o verbalizassem<sup>146</sup>. Estas atitudes revelaram que o diálogo ecuménico ainda não era claramente aceite por muitos católicos, o que contribuiu ainda mais para uma reserva na aceitação oficial por parte da Igreja católica.

É neste contexto, um pouco hostil, que durante os dias 19 e 20 de maio de 1925 se realiza a quarta conversação. Esta conversação foi acompanhada com maior curiosidade em relação às conversações precedentes. Estiveram presentes neste quarto encontro os mesmos elementos da terceira conversação. Os dois grupos, à semelhança do que já tinham feito, elaboraram previamente alguns estudos de modo a preparar o encontro com cuidado. A parte católica preparou um estudo do ponto de vista dogmático sobre o episcopado e o papado. A parte anglicana preparou um estudo sobre as relações do episcopado e do papado do ponto de vista histórico. Apesar de existirem diferenças e dificuldades na compreensão de certos pontos, parece que a conversação terminou com ambos os lados satisfeitos, fortalecendo ainda mais o diálogo entre as duas Igrejas<sup>147</sup>.

O ano de 1926 marcou, de forma negativa, as Conversações de Malines, com a morte do cardeal Mercier e do padre Fernand Portal. Sem estas duas figuras, que tiveram um papel muito importante na construção do diálogo em Malines, comprometeu-se o futuro das conversações<sup>148</sup>.

---

<sup>144</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 157-158.

<sup>145</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 97.

<sup>146</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 195.

<sup>147</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, pp. 97-100.

<sup>148</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 159.

Embora sem a presença destes dois protagonistas, ainda assim realizou-se uma quinta conversação, nos dias 11 e 12 de outubro de 1926. Não se deram início ao debate de novos temas, sem primeiro aprofundar e recapitular os temas já trabalhados em conjunto, procedendo-se ao seu exame. Assim sendo, elaborou-se um texto síntese onde eram apresentados alguns pontos comuns, bem como também alguns pontos divergentes. Por exemplo, entre os anglicanos e os católicos já havia um acordo-base: Jesus Cristo tinha fundado uma só Igreja e a sua vontade era que os fiéis permanecessem na unidade. Também havia acordo no que respeita aos primeiros concílios ecuménicos e, a validade dos dogmas neles proclamados, bem como os artigos presentes nos símbolos da fé. Sobre o primado papal, sobre o qual, como já tivemos oportunidade de observar, existiam algumas divergências, disseram que carecia ainda de um estudo que poderia ser desenvolvido em futuros diálogos<sup>149</sup>.

Com esta quinta conversação põe-se termo ao percurso feito pelas duas Igrejas anglicana e católica. Com a morte do cardeal Mercier e do padre Fernand Portal, o Papa Pio XI, em 1928, aconselhou o monsenhor Van Roey a não continuar com as conversações<sup>150</sup>, alegando que estas tinham ido longe de mais<sup>151</sup>.

Olhando para a generalidade dos vários encontros podemos concluir que as conversações de Malines foram essenciais para a construção de um bom ambiente entre anglicanos e católicos, procurando afirmar pontos de convergência e permitindo assinalar alguns dos maiores pontos de divergência. De facto, estas conversações contribuíram para que o ecumenismo, tal como ele foi pensado no século XX, se colocasse mais uma vez diante da Igreja católica. O diálogo foi possível ainda que, oficialmente, a Igreja católica estivesse numa atitude de reserva para com o Movimento Ecuménico e as iniciativas dele derivadas. As intenções do cardeal Mercier e dos seus colegas católicos não foram muitas vezes compreendidas no seio da Igreja católica. Por fim, estas conversações são testemunho de um esforço considerável realizado pelas duas Igrejas, e a sua experiência mostrou também que os encontros de menor dimensão, ou seja, os encontros com poucos participantes são mais favoráveis ao aprofundamento do diálogo ecuménico no plano doutrinal<sup>152</sup>.

### **1.3- A Fraternidade «Una Sancta»**

À semelhança do que sucedeu nas Conversações de Malines, onde se estreitaram as relações entre anglicanos e católicos, na Alemanha surgiu em 1938 a fraternidade «Una Sancta», fundada pelo padre católico Max Josef Metzger (1887-1944), com a intenção de

---

<sup>149</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, pp. 97 e 101-102.

<sup>150</sup> Cf. C. BOYER, *Unità Cristiana e Movimento Ecumenico*, p. 84.

<sup>151</sup> Cf. Y. CONGAR, *Ensaio ecuménicos. O movimento, os homens, os problemas*, p. 25.

<sup>152</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 160-161.

aproximar luteranos e católicos<sup>153</sup>. O padre Max Josef Metzger seguiu de perto o nascimento do Movimento Ecuménico e chegou a marcar presença em duas das suas assembleias<sup>154</sup>. Depois da primeira Grande Guerra, trabalhou em prol da paz quer na sociedade quer entre as Igrejas e, durante muitos anos, estabeleceu vários contactos com pastores das Igrejas reformadas, principalmente na Alemanha, mas também com os de outros países<sup>155</sup>. Esses contactos favoreceram as relações entre as várias Confissões cristãs. Apesar de a Alemanha ser um país fortemente marcado por uma grande diversidade religiosa, isso não se apresentou como um problema, ao invés, esse facto foi favorável à aproximação e à construção de diálogos, nomeadamente entre luteranos e católicos<sup>156</sup>.

Mas esta facilidade na construção do diálogo na sociedade alemã deveu-se de modo particular a dois fatores, resultantes da realidade cultural e da situação sociopolítica vivida na Alemanha. Em primeiro lugar, tinha surgido e estava a consolidar-se na Alemanha o regime de Hitler, conhecido por desencadear perseguições aos luteranos, calvinistas e também aos católicos. Debaixo desta hostilidade, os cristãos das várias Confissões aproximaram-se ainda mais uns dos outros para enfrentarem juntos o perigo de Hitler. Foi assim que os cristãos, perseguidos pelo regime nacional-socialista, promovem encontros ocasionais de colaboração mútua. Em segundo lugar, uma das outras causas para esta facilidade de aproximação é o facto de, na Alemanha, não haver a separação entre o ensino da teologia e das outras disciplinas universitárias. As faculdades de teologia estavam presentes nas várias universidades, o que por sua vez possibilitou a vivência e o intercâmbio entre alunos e professores, contribuindo, pois, para uma maior abertura e cooperação mútua<sup>157</sup>.

É neste contexto social que o padre Max Josef Metzger vive e procura levar por diante o seu apostolado de paz e reconciliação entre os cristãos. O seu único desejo era ajudar a canalizar as vontades de encontro que já existiam entre os católicos e protestantes. Ele procurava «curar o desmembramento da Igreja de Cristo» e «estabelecer no mundo inteiro o reino pacífico de Cristo»<sup>158</sup>. Daí surge a necessidade de fundar a Fraternidade *Una Sancta*

---

<sup>153</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 167.

<sup>154</sup> Os padres católicos Max Josef Metzger e Hermann Hoffmann (1878-1973) estiveram presentes, ainda que a título de observadores, na assembleia do Movimento «Cristianismo Prático» em Estocolmo, no ano de 1925 e na assembleia do Movimento «Fé e Constituição» em Lausana, no ano de 1927, como pudemos ter oportunidade de ver na I parte deste trabalho: Cf. E. ISERLOH, “El movimiento ecuménico”, in H. JEDIN y K. REPGEN (Orgs.), *Manual de História de la Iglesia*, Vol. IX, “La Iglesia mundial del siglo XX”, Editorial Herder, Barcelona, 1984, p. 677.

<sup>155</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 167.

<sup>156</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 163.

<sup>157</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 165-166.

<sup>158</sup> G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 168-169.

que, inicialmente, promoveu dois encontros, um em 1939 e outro em 1940, em Meitingen, junto à cidade alemã de Augsburg<sup>159</sup>, lugar histórico carregado de enorme simbolismo<sup>160</sup>.

A Fraternidade *Una Sancta*, fundada neste âmbito é, nas palavras do padre Max Josef Metzger, um espaço de oração onde os cristãos são encorajados a «construir pontes intelectuais e espirituais» entre si, acentuando mais o «que une», em vez do «que separa», sempre numa atitude ao «serviço da caridade cristã»:

«Os membros prometem rezar, com a Oração do Senhor que é comum a todos os cristãos, e com a oração sacerdotal de Cristo, pela vinda do reino de Cristo à terra e pela sua unidade na fé e no amor. Prometem encorajar os seus irmãos a rezarem assim. Esforçar-se-ão por construir pontes intelectuais e espirituais entre as confissões cristãs separadas, insistindo mais sobre o que une do que sobre o que separa, dissipando as incompreensões, respeitando a verdade em toda a parte, aprofundando o seu amor fraterno e procurando promover relações fraternais e obras comuns ao serviço da caridade cristã»<sup>161</sup>.

Como estava em curso a segunda Grande Guerra, não foi possível continuar este tipo de encontros. O próprio padre Max Josef Metzger, defensor da paz, foi preso várias vezes pelo regime hitleriano. Numa das vezes em que se encontrava preso, em 1939, escreveu alguns textos sobre o que pensava do diálogo entre os cristãos. A partir dos seus textos elaborou uma carta para ser enviada ao Papa Pio XII, onde fala do ecumenismo e das atitudes que «bispos e pastores» deveriam ter em prol da unidade cristã. Num tom forte e de alerta, reconheceu que não são as «diferenças dogmáticas» a principal dificuldade à reunião entre os cristãos. Ainda nesta carta, o padre Max Josef Metzger sugeriu a Pio XII a convocação de um concílio ecuménico de modo a resolver as dissidências entre os cristãos, mas dizia que era necessária uma longa preparação. Não há certezas de que a carta tenha chegado às mãos do Papa<sup>162</sup>. Deixamos aqui um pequeno excerto dessa carta:

«Nada, pois, acabaria tão eficazmente com estes preconceitos e, por isso mesmo, ajudaria as confissões religiosas separadas de nós a aproximar-se espiritualmente, como uma atitude leal e humilde, vinda do coração, da parte de todos os bispos e pastores, apesar da sua responsabilidade de desempenhar a função apostólica e mesmo por causa desta responsabilidade. Quem quer que esteja familiarizado com o desenvolvimento interior das Igrejas separadas de nós admitirá como verdadeiro que as diferenças dogmáticas, por sérias e

---

<sup>159</sup> Cf. E. ISERLOH, “El movimiento ecuménico”, in H. JEDIN y K. REPGEN (Orgs.), *Manual de História de la Iglesia*, Vol. IX, La Iglesia mundial del siglo XX, p. 678.

<sup>160</sup> Foi nesta cidade que, em 25 de setembro de 1555, foi assinado o decreto de paz religiosa de Augsburgo. Neste decreto surgiu um novo princípio que procurava regular a questão religiosa no interior das sociedades. Segundo o princípio *Cuius regio, eius et religio*, os súditos dos príncipes de cada região do Sacro Império Romano-Germânico deveriam seguir a sua religião. A partir da paz religiosa de Augsburgo puseram-se fim às chamadas guerras de religião entre luteranos e católicos. (Cf. E. ISERLOH, “La reforma protestante impulsada por los príncipes alemanes”, in H. JEDIN (Org.), *Manual de História de la Iglesia*, Vol. V, Reforma, Reforma Católica y Contrarreforma, Editorial Herder, 1972, pp. 419-424).

<sup>161</sup> M. J. METZGER cit. in G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, 168.

<sup>162</sup> G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 168-170.

importantes que sejam, não constituem hoje o principal obstáculo à reunião. A atitude espiritual de cada lado é bem mais importante. Isto não se pode decidir simplesmente falando de verdade dum lado e de erro do outro»<sup>163</sup>.

A 17 de abril de 1944, o padre Max Josef Metzger foi executado, depois de ter sido acusado e condenado pelo regime de Hitler. Mas a Fraternidade *Una Sancta* não terminou com a morte do seu fundador. Houve cuidado e empenho na continuidade deste trabalho, através do padre Matthias Laros e, mais tarde, pelo bispo D. Thomas Sartory. Todavia, a Fraternidade *Una Sancta* deixou de ser uma simples confraria de oração para passar a ser um movimento. Este movimento, depois da guerra, organizou várias reuniões e congressos.

No início da sua fundação, a Fraternidade *Una Sancta* publicava uma espécie de boletim, com o mesmo nome da instituição, mas com o objetivo meramente informativo. A partir de 1950, D. Thomas Sartory transformou o boletim numa revista teológica, onde pudessem ser publicados alguns textos de debate teológico, unicamente à volta de temas ecuménicos<sup>164</sup>. A revista *Una Sancta* é publicada nos dias de hoje.

#### **1.4- Centros de Ecumenismo**

Algumas iniciativas católicas, nos princípios do século XX, tiveram como prioridade os momentos de oração pela unidade, como foi o caso da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. Antes de qualquer debate teológico era necessário, em primeiro lugar, a união através da oração e o desenvolvimento de uma maior sensibilidade e consciência no seio do catolicismo acerca da questão da unidade dos cristãos. Para o padre Paul Couturier, no diálogo ecuménico, antes de tudo, era importante uma aproximação de corações e só depois poderia estabelecer-se um debate teológico, pois isto era muito mais trabalhoso<sup>165</sup>.

Com certeza que estas iniciativas, que congregaram muitos cristãos em oração, para além de terem despertado para a problemática da separação, contribuíram para derrubar alguns muros de preconceitos que se tinham construído ao longo dos séculos. Mas o trabalho ecuménico por parte dos católicos não ficou limitado a estas iniciativas orantes, e também se desenvolveram encontros teológicos com a finalidade de dar a conhecer as diferentes doutrinas. Para existir uma verdadeira fraternidade entre os cristãos das várias Confissões cristãs era fundamental o conhecimento mútuo, que passa necessariamente pelo conhecimento

---

<sup>163</sup> M. J. METZGER cit. in G. TAVARD *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 169-170.

<sup>164</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 171-172.

<sup>165</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 188.

das doutrinas<sup>166</sup>. Os exemplos anteriores das Conversações de Malines e da Fraternidade *Una Sancta*, mostraram a conexão existente entre a oração e a reflexão teológica.

Entre os principais responsáveis eclesiais da primeira metade do século XX havia a consciência que a reflexão teológica era muito importante para o diálogo ecuménico. Neste sentido, foram fundados centros de oração e de estudo, onde se fomentou a reflexão e o debate teológico. Alguns destes centros foram até «para além daquilo que institucional e oficialmente era reconhecido»<sup>167</sup>.

No ano de 1924, o Papa Pio XI dirigiu-se ao abade primaz da Ordem Beneditina<sup>168</sup> através da carta *Equidem Verba* e pediu-lhe uma atenção para com a questão da unidade. Em Dezembro de 1925, D. Lamberto Beauduin (1873-1960)<sup>169</sup>, juntamente com outros monges, cria o primeiro centro ecuménico, chamados de «Monges da União», em Amay-sur-Meuse, na Diocese de Liège (Bélgica)<sup>170</sup>. Mais tarde, em 1939 foi transferido para *Chevetogne*, na diocese de Namur (Bélgica). Procurando apoiar-se numa das tradições religiosas mais antigas no Ocidente, anterior às divisões do protestantismo nascidas no seio da cristandade e mesmo antes da cisão com o Oriente ortodoxo, o Papa Pio XI quis contar com o apoio dos beneditinos para reaproximar os católicos e os outros cristãos<sup>171</sup>.

Neste sentido, desde 1925 que este centro de preocupação ecuménica é considerado um dos lugares pioneiros na questão da unidade. É um lugar de oração, de encontro e de trabalho teológico entre os cristãos das várias Confissões cristãs<sup>172</sup>, mas dedicou-se em particular ao estudo das espiritualidades orientais e do monaquismo, promovendo vários encontros entre católicos e ortodoxos<sup>173</sup>.

A vida litúrgica dos monges de *Chevetogne* organiza-se em dois grupos litúrgicos: os da tradição do Ocidente e os de tradição bizantina. Esta foi e é uma das grandes características deste mosteiro: a grande abertura às tradições litúrgicas do Ocidente e do Oriente<sup>174</sup>.

A oração é essencial na vida dos monges, por isso não podia deixar de ter um lugar de primazia. Através da oração os cristãos procuram chegar à reconciliação: «É ela que, num

---

<sup>166</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 188.

<sup>167</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 43.

<sup>168</sup> O abade primaz nesse ano era D. Fidèle de Stotzingen (Cf. M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. 324).

<sup>169</sup> D. Lambert Beauduin era monge na abadia de Mont-César (Louvain).

<sup>170</sup> Cf. <https://www.monasteredechevetogne.com/History>, acedido em 1 de agosto de 2017.

<sup>171</sup> Através do nosso estudo, soubemos que por detrás do pedido do Papa Pio XI ao abade primaz, D. Fidèle de Stotzingen, está a figura de D. Lambert Beauduin. Parece que D. Lambert Beauduin foi um dos primeiros a sentir a necessidade de levar avante o renovamento litúrgico, a aproximação aos cristãos do Oriente e pelo ecumenismo. (Cf. M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. 324).

<sup>172</sup> Cf. <https://www.monasteredechevetogne.com/EcumenicalVocation>, acedido em 1 de agosto de 2017.

<sup>173</sup> Cf. J. BOSCH, *Para compreender el ecumenismo*, p. 123.

<sup>174</sup> Cf. <https://www.monasteredechevetogne.com/community>, acedido em 1 de agosto de 2017.

laborioso caminho de conversão, unifica cada pessoa, tal como prepara as nossas comunidades e as nossas Igrejas, para receberem plenamente o dom da unidade»<sup>175</sup>.

Uma das componentes da abadia beneditina de *Chevetogne* é a revista *Irenikon*, lançada em Abril de 1926 por D. Lambert Beauduin. Esta revista surgiu com o intuito de recolher e publicar todo o trabalho realizado por este centro ecuménico. Mais tarde, em 1948 a revista ganhou uma maior amplitude e um maior nível científico graças ao contributo de D. Clément Lialine (1901-1958)<sup>176</sup>. Nela são publicados estudos históricos, teológicos e espirituais com a finalidade de «pôr em comum as riquezas da Tradição de que vivem as Igrejas do Oriente e do Ocidente e, desta forma promover uma estima recíproca, primeiro passo para um diálogo sério entre as igrejas»<sup>177</sup>.

Em 1950, na comemoração do jubileu da comunidade de *Chevetogne*, D. Lambert Beauduin escreveu um texto onde referiu «a doutrina da Igreja, corpo místico de Cristo» como a única doutrina sobre a qual a União das Igrejas deve ser concebida. Com esta doutrina, os obreiros em prol da união deviam estar conscientes de que o essencial é a plena estatura de Cristo, cabeça da Igreja. Refere que o verdadeiro «ganho quantitativo e qualitativo» da Igreja é o crescimento em Cristo. Também fala da vida espiritual e do trabalho dos «apóstolos da união»<sup>178</sup>:

«Só há uma doutrina em função da qual podemos conceber a União das Igrejas, se quisermos pensá-la em toda a sua profundidade sobrenatural e na sua riqueza divina: é a doutrina da Igreja, corpo místico de Cristo. Na base da sua vida espiritual, os obreiros da aproximação devem colocar o crescimento do Corpo de Cristo; devem compreender em profundidade que a única coisa que nos interessa é a plena estatura de Cristo. Catolicismo significa universalidade, mas universalidade em Jesus Cristo Nosso Senhor. Todo o ganho quantitativo ou qualitativo da Igreja não se resume à integração de elementos novos numa sociedade religiosa, mas sobretudo num crescimento vital do nosso Corpo comum, que é também o Corpo de Jesus.

Quando os obreiros da União tiverem realizado na sua vida esta especialização sobrenatural; quando tiverem atingido uma entusiástica compreensão da única Igreja Corpo de Cristo, terão nessa altura compreendido também que a unidade da Igreja é o desejo supremo de Jesus, e que, por isso mesmo, não há trabalho mais católico do que o trabalho pela União. É esta “especialização” eclesial a que devem aplicar-se, sem descanso, e contra todas as rotinas contrárias, os apóstolos da união!»<sup>179</sup>.

Em 1964 foi construído o Centro Ecuménico D. Lambert Beauduin com o objetivo de oferecer um local de acolhimento de grupos, onde se possa promover encontros, conferências, congressos ecuménicos e reuniões de estudos<sup>180</sup>.

---

<sup>175</sup> Cf. <https://www.monasteredechevetogne.com/EcumenicalVocation>, acessado em 1 de agosto de 2017.

<sup>176</sup> Cf. M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. 331.

<sup>177</sup> Cf. <https://www.monasteredechevetogne.com/Irenikon>, acessado em 1 de agosto de 2017.

<sup>178</sup> Cf. M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. 327.

<sup>179</sup> L. BEAUDUIN cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. 327.

<sup>180</sup> Cf. <https://www.monasteredechevetogne.com/EcumenicalCenter>, acessado em 1 de agosto de 2017.

Em França surgiram dois centros de oração e de estudo: o centro *Istina* e o centro *San Ireneo*. Ambos os centros surgiram sob a direção dos padres dominicanos. Estes centros desenvolveram um conjunto de encontros ecuménicos voltados para o estudo dos mundos espirituais e teológicos da Reforma Protestante, do anglicanismo e da ortodoxia. Alguns dos encontros ecuménicos realizados, como não eram oficiais, não foram bem olhados por Roma e foram considerados «suspeitos»<sup>181</sup>. O centro de estudos *Istina* foi dirigido pelo padre Christophe-Jean Dumont (1898-1991) no Boulogne-sur-le-Seine, em Paris<sup>182</sup>. De modo particular, este centro ocupou-se sobretudo pela ortodoxia russa, contudo não deixou de prestar atenção a outros problemas ecuménicos. Como instrumentos de informação e de formação, este centro lançou duas publicações: a revista *Istina* e o boletim *Vers l'unité chrétienne*<sup>183</sup>. O centro de estudos *San Ireneo* foi dirigido pelo padre René Beaupère na cidade de Lyon, dedicado à realização de encontros ecuménicos entre os católicos e os cristãos da Reforma Protestante<sup>184</sup>. O padre René Beaupère dirigiu neste centro a revista *Lumière et Vie*, com números monográficos dedicados ao problema ecuménico: em 1954 o texto *Chrétiens séparés devant l'œcuménisme*; em 1958 o texto *Aspects du protestantisme* e em 1959 o texto *Le Concile œcuménique*<sup>185</sup>.

Na Alemanha, em Paderborn, foi criado em 19 de janeiro de 1957 o Instituto Johann-Adam Möhler, assinalado deste modo a referência a um dos teólogos católicos considerado como precursor do ecumenismo moderno<sup>186</sup>. Por iniciativa do arcebispo Lorenz Jäger (1892-1975)<sup>187</sup>, o Instituto contou com o apoio de três professores da Academia de Filosofia-Teologia da mesma cidade: Paul Simon, Adolf Herte e Norbert Peters. A diocese de Paderborn é o órgão governante do Instituto, que teve como primeiro director o teólogo Dr. Eduard Stakemeier (1904-1970)<sup>188</sup>.

Mas antes da criação do Instituto foram dados alguns passos ecuménicos importantes e que levaram de certa forma à sua fundação: Paul Simon foi um dos primeiros autores

---

<sup>181</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 123.

<sup>182</sup> Cf. J. E. VERCRUYSSSE, *Introducción a la Teología Ecuménica*, Editorial Verbo Divino, Estella, 1993, p. 74.

<sup>183</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 188-189.

<sup>184</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, pp. 188-189.

<sup>185</sup> Cf. M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. 336.

<sup>186</sup> Johann Adam Möhler é um teólogo nascido em 1796, em Igersheim. É considerado, pelo arcebispo Lorenz Jäger, como um «renovador da teologia católica», como um «teólogo da unidade da Igreja» e um «teólogo da reunificação». Johann Adam Möhler contribuiu no seu tempo por uma superação de algumas controvérsias e é considerado como um precursor e pioneiro da teologia ecuménica, que agora se começava a desenvolver. Daí ter causado uma grande influência nos teólogos do século XIX e princípios do século XX, principalmente na Alemanha com a criação deste Instituto em Paderborn. Para ele, o Espírito Santo era o princípio da unidade e da vida da Igreja, por isso defendia que o ecumenismo era necessário à teologia, não era algo secundário a ela. (Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, pp. 529 e 540).

<sup>187</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 43.

<sup>188</sup> Cf. <http://www.moehlerinstitut.de/en/institute/history>, acessado em 11 de agosto de 2017.

católicos a lidar com o movimento ecuménico. Na altura da segunda guerra mundial, Paul Simon e o D. Lorenz Jäger mantiveram muitos contactos ecuménicos; Adolf Herte desenvolveu estudos acerca da visão católica de Martinho Lutero; por fim, Norbert Peters, exegeta, promoveu encontros com outros exegetas protestantes, nomeadamente no estudo do Antigo Testamento. Ambos mantiveram alguns contactos ecuménicos, e nos trabalhos preparatórios desses encontros também estiveram outros teólogos presentes: Karl Rahner e Romano Guardini<sup>189</sup>. Em 1941, no dia em que foi ordenado bispo, Lorenz Jäger afirmou que não conseguia pronunciar a palavra paz naquele momento sem estar a pensar nos irmãos protestantes com fé no amor do Bom Pastor<sup>190</sup>.

No dia 5 de Agosto de 1942, na Conferência Episcopal Alemã, D. Lorenz Jäger pronunciou-se sobre o que considerava ser a forma correta de olhar os outros cristãos. Disse que não fazia qualquer sentido falar de «conversão dos protestantes», acrescentando que não se podia tratar os protestantes de hoje como se tivessem apenas separados da Igreja, uma vez que a separação aconteceu há mais de 400 anos<sup>191</sup>.

Em 1946, através dos trabalhos preparatórios dos vários contactos ecuménicos, D. Lorenz Jäger, juntamente com o bispo luterano Wilhelm Stählin, criaram um grupo de trabalho ecuménico «Círculo Jäger-Stählin» entre teólogos católicos e protestantes. Desse grupo faziam parte também os teólogos e futuros cardeais romanos Walter Kasper, Karl Lehmann e Joseph Ratzinger e o bispo luterano Eduard Lohse<sup>192</sup>.

O Instituto contribui, graças aos seus colaboradores, para refletir em problemas teológicos polémicos, colaborando assim para uma aproximação dos irmãos separados na fé. O arcebispo D. Lorenz Jäger estava convicto de que uma clara investigação teológica era essencial para uma autêntica aproximação ecuménica. O resultado das investigações e das reflexões teológicas dos membros do Instituto eram divulgados na sua revista *Catholica*<sup>193</sup>.

Depois da fundação do Instituto Johann-Adam Möhler, o cardeal Johannes-Joachim Degenhardt e o arcebispo Hans-Josef Becker, sucessores do então cardeal D. Lorenz Jäger,

---

<sup>189</sup> Cf. <http://www.moehlerinstitut.de/en/institute/history>, acedido em 11 de agosto de 2017.

<sup>190</sup> «I cannot utter the word peace in this hour without thinking of our protestant brothers in faith in the love of the God Shepherd» (L. JÄGER, in <http://www.moehlerinstitut.de/en/institute/tasks/departement-ecumenism>, acedido em 11 de agosto de 2017).

<sup>191</sup> «Parlare di “conversione” dei protestante non hà senso, finché ci si riferisce a cristiani credenti i quali quindi, non possono essere consci del bisogno di convertirsi. Il distacco dalla chiesa avvenne 400 anni fa, e non si possono trattare i protestanti di oggi come se si fossero appena distaccati dalla chiesa» (L. JÄGER, in *L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Italiana, Ano CXV, nº75, 1-2 aprile 1975, p. 2).

<sup>192</sup> Cf. <http://www.moehlerinstitut.de/en/institute/history>, acedido em 11 de agosto de 2017.

<sup>193</sup> Cf. *L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Italiana, Ano CXV, nº75, 1-2 aprile 1975, p. 2.

deram continuidade à sua obra, assumindo a tarefa ecuménica e impulsionando-a ainda mais<sup>194</sup>.

É também importante mencionar a iniciativa da «Conferência Católica Internacional para as Questões Ecuménicas». Foi criada em 1951 pelo holandês Monsenhor Johnnes Willebrands (1909-2006)<sup>195</sup> com a ajuda do padre Frans Thijssen. Johnnes Willebrands desempenhou o papel de secretário desta conferência durante o período de 1952-1963. Esta instituição permitiu o encontro entre muitos teólogos das várias confissões cristãs<sup>196</sup>: destacamos a amizade com o primeiro secretário-geral do CEI, Willem A. Visser't Hooft<sup>197</sup>. Os trabalhos desenvolvidos pela «Conferência Internacional para as Questões Ecuménicas» resultaram em 1960 na criação, junto da Cúria romana, do Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos<sup>198</sup>.

Os encontros realizados entre teólogos católicos e protestantes permitiram a descoberta das riquezas de ambas as partes. A troca e o desenvolvimento dos estudos bíblicos, das reflexões de alguns textos dos Padres da Igreja, dos debates teológicos contribuíram para o aprofundamento e o enriquecimento da própria fé. E puderam aperceber-se que havia mais coisas que os uniam do que os separavam, pelo que se sentiam mais próximos do que inicialmente teriam pensado estar<sup>199</sup>.

## 2- Os pioneiros católicos nas questões ecuménicas

Entramos agora na apresentação das personalidades católicas que foram pioneiras nas questões ecuménicas. O facto de a posição oficial da Igreja católica não ter sido inicialmente favorável ao Movimento Ecuménico<sup>200</sup> não impediu que surgissem no seu seio algumas vozes apoiantes deste movimento. As grandes assembleias ecuménicas foram para a Igreja católica um sinal de que os «cristãos separados» estavam a querer trilhar caminhos de unidade. É

---

<sup>194</sup> Cf. <http://www.moehlerinstitut.de/en/institute/tasks/department-ecumenism>, acedido em 11 de agosto de 2017.

<sup>195</sup> Foi ordenado bispo a 28 de junho de 1964 pelo Papa Paulo VI e criado cardeal em 28 de abril de 1969 pelo mesmo pontífice. Em 1969 sucedeu ao Cardeal Bea na presidência do Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos, até ao ano 1989.

<sup>196</sup> *L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XXXVII, n.31, 5 de agosto de 2006, p. 10.

<sup>197</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 555.

<sup>198</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 381. Sobre o Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos, fundado em 1960 já no pontificado do Papa João XXIII, não queremos aqui desenvolver este ponto, uma vez que, teremos oportunidade de o fazer no 3º capítulo desta II parte da dissertação dedicado às posições do magistério.

<sup>199</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 380.

<sup>200</sup> As razões que levaram a Igreja católica, oficialmente, a manter-se fora do Movimento Ecuménico serão expostas no capítulo seguinte: As posições oficiais do Magistério.

assim que muitos católicos vão olhar para os sinais ecuménicos com entusiasmo e esperança. Viam neles uma oportunidade para reaproximar todos os cristãos em torno da fé essencial e, assim, poder corresponder ao desejo de Jesus presente no Evangelho de São João: «para que todos sejam um só, como Tu, Pai, estás em mim e Eu em Ti» (Jo 17, 21).

No capítulo anterior, ao falarmos das iniciativas e instituições particulares, bem como de alguns centros ecuménicos, observámos alguns dos homens católicos que colaboraram ativamente na problemática ecuménica, ora pelo simples acompanhamento dos acontecimentos ecuménicos ora pelos desenvolvimentos das suas próprias iniciativas. Alguns deles, no princípio, atuaram para além do que o posicionamento oficial da Igreja católica reconhecia e permitia, pois nem todos na Igreja católica tinham as mesmas posições em relação ao Movimento Ecuménico<sup>201</sup>.

Na história do ecumenismo há muitas figuras católicas que sobressaem pela sua paixão ecuménica em favor da unidade cristã. Estas pessoas viveram a problemática do ecumenismo como uma prioridade nas suas vidas pastorais, começando a encarar o problema ecuménico no seu conjunto. Através dos seus esforços, do seu extraordinário empenho na construção do diálogo e da luta que travaram contra certos preconceitos históricos, deram passos importantes na construção e na consolidação das bases ecuménicas<sup>202</sup>. O seu pioneirismo, ainda que marcado por visões ecuménicas com algumas diferenças, fizeram com que a consciência ecuménica se impusesse dentro do catolicismo, encaminhando a Igreja católica para a abertura oficial ao ecumenismo surgida com o II Concílio do Vaticano. Na Igreja católica «brotou e amadureceu uma sementeira que prometia uma rica colheita e que aguardava o reconhecimento e a recepção oficial»<sup>203</sup>.

Esta mudança não aconteceu de um dia para o outro, mas foi um processo complexo e bastante longo. No entanto foi iniciada graças à ousadia das iniciativas particulares destas personalidades, oriundos de determinados países e meios culturais e religiosos onde a divisão dos cristãos e das Igrejas era um problema. Como disse Maurice Villain, estes grandes pioneiros «abalaram os hábitos cómodos e abriram a via do diálogo num plano de igualdade»<sup>204</sup>. Quer isto dizer que estas personalidades revelaram ter uma verdadeira atitude ecuménica, porque aperceberam-se de que era urgente entrar na via do diálogo com os outros cristãos, procurando ir ao encontro e deixar-se procurar para em conjunto se poder construir caminhos de unidade. Para eles não fazia qualquer sentido fechar as portas ao diálogo e

---

<sup>201</sup> Cf. E. WOLFF, “O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II”, in *Atualidade Teológica* 39 (2011), p. 408.

<sup>202</sup> Cf. M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. 318.

<sup>203</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, pp. 126 e 381.

<sup>204</sup> M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. 318.

continuar a colocar as culpas da separação exclusivamente naqueles que se separaram da Igreja católica, reconhecendo que a responsabilidade era de ambas as partes. Eles tiveram consciência que era possível trilhar novos caminhos na busca da unidade ferida, abrindo-se a novos projetos e a novos horizontes.

Sabemos que foram muitos os pioneiros nesta matéria e já tivemos oportunidade de mencionar alguns no capítulo anterior. Cabe-nos desenvolver, neste capítulo, cinco desses nomes mais importantes, pois não será possível apresentar todos.

## 2.1 - A missão do padre Fernand Portal

Fernand Étienne Portal<sup>205</sup> nasceu a 14 de Agosto de 1855 em Laroque, diocese de Montpellier (França), e faleceu no dia 19 de junho de 1926, em Paris. Frequentou o Seminário Menor de Montpellier durante os anos de 1869 e 1874. Em 1874, precisamente no dia em que celebrava os seus 19 anos, entrou para a Congregação da Missão dos padres lazaristas, inspirado pela figura de São Vicente de Paulo. Fez o percurso normal no Seminário Maior desta Congregação, de onde foi ordenado padre no dia 22 de Maio de 1880<sup>206</sup>.

Nos primeiros anos de padre foi nomeado professor de filosofia e de teologia nos Seminários Maiores de Oran e de Cahors<sup>207</sup>. Nesta primeira missão tomou consciência que era muito importante oferecer um ensino de excelência aos futuros missionários. Por isso, intensificou as suas leituras, interessando-se um pouco por tudo. Nessas leituras encontrou algumas obras e alguns textos sobre a temática da unidade cristã, com destaque para a obra do alemão Johann-Adam Möhler sobre a Unidade da Igreja e um pequeno ensaio do teólogo John Henry Newman<sup>208</sup>. Com certeza que estas leituras o marcaram profundamente, pois o percurso que a sua vida viria a traçar seria o apostolado pela unidade. Estas leituras ajudaram-no a ganhar um «profundo amor à Igreja e um desejo ardente de a servir»<sup>209</sup>.

A grande missão de Fernand Portal foi trabalhar em prol da unidade cristã, particularmente entre a Igreja católica e a Igreja anglicana. Grande parte da sua vida foi

---

<sup>205</sup> O espírito missionário despertou, desde muito cedo, em Fernand Portal, o desejo de fazer parte de uma congregação religiosa, daí a sua entrada para a Congregação da Missão. Ele desejava ser missionário na China, mas a sua débil saúde não lhe permitiu partir em missão. No final do século XIX, apesar de persistirem na sociedade ainda resquícios de ideais revolucionários da Revolução Francesa, a Igreja Católica em França assistia a uma grande renovação graças ao impulso missionário. O exemplo dos mártires lazaristas da China e do Vietnam tinham suscitado muitas vocações missionárias. Quanto aos pequenos resquícios revolucionários, que tendiam a desaparecer, Fernand Portal ainda os conheceu bem de perto. Quando se deslocou a Paris viu as dificuldades que alguns padres passavam com as populações, marcadas pelas ideias anticlericais. (Cf. R. GURTNER, “Un pionero del diálogo ecuménico contemporáneo: Fernando Portal”, in *Vincentiana* (45) 2001, Paris, p. 2).

<sup>206</sup> Cf. Y. CONGAR, *Ensaio ecuménico. O movimento, os homens, os problemas*, pp. 134-135.

<sup>207</sup> Cf. Y. CONGAR, *Ensaio ecuménico. O movimento, os homens, os problemas*, pp. 134.

<sup>208</sup> Cf. R. GURTNER, “Un pionero del diálogo ecuménico contemporáneo: Fernando Portal”, p. 3.

<sup>209</sup> Y. CONGAR, *Ensaio ecuménico. O movimento, os homens, os problemas*, p. 127.

dedicada ao diálogo ecuménico entre estas duas Igrejas irmãs. Ele é um precursor do ecumenismo na Igreja católica<sup>210</sup>. Não podemos esquecer que Fernand Portal nasce no final do século XIX, num tempo em que houve um amadurecimento das questões ecuménicas e num contexto todo ele voltado para a realização de um encontro universal entre os cristãos. Quando se realiza o grande encontro do Movimento Ecuménico de Edimburgo, em 1910, Fernand Portal já tinha dado passos ecuménicos muito importantes.

A sua vocação ecuménica teve início em 1889 por uma simples deslocação à ilha da Madeira, através do encontro com um anglicano, Lord Halifax<sup>211</sup>, que era presidente da associação *English Church Unión*, uma associação de anglicanos que favorecia as tendências católicas da Igreja de Inglaterra<sup>212</sup>. Nesse encontro ocasional e depois em outros encontros posteriores, as suas conversas tocaram os temas e os problemas religiosos. Num deles parece que Fernand Portal terá proposto a Lord Halifax para entrar em plena comunhão com o catolicismo, a exemplo do que tinha feito o seu conterrâneo John Henry Newman<sup>213</sup>. Perante tal proposta, Lord Halifax negou. Contudo, esta intervenção de Fernand Portal não abalou a amizade dos dois, antes a fortaleceu ainda mais. É então que ambos decidiram trabalhar em conjunto pela união entre as duas Igrejas, iniciando assim a campanha anglo-romana<sup>214</sup>. As suas atitudes ecuménicas revelavam uma grande sensibilidade e fervor pela questão da unidade<sup>215</sup>.

A campanha anglo-romana teve como principal padrão o debate acerca da validade das ordenações anglicanas<sup>216</sup>. O lugar de debate e da reflexão sobre este tema foi o Seminário de Cahors<sup>217</sup>, onde Fernand Portal era professor. Lord Halifax visita o Seminário durante os dias 2 a 7 de abril de 1892. Durante estes dias realizaram uma reunião entre católicos e anglicanos para poderem desenvolver a reflexão do tema a que se tinham proposto. Para esse encontro,

---

<sup>210</sup> Cf. J. BOSCH, *Para comprender el ecumenismo*, p. 206.

<sup>211</sup> Lord Halifax encontrava-se na ilha da Madeira por causa do seu filho que sofria de tuberculose e se encontrava internado no sanatório do Funchal. (Cf. R. GURTNER, “Un pioneiro del diálogo ecuménico contemporáneo: Fernando Portal”, p. 4).

<sup>212</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, p. 72.

<sup>213</sup> O artigo de R. GURTNER utiliza a palavra «conversão» ao catolicismo, porém nós optamos por colocar «entrar em plena comunhão», uma vez que é a forma mais correta.

<sup>214</sup> Cf. R. GURTNER, “Un pioneiro del diálogo ecuménico contemporáneo: Fernando Portal”, p. 5.

<sup>215</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, p. 72.

<sup>216</sup> A Igreja Católica vinha a considerar as ordenações anglicanas nulas desde o reinado de Isabel I (1533-1603), afirmando que a linha episcopal anglicana, que tinha sido criada pela rainha, descendia do Arcebispo Parker. O problema estava na validade do rito, ou seja, discutia-se se a consagração de Parker era válida ou não, a mesma questão se prendia à linha de sucessão. (Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, p. 72).

<sup>217</sup> Segundo o testemunho do Monsenhor Calvet, do Seminário de Cahors, os seminaristas estavam espantados com a presença de um anglicano no seminário. Perante a sua permanência naqueles dias no seminário, o que fez maior espanto aos seminaristas foi ver Lord Halifax, que para eles era considerado um homem herege, estar com grande entusiasmo na celebração da missa, fazendo o sinal da cruz e seguindo a celebração através de um missal de rito romano. (Cf. R. GURTNER, “Un pioneiro del diálogo ecuménico contemporáneo: Fernando Portal”, p. 5).

Fernand Portal elaborou um artigo sobre a questão das ordenações, como incentivo ao debate teológico em ordem a perceber-se melhor as divergências entre as duas Igrejas. É em 1893 que Fernand Portal publicou na revista «A ciência católica» precisamente este artigo, ganhando grande visibilidade. Foi a primeira vez que um debate teológico entre duas Igrejas tinha eco na imprensa, como notícia<sup>218</sup>.

Em 1895, o padre Fernand Portal criou a *Revue Anglo-Romaine*, uma revista que era redigida por católicos e anglicanos e tinha como objetivo dar a conhecer o trabalho realizado e também favorecer o debate teológico<sup>219</sup>. Na sua primeira publicação, Fernand Portal escreveu um texto alertando para o perigo da hostilidade contra os «irmãos separados». Convidou a que se reconhecesse «com alegria o que há neles de bom, de verdadeiro, de edificante», ou seja, apelou ao primado da união, mesmo se tivesse que apontar ou combater «as suas faltas os seus erros, o estado defeituoso da sua Igreja»<sup>220</sup>. Este pequeno excerto diz-nos muito do que pensava este pioneiro católico. O reconhecimento da presença da verdade, do que é bom e edificante nos «irmãos separados» é uma visão nova que transcende a visão tradicional da Igreja, ou seja, a então posse exclusiva e total da verdade na Igreja católica. Com isto não quer dizer que não seja preciso apontar alguns erros nos outros cristãos, e Fernand Portal tinha consciência disso.

Depois de as ordenações anglicanas terem sido consideradas inválidas por Roma<sup>221</sup>, a amizade entre ambos continuou, mas os encontros foram suspensos, o mesmo tendo acontecido com a revista *Revue Anglo-Romaine*. Em 1898, Fernand Portal foi para superior do Seminário Maior de Nice, e passado dois anos foi chamado ao Seminário universitário de São Vicente de Paulo, em Paris<sup>222</sup>. Neste último seminário nasce a ideia de criar um círculo de estudos para os jovens, de modo a promover entre eles a reflexão sobre temas da atualidade, ou seja, Fernand Portal desejava mostrar aos jovens a diversidade intelectual e religiosa que existia dentro do catolicismo, mas também fora dele. Por isso, chegou a reunir neste círculo de estudos os seminaristas com outros jovens de outras Confissões cristãs e também alguns jovens não crentes. Muitos filósofos e teólogos participavam nesses encontros, muitas vezes,

---

<sup>218</sup> Cf. R. GURTNER, “Un pionero del diálogo ecuménico contemporáneo: Fernando Portal”, p. 5.

<sup>219</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, p. 73.

<sup>220</sup> «Todos compartilhamos as ideias de tolerância e de liberdade que os nossos pais desconheciam e que hoje são gerais [...]. Devemos aderir ao movimento pacífico da nossa época e apoiá-lo com todas as nossas forças. Conservar hoje uma atitude de hostilidade seria criminoso [...]. Mesmo combatendo, se for caso disso, os nossos irmãos separados, mesmo verificando, se houver necessidade, as suas faltas, os seus erros, o estado defeituoso da sua Igreja, reconheceremos com alegria o que há neles de bom, de verdadeiro, de edificante. Entraremos em comunicação com eles por todos os lados bons e por outros tantos pontos de contacto. Pouco a pouco, largaremos a superfície destes pontos diferentes e acabaremos por chegar a uma aderência perfeita dos dois corpos, a uma união completa» (F. PORTAL cit. in Y. CONGAR, *Ensaio ecuménicos. O movimento, os homens, os problemas*, p. 131).

<sup>221</sup> Consultar nota 130.

<sup>222</sup> Cf. Y. CONGAR, *Ensaio ecuménicos. O movimento, os homens, os problemas*, pp. 134-135.

motivados sobretudo pela simpatia para com Fernand Portal<sup>223</sup>. Esta abertura a crentes e não crentes devia-se ao facto de defender que não podia haver fronteiras dentro da Igreja católica. Em 1904, Fernand Portal criou uma revista, a *Revue catholique des Églises*, tendo como principal objetivo dar a conhecer à sociedade os trabalhos realizados pelo círculo de jovens<sup>224</sup>.

Todo o trabalho ecuménico que o padre Fernand Portal realizou com os jovens não foi bem visto por Roma. Em 1908 foi acusado de modernista<sup>225</sup>. O secretário de Estado do Papa Pio X avisou o superior geral da Congregação da Missão para que Fernand Portal fosse demitido das suas funções e fosse proibido de falar em público<sup>226</sup>.

Depois desta acusação, vê-se forçado a abandonar o cargo de superior do Seminário e vai viver para um apartamento na *Rue de Grenelle*, em Paris. O facto de ter sido proibido de continuar a sua missão, não o impediu de querer continuar a trabalhar em prol da unidade. A sua nova casa será palco de novos encontros e reflexões com muitos cristãos de outras Confissões cristãs e religiosas<sup>227</sup>.

Porém, na segunda década do século XX e como já se referiu, surge uma esperança em retomar o diálogo entre a Igreja católica e a Igreja anglicana. Este diálogo estabeleceu-se através das já conhecidas Conversações de Malines<sup>228</sup> e Fernand Portal foi um dos seus protagonistas, juntamente com o cardeal Mercier e Lord Halifax.

O padre Fernand Portal foi incansável no trabalho pela união. Apesar de passar por muitas dificuldades, nunca desistiu de lutar pela unidade, mas sempre num espírito de obediência e amor à Igreja católica. Para ele, a união das Igrejas só seria possível se os cristãos estivessem abertos aos meios sobrenaturais, isto é, a uma vida de oração, numa atitude de caridade e de humildade para com os outros cristãos<sup>229</sup>.

---

<sup>223</sup> Cf. A. GRATIEUX, J. GUITTON, *Trois serviteurs de l'unité chrétienne: le Père Portal, Lord Halifax, Le Cardinal Mercier*, Les Éditions du Cerf, Paris, 1937, pp. 16-17.

<sup>224</sup> Cf. R. GURTNER, "Un pioneiro del diálogo ecuménico contemporáneo: Fernando Portal", p. 8.

<sup>225</sup> Em 1907 tinham sido publicados o decreto *Lamentabili sane Exitu* e a Encíclica *Pascendi Domini Gregis*, onde o Papa Pio X fazia duras críticas ao modernismo, à semelhança do que o seu predecessor, Pio IX, tinha feito com o lançamento do *Syllabus*, em 1864. (Cf. Y. CONGAR, *Ensaïos ecuménicos. O movimento, os homens, os problemas*, pp. 126 e 135).

<sup>226</sup> Cf. R. GURTNER, "Un pioneiro del diálogo ecuménico contemporáneo: Fernando Portal", p. 9.

<sup>227</sup> Cf. R. GURTNER, "Un pioneiro del diálogo ecuménico contemporáneo: Fernando Portal", p. 9.

<sup>228</sup> Sobre as Conversações de Malines não vamos aqui repetir a informação que já foi escrita. Recordar o 1º capítulo desta II Parte.

<sup>229</sup> «La unión de las Iglesias no puede, en efecto, obtenerse sino por verdaderos apóstolos, por hombres de fe, empleando, sobre todo, los medios sobrenaturales: la oración, fuente de gracias; la caridad, que da la comprensión hacia almas, incluso hacia aquellas de las que estamos separados; la humildad, que nos hace confesar nuestros defectos y nuestras faltas. Es un hecho cierto que debemos reconocer. He aquí, me parece, los elementos esenciales de toda acción a favor de la Unión» (F. PORTAL cit. in R. GURTNER, "Un pionero del diálogo ecuménico contemporáneo: Fernando Portal", p. 9).

## 2.2- A espiritualidade do cardeal Mercier

A figura do cardeal Mercier está associada, no âmbito do diálogo ecumênico, à proximidade com a Igreja anglicana, mais precisamente com a *High Church*, um ramo da Igreja anglicana disposta a uma maior aproximação com Roma, apesar da existência de algumas divergências. Desenvolveu um papel muito importante como presidente das Conversações de Malines<sup>230</sup> e juntamente com o padre Fernand Portal, é considerado um dos precursores católicos no diálogo ecumênico, concretamente na campanha anglo-romana.

Désiré Joseph Mercier nasceu a 21 de novembro de 1851 em Braine-l'Alleud (Nivelles -Bélgica) e morreu no dia 23 de janeiro de 1926, em Bruxelas<sup>231</sup>. A 1 de outubro de 1868 entrou no Seminário Menor de Malines, onde durante dois anos estudou filosofia. Terminada a etapa filosófica foi admitido ao Seminário Maior de Malines em outubro de 1870. Foi ordenado padre a 4 de abril de 1874<sup>232</sup>. Os anos seguintes à sua ordenação presbiteral foram dedicados à filosofia tomista<sup>233</sup>, primeiro como professor no Seminário Maior de Malines e depois como professor na Universidade Católica de Lovaina, onde em 1889, sob as diretrizes do Papa Leão XIII, fundou o Instituto Superior de Filosofia<sup>234</sup>.

A 25 de março 1906, durante o pontificado do Papa Pio X, foi ordenado bispo e nomeado para a diocese metropolitana de Malines, sede primaz da Bélgica. Desenvolveu um trabalho pastoral e social de grande relevo. Um ano depois, a 18 de abril de 1907, recebeu o barrete cardinalício pelas mãos do mesmo pontífice<sup>235</sup>.

É enquanto cardeal e depois de ter terminado a primeira Grande Guerra, nesse período assumiu um papel importante na política de resistência no seu país<sup>236</sup>, que a sua ação ecuménica vai ser posta em prática. A par dos problemas sociais, outro dos grandes cuidados do cardeal era procurar a coesão espiritual da Igreja. Por isso, os últimos anos de vida vão ser totalmente dedicados à procura da unidade e da paz dentro da Igreja e também pela reintegração de importantes setores da cristandade no seio da Igreja. Foi sobretudo nas

---

<sup>230</sup> Cf. A. GRATIEUX, J. GUITTON, *Trois serviteurs de l'unité chrétienne: le Père Portal, Lord Halifax, Le Cardinal Mercier*, p. 83.

<sup>231</sup> Cf. J. ZARAGÜETA BENGOCHEA, *El concepto católico de la vida según el Cardenal Mercier*, Espasa-Calpe, Madrid, 1941, pp. 15 e 50.

<sup>232</sup> Cf. M. LAVEILLE, *Le Cardinal Mercier : archevêque de Malines (1851-1926)*, Editions Spes, Paris, 1929, pp. 17, 24 e 34.

<sup>233</sup> Em 1879, o Papa Leão XIII através da Encíclica *Aeterni Patris* dava novas orientações sobre a filosofia cristã, exortando a uma restauração da doutrina filosófica de São Tomás de Aquino, como forma de alertar e combater os perigos anárquicos do pensamento contemporâneo. (Cf. J. ZARAGÜETA BENGOCHEA, *El concepto católico de la vida según el Cardenal Mercier*, p. 19).

<sup>234</sup> Cf. B. JOASSART, "Le Cardinal Mercier, l'Église et la Grande Guerre", in *Nouvelle Revue Théologique* 139 (2017), p. 463.

<sup>235</sup> Cf. M. LAVEILLE, *Le Cardinal Mercier : archevêque de Malines (1851-1926)*, Editions Spes, Paris, 1929, pp. 123 e 131.

<sup>236</sup> Cf. B. JOASSART, "Le Cardinal Mercier, l'Église et la Grande Guerre", p. 464.

Conversações de Malines que o cardeal Mercier desempenhou a sua ação ecuménica, ao abrir a sua sede episcopal aos encontros ecuménicos entre católicos e anglicanos<sup>237</sup>.

Nesses encontros ecuménicos mostrou sempre um grande empenho e uma enorme abertura e disponibilidade para com os irmãos anglicanos. Perante algumas críticas que surgiam no seio da Igreja católica, o cardeal Mercier nunca teve a tentação de desistir e, em resposta aos críticos, afirmava que não fazia qualquer sentido alimentar uma atitude de indiferença e de fechamento para com os apelos à unidade. Ele defendia que era preciso cultivar uma atitude de acolhimento: «Por nada deste mundo eu queria dar motivo a um dos nossos irmãos separados para dizer que bateu com confiança à porta dum bispo católico romano e que esse bispo católico romano se recusou a abrir-lha»<sup>238</sup>. Esta atitude de Mercier revela uma presença, uma bondade e uma abertura ímpar. O anglicano Lord Halifax chegou a testemunhar que ao cardeal Mercier se podia dizer tudo<sup>239</sup>.

Os encontros de Malines, que ocorreram num período de cinco anos (1921 a 1926) eram, na visão do cardeal Mercier, apenas um simples contributo para a união. Na carta pastoral de janeiro de 1924, depois de algum caminho já feito, o cardeal Mercier afirmou que uma das prioridades das Conversações de Malines era ajudar a que se extinguissem equívocos e desconfianças que os quatro séculos de separação tinham favorecido entre as duas Igrejas. Os membros de Malines procuravam trabalhar, dizia ele, num espírito comum, de mútua compreensão e de cooperação fraterna, pois tinham noção das questões fraturantes<sup>240</sup>. Com isto, o cardeal Mercier alertou para a necessidade de um «apostolado católico da unidade» que não se deveria dirigir a converter os outros cristãos, mas a contribuir para uma aproximação entre as duas Igrejas<sup>241</sup>.

No dia 25 de outubro de 1925, numa das cartas enviadas ao arcebispo anglicano, percebemos qual era a sua visão relativamente à questão da unidade. Ao referir-se ao regresso da Inglaterra à unidade, ou seja, ao regresso da Igreja anglicana à plena comunhão com a Igreja de Roma, ele reconhece que, se tal viesse a acontecer, seria um espetáculo extraordinário, «tão bonito» e «tão edificante»<sup>242</sup>. Mas, ao mesmo tempo, tem noção de que a

---

<sup>237</sup> Cf. J. ZARAGÜETA BENGOCHEA, *El concepto católico de la vida según el Cardenal Mercier*, pp. 38-39.

<sup>238</sup> Tradução elaborada por nós a partir do seguinte texto: «Por nada del mundo daría pie a que alguno de nuestros hermanos separados dijera que ha apelado a la confianza de un obispo católico romano y que éste se la ha rehusado» (D. MERCIER cit. in J. SANCHEZ VAQUERO *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 84).

<sup>239</sup> Cf. A. GRATIEUX, J. GUITTON, *Trois serviteurs de l'unité chrétienne: le Père Portal, Lord Halifax, Le Cardinal Mercier*, p. 83.

<sup>240</sup> Cf. J. ZARAGÜETA BENGOCHEA, *El concepto católico de la vida según el Cardenal Mercier*, pp. 39-40.

<sup>241</sup> Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 161.

<sup>242</sup> «Le retour de l'Angleterre à l'unité serait un spectacle tellement beau, tellement édifiant, que l'on ne saurait assez tôt procurer aux âmes religieuses le réconfort qu'elles en attendent» (D. MERCIER cit. in A.

unidade pela qual estava já a trabalhar não podia ser obra sua nem dos seus companheiros. Apenas tinham o dever de a favorecer e de a preparar. Nunca foi uma das suas preocupações fixar o «quando» e o «como da união», mas uma coisa estava certa para o cardeal Mercier e para os anglicanos: a união era algo possível, porque Cristo o desejava e o pedia, como vem testemunhado no Evangelho<sup>243</sup>.

De facto, o cardeal Mercier tem esperança de que um dia será possível realizar a unidade. Contudo, o modo de realizar essa unidade encontrava-se nos planos de Deus. É esta a sua convicção, pelo que já vimos, mas reforçada ainda mais uma vez pelas palavras finais da mesma carta que, utilizando a imagem da sementeira, manifestou ao arcebispo anglicano a alegria de continuar os trabalhos, convicto de que «o dia e a hora da colheita» estão nas mãos do «Espírito Santo e da ação da sua graça»<sup>244</sup>.

Apesar de não se preocupar com o «quando» e o «como» da unidade e de colocar a realização plenamente em Deus, não deixa, no entanto, de pensar e de ter uma certa noção do tipo de unidade que seria possível realizar, embora não o explicita muito. Durante uma das conversações de Malines, o cardeal Mercier apresentou um documento intitulado: «A Igreja anglicana unida mas não absorvida». Esta proposta revela o desejo na realização da unidade entre a Igreja anglicana e a Igreja católica. Entretanto, trata-se de uma unidade «não absorvida». Segundo J. Vercauteren, isto querará significar uma proposta ao modo de constituição, à semelhança das Igrejas unidas, de um possível «patriarcado anglicano», que reconhecesse a sua dependência e submissão relativamente ao sucessor de Pedro<sup>245</sup>.

Foi pela paz e pela unidade da Igreja que o cardeal Mercier lutou no seio de uma sociedade fragmentada e destruída pelas consequências da guerra. Um trabalho realizado dentro da Igreja católica, mas que se estendeu a todos os cristãos, nomeadamente com os anglicanos. O cardeal Mercier acreditava que a identidade fundamental da Igreja continuava a existir na Igreja católica, como todos os outros católicos, todavia, a sua postura perante os cristãos separados foi totalmente diferente, ou seja, a sua disponibilidade e

---

GRATIEUX, J. GUITTON, *Trois serviteurs de l'unité chrétienne: le Père Portal, Lord Halifax, Le Cardinal Mercier*, p. 85).

<sup>243</sup> «(...) nous avons présent à la pensée le vœu d'union, d'unité de notre divin sauveur : "ut unum sint" , "ah ! S'ils pouvaient tous ne faire qu'un !" Et nous sommes mis à l'œuvre, sans savoir ni quand ni comment l'union souhaitée par le Christ pourrait se réaliser, mais persuadés qu'elle était réalisation. L'union n'est pas, ne sera peut-être pas notre œuvre, mais il est en notre pouvoir et, par conséquent, il est de notre devoir de la préparer, de la favoriser» (D. MERCIER cit. in A. GRATIEUX, J. GUITTON, *Trois serviteurs de l'unité chrétienne: le Père Portal, Lord Halifax, Le Cardinal Mercier*, pp. 85-86).

<sup>244</sup> «C'est dans cet esprit de patience chrétienne et de confiance surnaturelle qu'au mois de janvier prochain nous nous retrouverons. Contents de peiner et de semer, laissant à l'Esprit-Saint el l'action de sa grâce le choix du jour et de l'heure de la moisson que nos humbles travaux et nos prières s'efforcent de préparer» (D. MERCIER cit. in A. GRATIEUX, J. GUITTON, *Trois serviteurs de l'unité chrétienne: le Père Portal, Lord Halifax, Le Cardinal Mercier*, p. 87).

<sup>245</sup> J. E. VERCRUYSSSE, *Introduccion a la Teologia Ecumenica*, p. 75.

empenho, que o levaram a abrir as portas do seu palácio apostólico para o diálogo, foram gestos notáveis de construção de pontes entre as duas Igrejas e, por isso, é considerado um dos pioneiros ecuménicos dentro do catolicismo.

### 2.3 - O «ecumenismo espiritual» do padre Paul Couturier

Paul Couturier nasceu a 29 de julho de 1881 na cidade de Lyon e morreu a 24 de março de 1953 na mesma cidade<sup>246</sup>. Foi ordenado sacerdote a 9 de junho de 1906<sup>247</sup>. Paul Couturier é considerado como um dos «profetas da unidade e pioneiro do ecumenismo espiritual»<sup>248</sup> tornando-se uma «figura decisiva» desta dimensão do ecumenismo, considerada «alma do movimento ecuménico»<sup>249</sup>.

Em 1932 fez um retiro espiritual no mosteiro de Amay-sur-Meuse, durante o qual foi despertado para a problemática ecuménica. Nesses dias de retiro contactou com o testamento espiritual do cardeal Mercier e também teve conhecimento dos trabalhos de D. Lambert Beauduin, fundador de *Chevetogne*. O pouco tempo que passou em Amay-sur-Meuse foi suficiente para que tomasse consciência da urgência do trabalho pela unidade dos cristãos, ganhando assim interesse pelo Movimento Ecuménico<sup>250</sup>.

Depois deste primeiro contacto com a causa ecuménica, Paul Couturier desenvolveu um conjunto de iniciativas importantes para a sua consolidação. Uma das iniciativas mais significativas foi o novo impulso que deu ao Oitavário de Oração pela Unidade, mudando a nomenclatura e a intencionalidade da oração, como tivemos oportunidade de observar no primeiro capítulo. Para o padre Paul Couturier tornava-se necessário promover esse novo impulso e renovar a forma da oração. A partir deste novo impulso muitas Confissões cristãs promoveram a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos um pouco por todo o mundo<sup>251</sup>.

Rezar pela unidade cristã, segundo ele, deveria englobar a oração por todos os cristãos e com todos os cristãos, uma oração pela unidade cristã segundo os planos de Deus. Por isso, há que realizá-la em total disponibilidade e abertura para com a sua vontade. Ele acreditava

---

<sup>246</sup> Cf. P. LANGA AGUILAR, “La Espiritualidad Ecuménica en Paul Couturier y Julián García Hernando” in *Pastoral Ecuménica* 88 (2012), p. 74.

<sup>247</sup> Cf. <http://www.groupedesdombes.org/biographie-de-paul-couturier.html>, acedido em 12 de setembro de 2017.

<sup>248</sup> P. LANGA AGUILAR, “La Espiritualidad Ecuménica en Paul Couturier y Julián García Hernando”, p. 74.

<sup>249</sup> W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, 21.

<sup>250</sup> Cf. P. LANGA AGUILAR, “La Espiritualidad Ecuménica en Paul Couturier y Julián García Hernando”, pp. 74-75.

<sup>251</sup> Cf. P. LANGA AGUILAR, “La Espiritualidad Ecuménica en Paul Couturier y Julián García Hernando”, p. 75.

profundamente que a unidade perdida um dia será restaurada por Deus<sup>252</sup>. Assim rezava Paul Couturier numa das suas orações:

«Senhor Jesus, Tu oraste para que todos fôssemos um. Pedimos-Te pela unidade de todos os cristãos, tal como Tu queres e na forma que Tu queres. Que o Teu Espírito nos conceda suportar a dor da separação, reconhecer a nossa culpa e esperar contra toda a esperança»<sup>253</sup>.

Nesta pequena oração, podemos ver dois elementos importantes que nos ajudam a perceber o que pensava o padre Paul Couturier acerca da problemática da separação. Primeiro, reconhece-a como uma «dor» e, em segundo lugar, reconhece-a como «nossa culpa», ou seja, o padre Paul Couturier entendia que a responsabilidade da separação era de ambas as partes e não apenas da parte protestante, como muitos católicos afirmavam.

Sem dúvida que uma das distinções da atitude ecuménica de Paul Couturier é o lugar privilegiado da oração. Para ele, a oração devia ser o motor do ecumenismo. Era fundamental impulsionar um ecumenismo espiritual, para ir ao encontro da unidade, que é nas suas palavras uma «realidade celeste». Para ele, as divisões entre os cristãos seriam ultrapassadas pela «penitência e pela caridade»<sup>254</sup>. O ecumenismo espiritual implica necessariamente uma verdadeira atitude de conversão interior, através do poder da oração, pois não há «abordagem ecuménica sem conversão e renovação»<sup>255</sup>. Esta atitude de conversão, que todos os cristãos são chamados a cultivar, despertaria neles, diz-nos Paul Couturier, um maior conhecimento da história, tradições e espiritualidades das diferentes Igrejas e Confissões cristãs. Para que isto acontecesse era necessário um espírito de humildade e de reparação<sup>256</sup>.

Outra marca deste «ecumenismo espiritual», consequência da sua passagem pelo mosteiro de Amay-sur-Meuse, ao ver o lugar primordial da oração dos monges e das monjas<sup>257</sup>, foi a ideia de um «mosteiro invisível». Paul Couturier «falava de um mosteiro invisível, no sentido de uma comunidade dispersa pelo mundo inteiro em que todos os indivíduos estão (...) vinculados na oração de Jesus pela unidade»<sup>258</sup>. Uma das

---

<sup>252</sup> Cf. P. LANGA AGUILAR, “La Espiritualidad Ecuménica en Paul Couturier y Julián García Hernando”, p. 77.

<sup>253</sup> Tradução elaborada por nós a partir do seguinte texto: «Señor Jesucristo, tú oraste para que todos fuéramos uno. Te pedimos por la unidad de los cristianos, tal como tú la quieres y en la forma en que tú la quieres. Que tu Espíritu nos conceda soportar el dolor de la separación, reconocer nuestra culpa y esperar contra toda esperanza» (P. COUTURIER cit. in W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, pp. 590-591).

<sup>254</sup> Cf. P. LANGA AGUILAR, “La Espiritualidad Ecuménica en Paul Couturier y Julián García Hernando”, pp. 75-76.

<sup>255</sup> W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 448.

<sup>256</sup> Cf. P. LANGA AGUILAR, “La Espiritualidad Ecuménica en Paul Couturier y Julián García Hernando”, p. 76.

<sup>257</sup> Cf. P. LANGA AGUILAR, “La Espiritualidad Ecuménica en Paul Couturier y Julián García Hernando”, p. 77.

<sup>258</sup> W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 569.

particularidades deste «mosteiro invisível» estava na petição fervorosa da «chegada do Espírito da unidade»<sup>259</sup> como um novo Pentecostes.

O contributo do padre Paul Couturier também foi ao encontro de algumas iniciativas de reflexão teológica. Uma delas, a mais importante, teve lugar em 1936, quando organizou um encontro entre teólogos protestantes e católicos, em Erlenbach, na Suíça. A partir deste encontro deu-se início a um grupo de trabalho de reflexão teológica, que ainda hoje existe, o «Groupe des Dombes», com cerca de 20 teólogos católicos e 20 teólogos protestantes<sup>260</sup>. Este grupo começou por se reunir numa semana anual assente em três pontos: oração, pesquisa teológica e o diálogo verdadeiro<sup>261</sup>.

Por fim, o padre Paul Couturier estabeleceu alguns contactos importantes, não só com pessoas de outras Confissões cristãs, mas também com padres católicos, que marcaram o seu caminho ecuménico pessoal, bem como o da própria Igreja católica: em 1937 e 1938 visitou a Inglaterra onde teve contatos mais próximos com a Igreja anglicana; mais tarde, logo em 1941 visitou a comunidade ecuménica de Taizé (França), onde conheceu o irmão Roger Schutz; cultivou uma amizade muito próxima com pastores protestantes e também com o padre Yves Congar<sup>262</sup>.

## 2.4- O pensamento ecuménico de Yves Congar

Yves Congar nasceu a 8 de abril de 1904 em Sedan (Ardennes, França) e morreu a 22 de julho de 1995, em Paris. Fez a sua formação teológica na ordem dos dominicanos, onde foi ordenado padre a 8 de abril de 1930<sup>263</sup>. É considerado por muitos como um dos teólogos mais imponentes de todo o século XX, particularmente no campo da eclesiologia e do diálogo ecuménico.

Marcado por uma profunda paixão pela unidade, fez dela uma das prioridades do seu ministério ordenado<sup>264</sup>. Podemos dizer que a sua vocação ecuménica teve início no próprio dia da ordenação, quando sentiu o chamamento a colocar o seu ministério ao serviço da

---

<sup>259</sup> W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 586.

<sup>260</sup> Cf. <http://www.groupedesdombes.org/biographie-de-paul-couturier.html>, acedido em 12 de setembro de 2017.

<sup>261</sup> Cf. <http://www.groupedesdombes.org/histoire-du-groupe-des-dombes.html#zSgf9S0U>, acedido em 12 de setembro de 2017.

<sup>262</sup> Cf. P. LANGA AGUILAR, “La Espiritualidad Ecuménica en Paul Couturier y Julián García Hernando”, p. 77.

<sup>263</sup> Cf. O. G. de CARDEDAL, “Presentación”, in Y. CONGAR, *Verdadera y falsa reforma en la Iglesia*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2014, p. 7.

<sup>264</sup> Cf. H. LEGRAND, “Yves Congar (1904-1995): une passion pour l’unité. Note sur ses intuitions et son herméneutique œcuménique, à l’occasion du centenaire de sa naissance”, *Nouvelle Revue Théologique* (126) 2004, p. 536.

unidade cristã<sup>265</sup>. Isto tem uma razão de ser, que não podemos esquecer: Yves Congar nasceu num período de maturação da consciência ecuménica e vive num contexto marcado pelo surgimento e desenvolvimento do Movimento Ecuménico e de tudo o que isto implicou, e isso terá tido influência na sua vida.

Em 1937, em Paris, ao tomar conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo Movimento «Vida e Ação», mostra algum interesse em poder participar, a título de observador, na assembleia de Oxford. Parece que ainda entrou em contacto com o futuro secretário-geral do CEI, Willem A. Visser't Hooft. No entanto, o cardeal Pacelli não lhe deu autorização para participar na assembleia<sup>266</sup>.

Em 1938, Yves Congar toma a iniciativa de organizar no centro teológico dominicano Le Saulchoir (França) uma reunião entre católicos abertos ao ecumenismo. Este encontro foi como que o «prelúdio» da fundação do que viria a ser a Conferência Católica Internacional para as Questões Ecuménicas<sup>267</sup>.

Mas o ano de 1937 tornar-se-ia importante para a história do ecumenismo e para a história da reflexão católica. É neste ano que Yves Congar publica a obra *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, uma das primeiras obras católicas acerca do ecumenismo moderno<sup>268</sup>. Ao mesmo tempo que se desenvolviam, no seio católico, iniciativas particulares, como a oração (o chamado ecumenismo espiritual) e os diálogos com outras Confissões cristãs, Yves Congar, juntamente com outros teólogos, desenvolveu «um trabalho pioneiro em termos de reflexão teológica»<sup>269</sup>. É por isso que, mais tarde, graças ao seu empenho pela causa ecuménica, Yves Congar vai desempenhar, a pedido do Papa João XXIII, um papel muito importante no Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos, como secretário, e no II Concílio do Vaticano. Yves Congar é «um dos seus artífices teóricos», não só pela contribuição das suas reflexões teológicas, mas também pela própria redação de partes de documentos conciliares<sup>270</sup>, como por exemplo o Decreto sobre o Ecumenismo *Unitatis Redintegratio*<sup>271</sup>.

No primeiro capítulo da obra *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, dedicado ao tema das divisões entre os cristãos, Yves Congar afirma que não se

---

<sup>265</sup> Cf. H. LEGRAND, “Yves Congar (1904-1995) : une passion pour l’unité. Note sur ses intuitions et son herméneutique œcuménique, à l’occasion du centenaire de sa naissance”, p. 531.

<sup>266</sup> Cf. H. LEGRAND, “Yves Congar (1904-1995) : une passion pour l’unité. Note sur ses intuitions et son herméneutique œcuménique, à l’occasion du centenaire de sa naissance”, p. 534.

<sup>267</sup> Cf. H. LEGRAND, “Yves Congar (1904-1995) : une passion pour l’unité. Note sur ses intuitions et son herméneutique œcuménique, à l’occasion du centenaire de sa naissance”, p. 534.

<sup>268</sup> Cf. J. E. VERCRUYSSSE, *Introducción a la Teología Ecuménica*, p. 73.

<sup>269</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 50.

<sup>270</sup> Cf. O. G. de CARDEDAL, “Presentación”, in Y. CONGAR, *Verdadera y falsa reforma en la Iglesia*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2014, p. 7.

<sup>271</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 50.

pode tomar partido das divisões que surgiram no interior do Cristianismo. Para ele, o trabalho da reunião encontra-se nas mãos de Deus, porque só Deus tem o poder de «levantar Jerusalém e reunir os dispersos de Israel». Deus pode fazer isso acontecer, pode até fazer aquilo «que excede todas as possibilidades humanas», no entanto, quer contar com a colaboração dos homens: «não quer agir fora das suas criaturas». Por isso, Yves Congar defende a necessidade de todos trabalharem em prol da unidade, porque todos são chamados a ser «instrumentos de Deus». Uma coisa era certa para este teólogo: «se não fizermos nada, nada acontecerá; se não mudarmos nada, nada será mudado»<sup>272</sup>. Assim, uma das prioridades está em demolir as barreiras à união: a incompreensão e os preconceitos existentes entre os cristãos<sup>273</sup>. As divisões entre os cristãos são uma «incrível acumulação de preconceitos, de rancores, de erros»<sup>274</sup> e são, segundo outra obra sua, uma «herança histórica de querelas» marcadas pelo «choque de mentalidades»<sup>275</sup>.

Quanto ao «modo» e ao «como» da realização da unidade, Yves Congar afirma que isso encontra-se nos pensamentos de Deus. Todavia, cabe aos cristãos, ao menos, rezar por isso e ter essa esperança. No final do VIII capítulo, intitulado «Programa concreto do ecumenismo católico», este teólogo alerta que «querer fixar o dia ou determinar o modo, seria em vão», porque «só Deus conhece os tempos», fazendo uma analogia entre o dia da parusia e o dia da reunião:

«É a reunião um pouco como a parusia do Senhor: só Deus conhece os tempos, e querer fixar o dia ou determinar o modo, seria em vão. Como não é uma coisa que se possa procurar, tal e qual, como causas do nosso poder, mas único poder misericordioso de Deus, é para nós, acima de tudo, um objeto de oração e de esperança teológica. A nossa maldade e os nossos pecados colocaram no túmulo a unidade sem romper o Corpo da Cristandade e, pesando no nosso espírito os obstáculos humanamente insuportáveis que se opõem ao seu renascimento, tornamos a perguntar, como as santas mulheres ao carregar os perfumes: “Quem nos removerá a pedra do sepulcro?” Mas pode ser que os Anjos já tenham recebido missões que não prevemos»<sup>276</sup>.

---

<sup>272</sup> «Nous ne pouvons pas prendre notre parti de nos divisions. Certes, Dieu seul peut relever Jérusalem et rassembler les dispersions d'Israël. Mais si dieu seul peut faire ce qui dépasse toute possibilité humaine, il reste vrai qu'il n'agit pas en dehors de ses créatures et que ce qui se fera, tout en étant l'œuvre de Dieu, sera fait par des hommes. Il nous faut donc faire quelque chose et, du moins, nous préparer vraiment à être des instruments de Dieu le jour où il lui plaira de nous faire miséricorde. Si nous n'avons pas le pouvoir de réaliser une œuvre divine, nous avons du moins celui de la gâcher. Il n'est pas sûr que ce que nous pourrions entreprendre sera béni de Dieu et revêtu par lui de puissance et d'efficace; mais il est sûr, en toute hypothèse, que si nous ne faisons rien, rien se fera; que si nous ne changeons rien, rien se sera changé» (Y. CONGAR, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1937, pp. 2-3).

<sup>273</sup> Cf. H. LEGRAND, “Yves Congar (1904-1995) : une passion pour l'unité. Note sur ses intuitions et son herméneutique œcuménique, à l'occasion du centenaire de sa naissance”, p. 539.

<sup>274</sup> Y. CONGAR, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, pp. 56-57.

<sup>275</sup> Y. CONGAR, *Verdadera y falsa reforma en la Iglesia*, tradução do original por Luis Rubio Morán, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2014, p. 116.

<sup>276</sup> Tradução elaborada por nós a partir do seguinte texto : «Il en est la réunion un peu comme de la parousie du Seigneur: Dieu seul en connaît le temps, et vouloir en fixer le jour ou en déterminer le mode serait vain. Comme ce n'est pas une chose que pourraient procurer, telle quelle, des causes en notre pouvoir, mais la seule toute-puissance miséricordieuse de Dieu, c'est pour nous, avant tout, un objet de prière et d'espérance

No capítulo IV, ao referir-se ao Movimento Ecuménico, fala dele como uma «coisa nova» e «original». Para Yves Congar, o ecumenismo implica em aceitar que os outros cristãos também têm «a verdade, a santidade, os dons de Deus», mesmo defendendo outras coisas diferentes<sup>277</sup>. Há um verdadeiro ecumenismo quando existe o «respeito pelas outras confissões» e quando se reconhece «a ação do Espírito Santo nelas». Mas, para haver ecumenismo é importante não descartar, mas reconhecer os «pecados históricos» de cada Confissão. Também deve existir o «desejo de conhecer as outras confissões, os dons que Deus lhes deu» e de cultivar uma amizade, aguardando a realização da unidade<sup>278</sup>. Nesta reflexão de Yves Congar aparecem alguns elementos já compartilhados com outras personalidades; no entanto, há aqui um elemento forte e importante que é preciso sublinhar: o reconhecimento da ação do Espírito Santo nas outras confissões cristãs.

Na mesma obra, Yves Congar diz-nos que a unidade da Igreja é «uma comunicação e uma extensão da unidade de Deus»<sup>279</sup> e «não é outra coisa senão a comunicação da vida trinitária», por isso a Igreja é única como Deus é único<sup>280</sup> e «não há duas Igrejas»<sup>281</sup>. Para ele, não há dúvida que a Igreja católica é a Igreja de Cristo. Perante esta certeza, colocou-se uma questão a este teólogo: «que fazemos dos outros cristãos batizados, que fazemos das suas orações, do seu culto? Onde está o valor cristão de tudo isto?». Para Yves Congar havia que reconhecer a sinceridade e a santidade de vida em muitos cristãos de outras Confissões que, seguramente, pertenciam mais à Igreja do que certos católicos que porventura teriam perdido

---

théologique. Notre malice et nos péchés ont mis au tombeau l'unité sans déchirure du Corps de Chrétienté et, pesant en nos esprits les obstacles humainement insurmontables qui s'opposent à sa renaissance, nous nous prenons à demander, comme les saintes femmes porteuses d'aromates: «Qui nous enlèvera la pierre à l'entrée du sépulcre?». Mais déjà, peut-être, les Anges de Dieu ont reçu des missions que nous ne prévoyons pas ...» (Y. CONGAR, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, pp. 344-345).

<sup>277</sup> «On s'est depuis toujours occupé de réunion, mais la réalité positive et concrète qu'est le mouvement œcuménique est fait nouveau, original. L'œcuménisme commence quand on admet que les autres - et pas seulement les individus, mais les corps ecclésiastiques comme tels - ont aussi raison, bien qu'ils disent autre chose que nous, qu'ils ont aussi de la vérité, de la sainteté, de dons de Dieu, bien qu'ils ne soient pas de notre chrétienté» (Y. CONGAR, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, p. 173).

<sup>278</sup> «(...) le respect des autres confession, de l'action du Saint-Esprit en elles (et pas seulement dans les âmes des individus); le sentiment et l'aveu des péchés historiques de sa propre confession, de ses limites, de ses défaillances; le désir de connaître les autres confessions, les dons que Dieu leur a faits, d'entrer avec elles en amitié et, en attendant l'unité plénière, dans une communion aussi effective que possible» (Y. CONGAR, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, pp. 173-174).

<sup>279</sup> «L'unité de l'Eglise est une communication et une extension de l'unité même de Dieu. La vie qui est éternellement dans le sein du Père, après s'être communiquée en Dieu lui-même pour y constituer la société divine, celle des Trois Personnes de la sainte Trinité, est, par grâce, communiquée aux créatures spirituelles, aux anges d'abord, puis à nous. C'est cela l'Eglise: l'extension de la vie divine à une multitude de créatures» (Y. CONGAR, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, p. 59).

<sup>280</sup> «Or si l'Eglise n'est pas autre chose que la communication de la vie trinitaire, elle est nécessairement une de l'unité même de Dieu, et pour autant unique comme Dieu est unique: une seule Eglise comme il y a - et parce qu'il y a - un seul Dieu, un seul Seigneur, un seul Père, une seule foi» (Y. CONGAR, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, p. 72).

<sup>281</sup> Y. CONGAR, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, p. 108.

a fé. Assim, torna-se essencial reconhecer os cristãos separados «como verdadeiros irmãos e como membros da Igreja católica»:

«Se nós reivindicamos para a nossa Igreja as qualidades de verdadeira e de única, que fazemos das outras “Igrejas”, que fazemos dos outros cristãos batizados, que fazemos da sua oração, do seu culto? Onde está o valor cristão de tudo isto? E, além disso, um protestante sincero, crente, verdadeiramente consagrado a Deus e que vive santamente para Cristo não é mais da Igreja que um católico de batismo morno ou pecador, ou que talvez, pode ter perdido a fé? Por um lado e em certo sentido, obviamente que sim: mas então, que valor único tem, portanto, esta Igreja à qual pertence sem ser e como conceber tudo isto?

Parece que temos, como logicamente possível, apenas um caminho. Se nós acreditamos que a Igreja católica é a Igreja de Jesus Cristo, a sua única Igreja, e que esta Igreja é verdadeiramente o seu corpo místico, haverá apenas uma maneira possível, teologicamente, de reconhecer nos nossos irmãos separados os valores cristãos e, aos “bons pagãos”, a qualidade de “salvos”: é reconhecê-los, por essa razão, o valor de verdadeiros “irmãos” e a qualidade de membros da Igreja católica. Não saímos daqui»<sup>282</sup>.

Ainda relativamente à questão da reunião, a prioridade está em «ajudar isso a acontecer», em tornar possível o acesso dos «irmãos separados» aos «bens da Nova Aliança», à «reconciliação» e à «comunhão», presentes na vida da Igreja<sup>283</sup>.

Recorrendo às palavras de Santo Agostinho «*Diligite homines, interficite errores*», Yves Congar afirma que nem sempre sabemos aplicar este princípio. Diz-nos ele que não sabemos distinguir a heresia das pessoas. Para Yves Congar, perante os outros cristãos, teremos que valorizar, antes que tudo, a sua «adesão ao cristianismo e a Cristo», pois isso é o fundamental, e não acentuar a «adesão à heresia», pois muitas vezes esquecemos que estas pessoas já nasceram «numa forma errónea do cristianismo». Quanto à expressão «irmãos separados», Yves Congar diz-nos que não se trata de uma expressão piedosa, nem sequer se

---

<sup>282</sup> Tradução elaborada por nós a partir do seguinte texto: «Si nous revendiquons pour notre Église la qualité de véritable et d'unique, que faisons-nous de autres «Églises», que faisons-nous des autres chrétiens baptisés, que faisons-nous de leur prière, de leur culte? Où est la valeur chrétienne de tout cela? Et, par ailleurs, un protestant sincère, croyant, vraiment consacré à Dieu et vivant saintement pour le Christ n'est-il pas plus de l'Église qu'un catholique de baptême tiède ou pécheur, ou qui même, peut-être, a perdu la foi? Par un certain côté et en un certain sens, évidemment oui: mais alors, quelle valeur unique a donc cette Église à laquelle on appartient sans en être, et comment concevoir tout cela? Il semble qu'il n'y ait de logiquement possible, qu'une seule voie. Si nous croyons que l'Église catholique est l'Église de Jésus-Christ, son unique Église, et que cette Église est vraiment son Corps mystique, il n'y aura qu'une manière dont nous pourrions, théologiquement, reconnaître à nos frères séparés valeur chrétienne et, aux «bons païens» qualité de «sauvés», c'est de leur reconnaître, pour autant valeur de véritables «frères» et qualité de membres de l'Église catholique. On ne sortira pas de là» (Y. CONGAR, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, pp. 278-279).

<sup>283</sup> «Dans la question de la réunion, il s'agit d'un accomplissement. Pour nos frères séparés, il s'agit d'accéder à la plénitude des biens de la Nouvelle Alliance, qui sont la dot de l'Église, à la plénitude de la réconciliation et de la communion, à la forme accomplie de l'Église et de la vie en elle. - Pour nous, il s'agit d'aider à ce que cela se fasse: et d'abord de le rendre possible, non seulement en nous montrant nous-mêmes des enfants de la Plénitude, mais en traitant effectivement nos frères séparés comme des chrétiens qui ont déjà en eux une part plus moins grande de ce que nous désirons y voir advenir, et qui aspirent secrètement à en opérer l'accomplissement» (Y. CONGAR, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, p. 307).

trata de «um título protocolar, uma fórmula sem conteúdo», mas é antes «a designação de uma realidade profunda e verdadeira, que engloba toda uma maneira de considerar as coisas»<sup>284</sup>.

Um dos pontos distintivos da teologia de Yves Congar é a valorização da reforma dentro da Igreja. Em 1950 publicou uma obra intitulada «*Vraie et fausse réforme dans l'Eglise*». No prólogo, Yves Congar, apresenta a Igreja como «uma comunhão» e não como uma simples instituição. Como comunhão «existe nela uma unidade que nenhuma separação a pode destruir». A unidade de que ele está a falar é a unidade que é gerada pela própria Igreja, pelos seus elementos constitutivos. Mas há também a unidade vivida pelos homens<sup>285</sup>.

Para ele, a Igreja «tem vivido sempre reformando-se a si mesma»<sup>286</sup>. Ele defende, nesta obra, a necessidade da reforma na vida da Igreja, mas uma reforma que parta de um movimento que tenha em conta as exigências da unidade, da catolicidade e da continuidade, em vez de um movimento que seja cismático, que venham destruir essa unidade<sup>287</sup>.

Ao afirmar a necessidade da reforma na vida da Igreja, Yves Congar também nos diz na obra *Aspects de l'œcuménisme*, publicada em 1962, que não existe ecumenismo sem reforma: «o ecumenismo implica um reformismo saudável e verdadeiro e, numa atividade deste tipo, a parte dos leigos é essencial»<sup>288</sup>. Ainda nesta obra, são apresentadas algumas diretivas pedagógicas orientadoras para o diálogo ecuménico: primeiro que tudo há que respeitar os outros; depois deve existir o desejo de querer conhecer os outros cristãos; e depois construir pontes e criar contactos<sup>289</sup>.

Uma das particularidades da reflexão teológica de Yves Congar é, segundo as suas palavras, a «espiritualidade ecuménica». Para ele, não há qualquer problema em usar esta nomenclatura, uma vez que ele não duvida de que o ecumenismo é obra do Espírito Santo. O

---

<sup>284</sup> «Nous connaissons bien l'adage célèbre: *Diligite homines, interficite errores*; mais nous ne le mettons pas toujours bien en pratique. Nous ne distinguons pas toujours assez l'hérésie, qui est un système faux, et les personnes, qui sont des êtres vivants et qui, au point de vue réel, quel que soit celui du droit, sont rarement de vrais hérétiques. Elles sont nées dans une forme erronée du christianisme, où nous serions moins bons qu'elles lui donnent ne représente que rarement une adhésion à l'hérésie comme telle, mais d'abord une adhésion au christianisme et au Christ. Dès lors, l'expression de «frères séparés» n'est pas une pieuse exagération, un titre protocolaire, une formule sans contenu, mais la désignation d'une réalité profonde et vraie, et qui engage toute une manière de considérer les choses» (Y. CONGAR, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, pp. 307-308).

<sup>285</sup> «Ciertamente, la Iglesia tiene su estructura, que recibe de sus elementos constitutivos. Pero, aunque estructurada, ella vive, y los fieles viven en ella, en la unidad. La Iglesia no es solo un cuadro, un aparato, una institución. Es una comunión. Existe en ella una unidad que ninguna secesión puede destruir, la unidad que generan por sí mismos sus elementos constitutivos. Pero existe también la unidad ejercida o vivida por los hombres. Esta cuestiona su actitud, es edificada o destruida por esa actitud, y constituye la comunión. Además solo se conoce verdaderamente a la Iglesia cuando, más allá de la institución y de su estructura, se estudia la naturaleza de esa comunión, sus condiciones, sus implicaciones, las formas de hacerla» (Y. CONGAR, *Verdadera y falsa reforma en la Iglesia*, p. 25).

<sup>286</sup> Y. CONGAR, *Verdadera y falsa reforma en la Iglesia*, p. 33.

<sup>287</sup> Cf. Y. CONGAR, *Verdadera y falsa reforma en la Iglesia*, p. 237.

<sup>288</sup> «(...) l'œcuménisme implique un sain et vrai réformisme et, dans une activité de ce genre, la part des laïcs est essentielle» (Y. CONGAR, *Aspects de l'œcuménisme*, Office Général du Livre, Paris, 1962, p. 37).

<sup>289</sup> Y. CONGAR, *Aspects de l'œcuménisme*, pp. 106-108.

ecumenismo está no coração e é faz parte do plano divino, faz parte da história da salvação de Deus com os Homens, que quer reunir os cristãos num só corpo<sup>290</sup>.

Assim sendo, ao olharem para o ecumenismo os cristãos não podem achar algo estranho, ou seja, o ecumenismo diz respeito a todos os cristãos, porque se trata da busca da sua unidade, da sua comunhão com Deus. Todo o cristão é chamado a construir essa unidade, primeiro a nível individual (vida espiritual) e depois a nível universal<sup>291</sup>.

Para terminar, Yves Congar aponta quatro pontos onde assenta a espiritualidade ecuménica: a conversão, o diálogo, a paciência e a penitência. Estes quatro pontos devem ser acompanhados da oração.

## 2.5 - A visão ecuménica do cardeal Agostinho Bea

Agostinho Bea nasceu em Riedbohringen, na Alemanha, a 28 de maio de 1881 e morreu a 16 de novembro de 1968 em Roma<sup>292</sup>. Com 21 anos, a 8 de abril de 1902 entrou no Seminário da Companhia de Jesus na Holanda, na cidade de Valkenburg<sup>293</sup>. Após concluir os anos de formação foi ordenado padre a 25 de agosto de 1912<sup>294</sup>.

Dedicou uma parte da sua vida ao estudo da filosofia oriental e aos estudos bíblicos, vindo a ser professor de Teologia Bíblica na Universidade Gregoriana. Assumiu a reitoria do Instituto Bíblico em 1930 e, em 1949, foi nomeado consultor do Santo Ofício<sup>295</sup>. Durante o pontificado do Papa João XXIII, a 14 de dezembro de 1959, foi elevado ao cardinalato e, passado pouco tempo, a 19 de abril de 1962, ordenado bispo na Basílica Lateranense<sup>296</sup>.

Entregou-se inteiramente à causa da unidade dos cristãos. Desde muito cedo, ainda quando estudava, manteve relações próximas com teólogos protestantes<sup>297</sup>. Teve grande importância no seio da Cúria romana: primeiro como presidente do Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos, criado pelo Papa João XXIII; em segundo lugar, pelo valioso trabalho desenvolvido no II Concílio do Vaticano, o que fez com que fosse considerado um dos seus pilares<sup>298</sup>.

---

<sup>290</sup> V. BOTELLA CUBELLS, “La Espiritualidad del Ecumenismo según Yves Congar y Juan Bosch”, in *Pastoral Ecuménica* 86 (2012), pp. 61-62.

<sup>291</sup> Cf. V. BOTELLA CUBELLS, “La Espiritualidad del Ecumenismo según Yves Congar y Juan Bosch”, pp. 63-64.

<sup>292</sup> Cf. *L’OSSERVATORE ROMANO*, Edição Italiana, Ano CVIII, n°265, 17 novembre 1968, p. 2.

<sup>293</sup> Cf. M. GILBERT, “Cardinal Augustin Bea. 1881-1968”, p. 370.

<sup>294</sup> Cf. *L’OSSERVATORE ROMANO*, Edição Italiana, Ano CVIII, n°265, 17 novembre 1968, 2.

<sup>295</sup> Cf. M. GILBERT, “Cardinal Augustin Bea. 1881-1968”, pp. 371 e 375.

<sup>296</sup> Cf. *L’OSSERVATORE ROMANO*, Edição Italiana, Ano CVIII, n°265, 17 novembre 1968, 2.

<sup>297</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 22.

<sup>298</sup> AGÊNCIA ECCLESIA, <http://agencia.ecclesia.pt/noticias/dossier/ii-concilio-do-vaticano-cardeal-bea-um-pioneiro-do-ecumenismo/>, acedido em 26 de agosto de 2017.

De facto, o cardeal Agostinho Bea foi incansável na promoção da unidade dos cristãos. Embora fosse um trabalho que desenvolvesse com mais intensidade na fase final da sua vida, contudo não foi uma questão nova para ele. Desde muito cedo, com apenas 15 anos, teve que aprender a dialogar com colegas de outras Confissões cristãs e também de outras culturas religiosas não cristãs e, por isso, podemos dizer que aqui já desenvolveu um trabalho ecuménico<sup>299</sup>. Depois, quando já era padre, acompanhou o trabalho desenvolvido em alguns centros ecuménicos, nomeadamente o «Círculo Jäger-Stählin», do bispo alemão D. Lorenz Jäger, e a «Conferência Católica Internacional para as Questões Ecuménicas», promovida por Monsenhor Johannes Willebrands, na Holanda<sup>300</sup>. Estas experiências marcaram-no profundamente, pelo trabalho que depois empreendeu em prol da unidade cristã e do diálogo inter-religioso.

Em 1961, na revista jesuíta *La Civiltà Cattolica*, publicou o texto: «O Católico perante o problema da unidade dos cristãos». Neste texto, afirma que «não é fácil determinar a medida exata da atitude que devemos manter em relação aos nossos irmãos separados». O cardeal Agostinho Bea constatava haver duas atitudes que estão presentes nos meios católicos: uma primeira atitude de «extrema reserva, de auto-defesa, de severidade e de exclusivismo» para com os elementos da «Igreja cismática»; uma segunda atitude, oposta à primeira, defendendo uma maior abertura, isto é, que procura «compreender e admitir o que há de sincero e de bom na posição dos outros, tendo em conta sobretudo as verdadeiras intenções e reconhecendo as próprias deficiências», em prol da unidade desejada a realização de algumas «concessões, mesmo à custa de sacrifícios»<sup>301</sup>. Dadas estas duas atitudes, que são observadas pelo cardeal Agostinho Bea, ele afirma que ambas as posições são extremistas:

---

<sup>299</sup> Cf. M. GILBERT, “Cardinal Augustin Bea. 1881-1968”, p. 370.

<sup>300</sup> Cf. M. GILBERT, “Cardinal Augustin Bea. 1881-1968”, p. 377.

<sup>301</sup> «Não é fácil determinar a medida exacta da atitude que devemos manter em relação aos nossos irmãos separados; se olharmos à nossa volta, observamos que se podem adoptar duas atitudes diametralmente opostas. A *primeira* é a daqueles a quem acima de tudo impressiona o facto desses cristãos pertencerem a uma doutrina ou a um sistema doutrinário considerados como heréticos pela Igreja Católica romana, ou seja, a uma Igreja Cismática, o que significa que ela nega obediência ao Pontífice romano enquanto chefe visível de toda a Igreja de Cristo. Ora a heresia e o cisma são factos graves em si mesmos, e aquele que os professa põe em perigo, pela sua doutrina e pelo seu exemplo, a fé dos outros membros da Igreja. Tudo isto conduz a comportamentos do primeiro grupo a uma atitude de extrema reserva, de auto-defesa, de severidade e de exclusivismo. A *segunda atitude* é, como dissemos, quase totalmente oposta à primeira. Trata-se, efectivamente, daqueles que têm tendência para condenar em bloco a outra atitude, considerando-a como que uma sobrevivência da celeberrima “Inquisição” ou, pelo menos, digna de épocas remotas; talvez conforme ao espírito do Antigo Testamento, mas nunca, decerto, ao que inspira o Evangelho e a caridade de Cristo. Decretam então que é necessário manter o espírito “aberto a tudo”, o que significa que se deve procurar compreender e admitir o que há de sincero e de bom na posição dos outros, tendo em conta sobretudo as verdadeiras intenções e reconhecendo as próprias deficiências; procurar tirar ensinamentos das outras confissões, aproveitando das suas riquezas algo que fecunde a nossa posição. Acaba-se assim por colocar quase em pé de igualdade a Igreja Católica e as outras confissões. Fala-se muito de defeitos verdadeiros ou supostos, de mal entendidos, de mesquinhez ou tacañez de espírito dentro da nossa Igreja; exige-se um espírito de caridade conciliadora que, tendo em vista a unidade, faça concessões, mesmo à custa de sacrifícios. Chega-se até ao ponto de pedir uma

«Que podemos dizer destas duas atitudes? Notam-se claramente, em ambos os casos, os dados do problema, mas é fácil perceber que se trata de posições extremistas e que, se ambas contêm algumas coisas certas, também contêm muitas erradas ou, pelo menos, exageradas ou incompletas»<sup>302</sup>.

A importância da unidade na vida Igreja é, de facto, algo essencial. O cardeal Agostinho Bea diz-nos que é preciso juntar esforços na sua construção. Para isso, todos os membros da Igreja têm o dever de trabalhar nesse sentido, quer ocupem lugares na hierarquia, quer sejam simples leigos. Por isso, ao olharem para a questão dos «irmãos separados» é dever de todos cultivarem um interesse por eles:

«Não é possível que a Igreja jamais *se desinteresse* dos nossos irmãos separados. Eles são (...) seus membros, embora o não sejam no sentido pleno da palavra; são seus filhos, e por isso são objecto das suas solitudes maternais. A Igreja, portanto, tem o estrito dever de fazer tudo para os trazer de novo ao seu seio, para que possam ter a vida em plenitude e gozem de todos os seus direitos e privilégios de filhos. E a Igreja esteve sempre *consciente desse dever*»<sup>303</sup>.

Existindo a consciência de que um dos deveres essenciais da Igreja é a construção da unidade, dado o desejo do «divino Fundador», Jesus Cristo, é de salientar outro excerto do cardeal Agostinho Bea, que nos permitirá compreender melhor aquilo que ele pensa acerca da unidade, que para ele deve fundar-se «na unidade na doutrina, no governo e nos meios de salvação»:

«A unidade da Igreja, desejada pelo seu divino Fundador, é para ela uma nota essencial, como também o é a santidade e a catolicidade; contudo, na sua realidade concreta, *a união ainda não está completa, perfeita*, e todos os nossos esforços são exigidos para ajudar a realizar-se totalmente, triunfando de todos os obstáculos. Não se trata duma unidade qualquer, mas sim - segundo a vontade do seu Fundador - da unidade na doutrina, no governo e nos meios da salvação (os sacramentos); e essa unidade funda-se na pedra que Cristo escolheu, S. Pedro e os seus sucessores»<sup>304</sup>.

Sabendo que a «união ainda não está completa» nem «perfeita», o cardeal Agostinho Bea tem noção que existem ainda muitos obstáculos à construção dessa realidade e reconhece que a Igreja tem consciência disso. No seu texto «Obstáculos à união dos Cristãos», ele afirma que estes obstáculos, que são dificuldades à realização da unidade, não podem, no entanto, fazer desistir de trabalhar pela unidade. É muito importante reconhecer os obstáculos, ter

---

“compreensão” tal, que exija aos cristãos separados apenas o reconhecimento dos dogmas consignados “essenciais?”» (A. BEA, *A unidade da Igreja*, Livraria Moraes Editora, Lisboa, 1964, pp. 9-10).

<sup>302</sup> A. BEA, *A unidade da Igreja*, p. 10.

<sup>303</sup> A. BEA, *A unidade da Igreja*, p. 29.

<sup>304</sup> A. BEA, *A unidade da Igreja*, pp. 30-31.

noção que eles existem e quais são, mas não podem ser bloqueio, mas antes serem estímulo para uma «oração constante», na confiança de que nada é impossível:

«É pois muito importante considerar o número e a gravidade dos obstáculos que se opõem ainda à união de todos, não para que desanimemos perante a dificuldade do empreendimento, mas antes para que sirva de estímulo a uma oração constante, cheia dessa fé que remove montanhas, como diz Jesus: “Em verdade vos digo, se a vossa fé tiver o tamanho dum grão de mostarda, direis a esse monte: afasta-te daqui para ali e ele se afastará; e nada vos será impossível»<sup>305</sup>.

Ainda relativamente aos obstáculos, uma outra coisa que o cardeal Agostinho Bea salienta é o facto de muitas vezes se carregar demasiado nos obstáculos. Sem os eliminar, é importante também não os «enegrecer ou exagerar», pelo facto de os obstáculos serem uma realidade, por si só, já «bastante grave». O cardeal Agostinho Bea apela a que, diante das dificuldades à construção da unidade, seja também valorizado o que há de bom nos irmãos separados, deixando para Deus o julgamento dos factos históricos das separações:

«Quando falamos dos obstáculos à unidade cristã, devemos evitar enegrecê-los ou exagerá-los, porque a realidade já é bastante grave em si mesma. Também não devemos negar o muito que há de bom nos nossos irmãos separados e, ainda menos, pretender julgar as responsabilidades que possam ter, tanto no facto histórico das separações, como no que diz respeito a casos pessoais. Os factos históricos são muito complexos para poderem ser julgados debaixo dum ponto de vista puramente humano e só Deus pode desembaraçar os fios desta complicada meada histórica»<sup>306</sup>.

Em 1960, sendo já presidente do Secretariado da Promoção pela Unidade dos Cristãos, ao referir-se ao Movimento Ecuménico, vê nele o «sentido preciso que tem para a Igreja católica». Para isso, apresenta três proposições que permitem descrevê-lo: primeiro certifica que o lugar da unidade é essencial e que a Igreja católica já a possui internamente; a segunda proposição afirma que existe uma unidade ainda por realizar, referindo-se aos «membros dolorosamente separados da Sé Apostólica»; a terceira proposição ensina que «essa união não se adquire pela força», mas carece de uma preparação e de «um trabalho paciente, cheio de compreensão e de caridade segundo as próprias possibilidades», não esquecendo que a obra é do «Espírito Santo»<sup>307</sup>.

---

<sup>305</sup> A. BEA, *A unidade da Igreja*, pp. 38-39.

<sup>306</sup> A. BEA, *A unidade da Igreja*, p. 39.

<sup>307</sup> «Podemos agora ver o sentido *preciso* que tem para a Igreja Católica o *movimento a favor da união, o movimento ecuménico*. Três proposições permitem descrevê-lo rapidamente. A primeira afirma a unidade essencial, *já existente* na Igreja católica: a que Jesus Cristo quis e realizou em Pedro e nos seus sucessores, os Pontífices romanos; a unidade de doutrina, de sacramentos e de governo. A segunda, é a afirmação de que além dessa, há *uma unidade ainda a realizar*: a dos membros dolorosamente separados da Sé Apostólica. A terceira proposição ensina-nos que essa união não se adquire pela força, mas antes por uma livre aceitação, pois é

Por fim, valoriza o empenho do Movimento Ecuménico, nomeadamente dos círculos de união entre os «irmãos separados», que diz serem obra «do Espírito Santo» presente nestes círculos ecuménicos, causa de uma santa alegria e maior motivação para trabalhar no sentido da unidade, «desígnio de Nosso Senhor». É dos primeiros a referir que estes círculos nostálgicos pela união são obra do Espírito Santo, algo acarinhado depois pelo II Concílio do Vaticano<sup>308</sup>.

### 3- Posições oficiais do magistério

No período que decorreu entre a génese do Movimento Ecuménico e o II Concílio do Vaticano (1910-1965), a Igreja católica conheceu seis pontificados na sua história: Pio X, Bento XV, Pio XI, Pio XII, João XXIII e Paulo VI. Todos estes Papas, inevitavelmente, uns mais do que outros, tiveram que lidar com a problemática ecuménica, mas as suas posições perante o Movimento Ecuménico não foram iguais, o que tornou os seus pontificados singulares no que toca ao tratamento desta questão. Podemos afirmar que as posições oficiais aconteceram de uma forma «heterogénea e contraditória»<sup>309</sup>.

A atitude do magistério é reflexo do caminho que a Igreja católica foi paulatinamente construindo. É notório, como referido nos capítulos anteriores, que as iniciativas e o trabalho desenvolvido pelos pioneiros ecuménicos foram essenciais para a consolidação da consciência desta problemática no seio da Igreja católica. Porém, apesar de todos estes esforços, «a Igreja Católica permaneceu durante muito tempo numa posição oficial de grande reserva, até mesmo de recusa, face ao movimento ecuménico»<sup>310</sup>.

A atitude inicial da Igreja católica estava associada à origem protestante do Movimento Ecuménico. A Igreja católica via as Igrejas da Reforma como «a causa da divisão do cristianismo em seitas e da dissolução da verdadeira doutrina, a fonte de tendências

---

“absolutamente necessário que isso seja a obra duma vontade livre e espontânea, pois só pode crer aquele que o quer”. É preciso portanto que cada um de nós a prepare por meio dum trabalho paciente, cheio de compreensão e de caridade, segundo as próprias possibilidades. Em última análise, esta obra será também a do Espírito Santo, pois que só Ele pode dar aos nossos irmãos separados a luz e a força necessárias para vencer as dificuldades todas que ainda se encontram no seu caminho» (A. BEA, *A unidade da Igreja*, p. 31).

<sup>308</sup> «Quando nos referimos a obstáculos à união, não deixamos por isso de reconhecer a nostalgia profunda que se observa junto de muitos círculos dos nossos irmãos separados. Essa nostalgia é, sem dúvida, obra do Espírito Santo, e para nós todos, filhos da Igreja, é motivo duma santa alegria e um insistente apelo para acudirmos a todos aqueles que sinceramente, procuram a verdade. Sabemos também que, junto dos nossos irmãos separados, vários grupos despenderam e despendem ainda esforços gigantescos para se aproximarem do termo tão desejado da unidade, e o nosso coração rejubila. Por isso mesmo, é tanto mais necessário conhecer e avaliar com serenidade os obstáculos que ainda se lhe opõem, agindo de forma a podermos cooperar eficazmente na realização do grande desígnio de Nosso Senhor» (A. BEA, *A unidade da Igreja*, pp. 39-40).

<sup>309</sup> W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 126.

<sup>310</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 47.

racionalistas e de uma certa degeneração da fé»<sup>311</sup>. A Igreja católica compreendia-se e apresentava-se a si mesma como possuidora da totalidade da fé cristã, ou seja, apresentava uma «eclesiologia exclusivista e triunfalista», que destituía qualquer significado salvífico nas outras Confissões cristãs e não reconhecia a presença de elementos cristãos que estivessem situados além das suas estruturas<sup>312</sup>. Também, durante muito tempo, a Igreja católica viu-se na imagem jurídica de «sociedade perfeita» e interpretou literalmente o célebre axioma de São Cipriano - *extra ecclesiam nulla salus est* - como a impossibilidade da salvação fora da Igreja católica. A convicção de ser a única verdadeira Igreja, identificando-se como a única Igreja de Jesus Cristo, fez com que tivesse uma atitude de reserva para com o Movimento Ecuménico. Por isso, a unidade da Igreja «só podia ser concebida em termos de simples regresso, por conversão, dos cristãos separados ao seio de Roma»<sup>313</sup>.

Esta conceção existente dentro da Igreja católica foram o bastante para influenciar o seu posicionamento oficial perante o ecumenismo, colocando-se numa atitude de recusa e reserva durante algum tempo, o que levou a uma «rejeição tácita» do Movimento Ecuménico, negando mesmo qualquer participação oficial nas suas assembleias ecuménicas. Não quer dizer que, por parte dos Papas, não houvesse interesse pela unidade, mas a unidade era vista como a unidade dentro das estruturas da Igreja católica. A unidade só seria possível quando os cristãos que se separaram retornassem a Roma, pois para a Igreja católica não fazia sentido outra forma. Defendiam inicialmente que os encontros de diálogo não construíam a «verdadeira Igreja de Cristo»<sup>314</sup>. Mais tarde, ao longo do século XX a Igreja católica começou a valorizar o diálogo com os cristãos separados, mas ainda em vista do retorno destes «ao seio das suas estruturas»<sup>315</sup>. A mudança de perspetiva aconteceria mais tarde e só seria oficialmente ratificada pelo II Concílio do Vaticano.

Desde o Papado de Pio X ao Papado de Paulo VI, durante estes seis pontificados, podemos afirmar que houve uma mudança radical no posicionamento oficial perante o problema ecuménico e as questões da unidade: passou-se de «uma atitude de recusa e reserva à progressiva abertura ao ecumenismo»<sup>316</sup>.

Neste capítulo, para melhor compreendermos a mudança de atitude perante a problemática ecuménica, que começara também já a despontar no seio católico, graças às personalidades pioneiras, torna-se necessário entender de que forma o magistério deu uma resposta oficial. Não pretendemos expor todas as ideias, todas as intervenções e escritos dos

---

<sup>311</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 47.

<sup>312</sup> Cf. E. WOLFF, “O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II”, p. 407.

<sup>313</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 48.

<sup>314</sup> E. WOLFF, “O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II”, p. 407.

<sup>315</sup> E. WOLFF, “O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II”, pp. 407-408.

<sup>316</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 47.

Papas, mas expor as suas principais posições oficiais, bem como algumas ações desenvolvidas. Para isso vamos recorrer a alguns dos seus textos mais significativos.

### 3.1 - Pontificados dos Papas Pio X e Bento XV

É durante o pontificado do Papa Pio X (1903-1914)<sup>317</sup> que ocorre o primeiro encontro do Movimento Ecuménico, para o qual a Igreja católica não foi convidada<sup>318</sup>. Quando acontece este encontro ecuménico de Edimburgo, a Igreja católica está a atravessar uma crise, a chamada «crise modernista». O Papa Pio X vai centrar a sua ação pastoral na defesa da Igreja católica contra o chamado modernismo que começava a penetrar no seu seio. É então que publica, a 8 de setembro de 1907, a Encíclica *Pascendi Domini Gregis*<sup>319</sup>. Com este documento, à semelhança do que fizera o seu predecessor, o Papa Pio IX com o famoso *Syllabus*, condena o que considera como «erros modernistas», que eram vistos como as novas heresias.

A crise modernista, como qualquer crise em si mesma, trouxe consigo fatores que poderia desencadear em cisma, o que não veio a acontecer. Mas, como crise, não «era favorável às atividades ecuménicas»<sup>320</sup> e, por isso, num clima desta natureza não era razoável desenvolver serenamente um diálogo ecuménico. Mesmo qualquer ação ecuménica, neste contexto, era conotada com as influências modernistas e, por isso, não era bem acolhida. Aqui, não podemos esquecer o conhecido caso do padre Fernand Portal, que em 1908 foi acusado de modernista, dadas as suas iniciativas dialógicas entre os jovens de várias Confissões cristãs e até com não crentes.

Embora não haja um pronunciamento claro do Papa Pio X acerca do Movimento Ecuménico, sabemos que terá tido conhecimento do encontro de Edimburgo, não só pela sua dimensão e pelos ecos que de lá vieram, mas especialmente também pela troca de cartas que o seu Secretário de Estado, cardeal Gasparri, manteve com o secretário do movimento «Fé e Constituição», Robert Gardiner, sem que houvesse grande interesse em participar nas ditas assembleias ecuménicas<sup>321</sup>.

---

<sup>317</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 77.

<sup>318</sup> Como tivemos oportunidade de ver na I Parte da dissertação, a Igreja católica e a Igreja ortodoxa não foram convidadas a participarem no encontro de Edimburgo. Esta falta foi notada pelos delegados de Edimburgo e, logo nos tempos seguintes, tentou-se colmatá-la, havendo a preocupação de entrar em contacto com estas duas famílias cristãs.

<sup>319</sup> G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 136.

<sup>320</sup> G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, p. 136.

<sup>321</sup> A troca de cartas entre o secretário de estado do Vaticano, cardeal Gasparri, e o secretário do movimento «Fé e Constituição» continuou durante o Pontificado do Papa Bento XV (Cf. P. RODRIGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, Ediciones Rialp, Madrid, 1979, p. 64).

Todavia a questão da unidade cristã não deixou de estar presente na vida da Igreja católica. O Papa Pio X seguiu os passos do seu predecessor Leão XIII, continuando assim a trabalhar pela unidade, olhando de modo particular para os cristãos orientais. É precisamente no ano do início do Movimento Ecuménico que este Pontífice, a 26 de dezembro de 1910, escreve a carta apostólica *Ex quo nono*, precisamente a tocar o tema da unidade.

A carta, logo no início, alude ao século IX da separação, afirmando que «as nações orientais foram arrancadas da unidade da Igreja Católica». No seguimento, não deixa de nomear os esforços feitos por muitos no sentido de ir ao encontro de uma solução que colocasse o fim à separação: «restituir ao seio desta Igreja os irmãos dissidentes». Nesta frase podemos ver que a Igreja católica, relativamente aos cristãos orientais separados, tem consciência de que são irmãos. O Papa Pio X ao dirigir-se neste tom fraternal tinha o desejo de pôr fim ao cisma entre oriente e ocidente que, segundo ele, causou «pesar no ocidente e causou graves prejuízos no oriente». Depois de especificar os nomes daqueles que foram testemunhas dessa solicitude pelo trabalho da unidade, afirmou que há um caminho de paz a construir no sentido de formar «um só redil e um só Pastor».

Contudo, o Papa Pio X terminou a carta com um pedido aos arcebispos para que procurem, junto dos cristãos orientais, mostrar o desejo e a urgência na construção da unidade. Diz-nos o Sumo-Pontífice que era necessário juntar esforços no caminho da união tão desejada, de modo a que «as ovelhas que a discórdia mantém dispersas» se congreguem «numa só profissão de fé católica, sob um só supremo pastor». E este caminho em prol da unidade só se faz na certeza da força do Espírito Santo Paráclito, cumprindo assim o desejo de Jesus<sup>322</sup>.

---

<sup>322</sup> «Ex quo, nono labente saeculo, Orientis gentes ab unitate Ecclesiae catholicae coeperunt avelli, vix dici potest quantum a viris sanctis adlaboratum sit, ut dissidentes fratres ad eius gremium revocarentur. Prae ceteris vero Summi Pontifices, Decessores Nostri, pro eo quo fungebantur munere, fidem et unitatem ecclesiasticam tuendi, nil intentatum reliquerunt, ut qua paternis adhortationibus, qua publicis legationibus, qua solemnibus conciliis, funestissimum clissidium tolleretur, quod Occidenti quidem in moerorem cessit, Orienti vero grave intulit damnum. Huius sollicitudinis testes sunt, ut paucos tantum recenseamus, Gregorius IX, Innocentius IV, Clemens IV, Gregorius X, Eugenius IV, Gregorius XIII, et Benedictus XIV \ Sed neminem latet, quanto animi sui studio nuperrimo tempore Decessor Noster felicitis recordationis Leo XIII, Orientis gentes invitaverit ut Ecclesiae Romanae iterum consociarentur (...). Nec, minori sane desiderio Nos ipsi, Ven. Fratres, quod probe nostis, tenemur, ut cito dies illucescat, tot anxiiis sanctorum virorum votis exoptatus, quo penitus a fundamentis subvertatur murus ille, qui duos iamdiu dividit populos, atque his uno fidei et caritatis amplexu permixtis, pax invocata tandem aliquando reflorat, fiatque *unum ovile et unus pastor*. (...) Simul tamen enixe oramus, ut eos persuasos faciatis, nihil Nobis antiquius esse, quam ut omnes bonae voluntatis homines vires indefesse exerant, quo concupita unitas citius obtineatur, ut in una fidei catholicae professione, sub uno pastore summo adunentur, quas discordia dispersas retinet oves. Quod facilius quidem contingat, si ad Spiritum Sanctum Paraclitum, qui “*non est dissensionis Deus, sed pacis*”, fervidae ingementur preces; inde enim fiet ut Christi votum impleatur, quod ante subeundos extremos cruciatus cum gemitibus expressit: “*Ut omnes unum sint, sicut tu, Pater, in me, et ego in te; ut et ipsi in nobis unum sint*”» (PIUS PP. X, *Epistola ad Archiepiscopos Orientales (Ex quo nono)*, in *AAS* 3 (1911), pp. 117- 121).

Para concluir, um ano antes do encontro de Edimburgo, em 1909, o Papa Pio X acolheu a iniciativa do Oitavário de Oração pela unidade da Igreja, através de uma bênção particular, dizendo que a oração era a bem da unidade<sup>323</sup>.

O pontificado do Papa Bento XV (1914-1922)<sup>324</sup> teve início precisamente quando o mundo enfrentava os horrores da primeira guerra mundial (1914-1918). A existência de um conflito armado desta dimensão exigiu dos cardeais a eleição de alguém que fosse capaz de guiar a Igreja num clima adverso. Foi então que escolheram o cardeal Giacomo della Chiesa<sup>325</sup>.

Os primeiros anos do pontificado tiveram como ação pastoral a resposta aos problemas consequentes da guerra. Um acontecimento desta gravidade não podia passar despercebido aos olhos da Igreja. Por isso, a guerra como que «eclipsou» todos os demais temas<sup>326</sup>. Porém, apesar desta atenção particular, o tema da unidade cristã não foi abandonado. Não podemos esquecer que tinham passado apenas quatro anos desde o grande encontro do Movimento Ecuménico, em Edimburgo.

Passados dois anos de ter sido eleito Papa, Bento XV, em 25 de fevereiro de 1916, através da Breve *Romanorum Pontificum*<sup>327</sup>, teve o seu primeiro gesto para com a questão da unidade: determinou que fosse celebrado, em toda a Igreja, o Oitavário de Oração pela Unidade da Igreja, que já era celebrado nalguns meios católicos.

Pouco tempo depois, após esta iniciativa universal de oração, a 15 de abril de 1916, Bento XV publicou outro documento, a Breve *Cum Catholicae Ecclesiae*, dedicada mais uma vez à oração pela unidade, mas agora com a particularidade de recomendar à Igreja católica a oração pelos povos cristãos do Oriente<sup>328</sup>. De facto, Bento XV, como os seus predecessores, interessou-se de modo especial por esses cristãos<sup>329</sup>. Neste documento, o Papa disse que a «verdade da Igreja Católica brilha principalmente pela sua unidade» e, no seguimento, falou dos cristãos do oriente como homens que foram «arrancados dos braços» da Igreja, que é mãe, apelando ao seu retorno com intenções e pensamentos corretos:

«Uma vez que a verdade da Igreja Católica brilha principalmente pela sua unidade, nada é mais desejável que os homens infelizmente arrancados dos braços desta Mãe retornem a ela, com pensamentos e intenções corretos. Os Romanos Pontífices Nossos Predecessores, especialmente no que diz respeito ao cisma do Oriente, nunca cessaram, em todo o tempo, ou

---

<sup>323</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 79.

<sup>324</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 77.

<sup>325</sup> Cf. J. W. O'MALLEY, *Historia de los papas: desde Pedro hasta hoy*, Sal Terrae, Santander, 2011, p. 301.

<sup>326</sup> Cf. J. W. O'MALLEY, *Historia de los papas: desde Pedro hasta hoy*, p. 302.

<sup>327</sup> Consultar nota 111.

<sup>328</sup> J. M. IGARTUA, *La esperanza ecuménica de la Iglesia*, Vol.I, BAC, Madrid, 1970, p. 551.

<sup>329</sup> Cf. Y. CONGAR, *Ensaïos Ecuménicos. O movimento, os homens, os problemas*, p. 27.

através da autoridade dos Concílios, ou por exortações paternais, ou mesmo por apelos à oração, de trabalhar com todas as forças para que aquelas populações cristãs, tão numerosas e nobres, pudessem professar com um só coração e uma só alma, a antiga fê da qual desgraçadamente se separaram»<sup>330</sup>.

Para o Papa Bento XV, a vivência da unidade cristã é algo que deveria acontecer no seio da Igreja Mãe, a Igreja católica romana. Por isso, quando se referiu à necessidade do retorno dos cristãos orientais, tem presente uma visão orgânica da questão da unidade. A própria palavra «arrancados dos braços desta mãe» assinala algo que foi afastado, algo que está em falta num conjunto, que feriu a unidade. É neste sentido que o Papa Bento XV propõe a oração, que tem como finalidade o pedido a Deus para que os cristãos orientais regressem à Igreja Romana, de modo a constituir-se uma só Igreja. O Papa, ao propor esta oração pela unidade da Igreja, revela a esperança de que chegue o dia da unidade, em que haverá «um só rebanho e um só Pastor» (Jo 10, 16). O texto da oração revela o sentido da existência de um rebanho único, a Igreja católica, guiada por um só Pastor, o Romano Pontífice<sup>331</sup>. É esta a principal intenção da oração, isto é, rezar para que os cristãos orientais voltem ao seio da Igreja mãe:

«Portanto, aprovamos a oração que aqui apresentamos e cujo objetivo é que os povos cristãos do Oriente formem de novo um só rebanho com a Igreja Romana e sejam liderados por um único Pastor (...) Ó Senhor, que unis as diferentes nações na confissão do Vosso Nome, Vos pedimos pelos povos cristãos do Oriente. Cientes da posição eminente que tinham em sua igreja, nós vos suplicamos que inspireis neles o desejo de voltarem, para formarem connosco um só rebanho sob a orientação do mesmo pastor. Faz que eles juntamente connosco se compenbrem dos ensinamentos de seus santos Doutores, que são também nossos Pais na Fé. Preserva-os de qualquer falta que possa afastá-los de nós. Que o espírito de concórdia e de amor, que é um sinal de sua presença entre os fiéis, apresse o dia quando o nosso unir suas orações, para que todos os povos e todas as línguas reconheçam e glorifiquem nosso Senhor Jesus Cristo, Vosso Filho. Assim seja»<sup>332</sup>.

---

<sup>330</sup> Tradução elaborado por nós a partir do seguinte texto: «Cum Catholicae Ecclesiae veritas unitate imprimis eluceat, nihil est magis exoptandum, quam ut homines, ab huius Matris complexu infeliciter abrepti, ad eam tandem, mutatis mentibus voluntatibusque, revertantur. Quae quidem desideria ac vota Romani Pontifices, Praedecessores Nostri, numquam concipere destiterunt et, quod potissimum ad Orientis schisma pertinet, omni tempore, sive Conciliorum auctoritate, sive paternis hortationibus, sive etiam opera precationibus data, pro viribus conati sunt, ut tam multae ac nobiles Christianorum gentes antiquam fidem, a qua misere desciverunt, denuo et corde uno et anima una profiterentur» (BENEDICTI PP. XV, *Litterae Apostolicae de oratione ad populos Orientis Christianos cum Ecclesia iungendos (Cum Catholicae Ecclesiae)*, in *AAS* 8 (1916), p. 137).

<sup>331</sup> J. M. IGARTUA, *La esperanza ecuménica de la Iglesia*, Vol.I, BAC, Madrid, 1970, 553.

<sup>332</sup> Tradução elaborado por nós a partir do seguinte texto: «Preces igitur quas subiicimus, quaeque eo spectant, ut Christiani ex Oriente populi unum cum Romana Ecclesia ovile iterum constituent, et ab uno regantur Pastore (...) O Signore, che avete unito le diverse nazioni nella confessione del Vostro Nome, Vi preghiamo per i popoli Cristiani dell'Oriente. Memori del posto eminente che hanno tenuto nella Vostra Chiesa, Vi supplichiamo d'ispirar loro il desiderio di riprenderlo, per formare con noi un solo ovile sotto la guida di un medesimo Pastore. Fate che essi insieme con noi si compenetrino degl'insegnamenti dei loro santi Dottori, che sono anche nostri Padri nella Fede. Preservateci da ogni fallo che potrebbe allontanarli da noi. Che lo spirito di concordia e di carità, che è indizio della Vostra presenza tra i fedeli, affretti il giorno in cui le nostre si uniscano alle loro preghiere, affinché ogni popolo ed ogni lingua riconosca e glorifichi il nostro Signore Gesù Cristo, Vostro Figlio.

A propósito desta oração pela unidade, recorrendo à imagem joanina do rebanho e do pastor na Encíclica *Spiritus Paraclitus*, publicada em 1920 versando sobre a interpretação da Sagrada Escritura, o Papa pede a intercessão de São Jerónimo para que «apaziguadas todas as discórdias conforme os desejos de Jesus, haja um só rebanho e um só pastor»<sup>333</sup>.

Esta afinidade do Papa Bento XV para com as Igrejas orientais católicas tornou-se realidade através de dois gestos muito concretos: a criação de uma Congregação para a Igreja Oriental e a criação do Instituto Pontifício Oriental<sup>334</sup>. Dois gestos que em certo sentido favoreciam os ritos orientais, mas que tinham como objetivo principal: «consolidar a posição das Igrejas orientais unidas à comunhão romana» e também, ainda que de modo indireto, contribuir para um maior «contacto com o Oriente ortodoxo»<sup>335</sup>.

Ao criar a Congregação para a Igreja Oriental, através do *Motu Proprio Dei Providentis* de 1 de Maio de 1917, o Papa Bento XV queria contribuir para combater a «situação decadente» em que as Igrejas orientais se encontravam. O Papa trata os cristãos orientais como «diletísimos filhos do Oriente» e deseja que eles um dia possam recuperar a «sua primeira prosperidade e primitiva glória»<sup>336</sup>. Esta abertura ao oriente cristão já existia desde o Papa Pio IX, vinculada à *Congregatione de Propaganda Fide*, que era dedicada ao trabalho nos países de missão. No entanto, o que o Papa Bento XV fez foi criar uma congregação autónoma, que tratasse unicamente desta questão em concreto. Também com este gesto o Papa quis prevenir que a Santa Sé fosse acusada, como já tinha sido por alguns, de querer subordinar os católicos orientais aos latinos. Ao criar a Congregação, quis mostrar o afeto e a «benevolência da Sé Apostólica» para com estes cristãos, considerando que todos os cristãos são filhos da Igreja católica e nela não há discriminação entre os seus filhos, sejam

---

Così sai» (BENEDICTI PP. XV, *Litterae Apostolicae de oratione ad populos Orientis Christianos cum Ecclesia iungendos (Cum Catholicae Ecclesiae)*, in *AAS* 8 (1916), pp. 137-138).

<sup>333</sup> «Ecquid enim, sublato, universarum rerum auctore et conservatore, Deo, non corruiat? Ecquid non pereat, quod ab se Christum, qui vita est, segregarit? Sed qui olim, discipulis comprecantibus, mare turbatimi tranquillavit, potest idem pulcherrima pacis munera exagitatae hominum consortioni restituere. In quo opituletur Hieronymus Ecclesiae Dei, quam cum peramanter coluit, tum a quavis adversariorum oppugnatione strenue defendit; idque patrocinio suo impetret, ut, discidiis secundum Iesu Christi optata compositis, “fiat unum ovile et unus pastor”» (BENEDICTI PP. XV, *Litterae Encyclicae de Sacra Scriptura et S. Hyeronimo (Spiritus Paraclitus)*, in *AAS* 12 (1920), pp. 422-423).

<sup>334</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, 80.

<sup>335</sup> G. TAVARD, *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, 139.

<sup>336</sup> «Cum autem omnes particulares ecclesias paterna caritate complectimur, tum praesertim orientales, quippe quae in vetustiore suorum temporum memoria lumina offerant sanctitatis doctrinaeque tam clara, ut eorum splendore etiam nunc, tanto intervallo, reliquas christianorum regiones collustrari videamus. Iam vero contemplari sine maerore non possumus, quemadmodum ex florentissimis amplissimasque tam tenues ac miserae sint effectae, postquam scilicet lamentabilium series continuatioque causarum maximum orientalium numerum ab Ecclesiae Matris complexu distrahit. Utinam dilectis ex Oriente filiis, divino munere, contingat in possessionem pristinae prosperitatis et gloriae aliquando restitui: Nos interea, Nostrarum partium memores, dabimus diligenter operam ut ecclesiarum orientalium afflictae res, quantum est in Nobis, relevemus» (BENEDICTI PP. XV, *Motu Proprio Dei Providentis*, in *AAS* 9-I (1917), pp. 529-530).

eles «gregos, latinos, eslavos ou de qualquer outra nacionalidade», ocupando todos eles o «mesmo lugar ante a Sé Apostólica»<sup>337</sup>.

Passados apenas cinco meses após a criação da Congregação para a Igreja Oriental, o Papa funda o Instituto Pontifício Oriental, através do *Motu Proprio Orientis Catholici* de 15 de outubro de 1917. A fundação de um Instituto desta natureza, para além de ser complementar à Congregação recentemente criada, é mais um novo passo na valorização das Igrejas do Oriente e para a procura de um caminho de unidade<sup>338</sup>. A fundação deste Instituto teve uma verdadeira missão ecuménica: para além de fomentar o estudo conjunto entre o ocidente e o oriente, em que se valorizavam as tradições orientais, pretendia-se a exposição da doutrina católica e também ortodoxa para que ambas pudessem «reconhecer por si mesmas a fonte de onde brotam», bem como a «formação conveniente a todos os sacerdotes latinos que querem exercer o seu ministério junto dos orientais»<sup>339</sup>.

A posição que o Papa Bento XV manifestou para com o Oriente cristão não se refletiu de igual forma para com o Movimento Ecuménico de origem protestante, mais propriamente com o Movimento «Fé e Constituição». Em 1920, alguns delegados deste movimento dirigiram-se a Roma e foram recebidos pelo Papa e, ao que parece, foram bem acolhidos. No entanto, a sua posição quanto à participação oficial dos católicos nas assembleias ecuménicas foi negativa. Tinha saído há pouco tempo, no dia 4 de julho de 1919, um documento do Santo

---

<sup>337</sup> «Itaque deliberatum Nobis est pro unitis, qui dicuntur, orientalibus propriam Sacram Congregationem instituere, cuius Nosmetipsi geramus, Nostrique deinceps successores, praefecturam. Quae enim pro negotiis ritus orientalis usque adhuc fuit, Pii IX, predecessoris Nostri auctoritate iussuque condita, cum S. Congregationi de Propaganda Fide adiuncta esset, ut huius quasi quaedam accessio posset videri, non ignoramus aliquos fuisse non bene erga Apostolicam Sedem animatos, ac piibus Romani Pontifices inde arguerentur catholicos Orientales parvi pendere, eosque Latinis velle subiectos. Huiusmodi criminationes etsi quisquis res ex veritate aestimat, videt inanes esse, volumus tamen de huius Apostolicae Sedis in Orientales benevolentia constare ita ut dubitare iam liceat nemini. Et nostri quidem Orientales, cum videant Pontificem. Maximum suis utilitatibus ipsum prospicere, intelligent profecto non posse Apostolicam Sedem se eis amantiores ostendere. E ceteris autem libet confidere iam non fore qui Latinos in suspicionem Orientalibus adducant, cum vel ex hac re sit manifestum, in Ecclesia Iesu Christi, ut quae non latina sit, non graeca, non slavonica, sed catholica, nullum inter eius filios intercedere discrimen, eosque, sive latinos, sive graecos, sive slavos, sive aliarum nationum, omnes apud hanc Apostolicam Sedem eundem locum obtinere» (BENEDICTI PP. XV, *Motu Proprio Dei Providentis*, in *AAS 9-I* (1917), p. 530).

<sup>338</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, pp. 81-82.

<sup>339</sup> «Orientis catholici ad spem veteris prosperitatis excitandi causa, mense maio vertentis anni Sacram Congregationem pro Ecclesia Orientali instituimus. Sed quod habemus propositum certe eveniet facilius uberiusque, si, qui in eo persequendo Nobis navaturi sunt operam, illi optime parati instructive ad laborandum devenerint. Itaque proprium altiorum studiorum domicilium de rebus orientalibus in hac Urbe, christiani nominis capite, condere decrevimus, idque et omni apparatu, quem huius aetatis eruditio postulat, ornatum, et doctoribus, in uno quoque genere peritissimis Orientisque perstudiosis insigne: in quo quidem Latini primum sacerdotes qui apud Orientales sacrum ministerium obire voluerint, congruenti, quae omnes numeros habeat, institutione formentur. Haec porro studiorum domus pateat etiam Orientalibus tum unitis tum orthodoxis qui appellantur: illis quo ordinarium doctrinae curriculum harum disciplinarum accessione perficiant; hi vero ut possint, omni praeiudicata opinione deposita, veritatem penitus perscrutari. Volumus enim ibi doctrinae catholicae simul et orthodoxae una pariter procedat expositio, ut cuivis sui iudicii viro evidens fiat quibus e fontibus utraque manaverit, ex Apostolorumne praedicatione, Ecclesiae perenni magisterio ad nos tradita, an aliunde» (BENEDICTI PP. XV, *De Instituto Pontificio Studiis Rerum Orientalium Provehendis (Motu Proprio Orientis Catholici)* in *AAS 9-I* (1917), pp. 531-532).

Ofício acerca do assunto<sup>340</sup>. O Papa Bento XV não condenou essas assembleias e mostrou-se atento à questão da unidade, mas a doutrina da Igreja não permitia participar num encontro dessa natureza. O Papa prometeu aos delegados que rezava para que essas assembleias ecuménicas conduzissem os cristãos ao seio da Igreja católica<sup>341</sup>.

Um dos grandes problemas levantados pela Igreja católica era essencialmente um problema eclesiológico. As Igrejas que constituíam o Movimento «Fé e Constituição» tinham uma conceção de unidade diferente da Igreja católica. O Movimento «Fé e Constituição» afirmava que todas as Igrejas existentes se encontram em cisma, são todas imperfeitas, não existindo a única e verdadeira Igreja de Cristo. Ora, esta posição era contrária à visão eclesiológica da Igreja católica, pelo que participar nas assembleias ecuménicas era considerado um gesto perigoso, pelos mal-entendidos e controvérsias que poderia suscitar entre os seus fiéis<sup>342</sup>.

### 3.2 - Pontificado do Papa Pio XI

No Pontificado do Papa Pio XI (1922-1939) verifica-se uma continuidade no que diz respeito à relação com os cristãos orientais. Mas a sua ação ecuménica estendeu-se à proximidade com o anglicanismo (recordemos aqui a bênção especial dada às Conversações de Malines)<sup>343</sup> e também com os cristãos ortodoxos. Foi este Papa que confiou o Instituto Pontifício Oriental, fundado por Bento XV, à Companhia de Jesus, dando-lhe uma nova clarificação, ou seja, o objetivo de ser «não tanto uma instituição voltada para a evangelização, mas preocupada em estudar a realidade cristã no mundo oriental»<sup>344</sup>. Para isso, concedeu ao Instituto uma sede própria, inaugurada a 14 de novembro de 1926. Em 1928, através da encíclica *Rerum Orientalium*, pedia aos bispos que enviassem alunos para o Instituto, de modo a que os seminários tivessem um professor habilitado para transmitir alguns conhecimentos dos estudos orientais<sup>345</sup>.

É um facto que o Papa Pio XI valorizou o tema da unidade cristã, não só pelo que escreveu, desde encíclicas, cartas pastorais e discursos, mas também através de audiências privadas<sup>346</sup>. O seu pontificado, no que toca ao posicionamento oficial perante o Movimento

---

<sup>340</sup> Este decreto do Santo Ofício remetia para outro decreto de 16 de setembro de 1865, dirigido aos bispos ingleses, que não permitia os católicos participarem na “Association for the Promotion of the Union of Christendom” (Cf. P. RODRIGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, p. 64).

<sup>341</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 12.

<sup>342</sup> Cf. P. RODRIGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, p. 65.

<sup>343</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, p. 83.

<sup>344</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 49.

<sup>345</sup> Cf. FRANCISCO, “Mensagem por ocasião do centenário de fundação do Pontifício Instituto Oriental e da Congregação para as Igrejas Orientais”, in *L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XLVIII, n.º42, 19 de outubro de 2017, p. 2.

<sup>346</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 83.

Ecuménico, é singular pelo simples facto de ter escrito uma encíclica unicamente sobre este assunto.

Perante o encontro ecuménico em Edimburgo, que tornou urgente o diálogo ecuménico ao encontro da unidade cristã, o Papa Pio X e Bento XV ainda não tinham formulado uma posição oficial clara, isto é, limitaram-se apenas a recusar fazer parte das assembleias ecuménicas. A partir de Pio XI, a Igreja católica vai clarificar oficialmente a sua posição, continuando a manifestar muita reserva em relação ao ecumenismo e a recusar os convites para participar nos encontros ecuménicos<sup>347</sup>. Neste sentido, para que não restassem dúvidas sobre o posicionamento oficial e para que houvesse também algumas orientações para os católicos, o Pontífice percebeu a necessidade e a urgência em dizer algo sobre o Movimento Ecuménico e compreendeu que a Igreja tinha de clarificar a sua posição, expondo as causas que a levavam a não entrar nem aprovar os dinamismos do ecumenismo moderno.

Assim, em 6 de janeiro de 1928 o Papa Pio XI publicou a encíclica *Mortalium animos*, que «constitui a mais clara exposição da posição católico-romana frente ao movimento ecuménico antes do Vaticano II»<sup>348</sup>. Dada a singularidade desta encíclica na história da Igreja católica, vamos analisar detalhadamente alguns dos seus excertos. Neste texto do magistério, o Papa Pio XI expõe «os motivos pelos quais a Igreja católica, discordando da orientação dada ao movimento ecuménico protestante, não tomava parte nas assembleias ecuménicas»<sup>349</sup>.

Em primeiro lugar, o Papa Pio XI inicia a encíclica constatando que se vive uma época onde «os espíritos dos mortais foram tomados por um tão grande desejo daquela fraterna amizade». Na continuidade, verifica que se realizaram algumas concordâncias fraternais «na profissão de algumas doutrinas como que um fundamento comum da vida espiritual» através da convocação de «convenções», de «assembleias e pregações» e «debates» ecuménicos<sup>350</sup>.

---

<sup>347</sup> Em 1925, o Papa Pio XI recebe em Roma o pastor Neander, um dos membros do Movimento «Vida e Ação». A sua deslocação ao Vaticano destinava-se a convidar a Igreja católica para participar na assembleia de Estocolmo, mas o Papa Pio XI recusou a participação de delegados oficiais, afirmando que a participação seria algo inconveniente. Contudo, prometeu ao pastor a oração pelos trabalhos. (Cf. P. RODRIGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, p. 63).

<sup>348</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 87.

<sup>349</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, pp. 49-50.

<sup>350</sup> «Talvez jamais em uma outra época os espíritos dos mortais foram tomados por um tão grande desejo daquela fraterna amizade, pela qual em razão da unidade e identidade de natureza – somos estreitados e unidos entre nós, amizade esta que deve ser robustecida e orientada para o bem comum da sociedade humana, quanto vemos ter acontecido nestes nossos tempos. (...) Entretanto, alguns lutam por realizar coisa não dissemelhante quanto à ordenação da Lei Nova trazida por Cristo, Nosso Senhor. Pois, tendo como certo que rarissimamente se encontram homens privados de todo sentimento religioso, por isto, parece, passaram a Ter a esperança de que, sem dificuldade, ocorrerá que os povos, embora cada um sustente sentença diferente sobre as coisas divinas, concordarão fraternalmente na profissão de algumas doutrinas como que em um fundamento comum da vida espiritual. Por isto costumam realizar por si mesmos convenções, assembleias e pregações, com não medíocre frequência de ouvintes e para elas convocam, para debates, promiscuamente, a todos: pagãos de todas as espécies, fiéis de Cristo, os que infelizmente se afastaram de Cristo e os que obstinada e pertinazmente contradizem à sua natureza divina e à sua missão» (PIO XI, *Mortalium animos*, nº1 e nº2, in <http://w2.vatican.va/>

O Papa Pio XI não foi favorável a esta nova realidade moderna. Por detrás da promoção da unidade entre os cristãos, afirma o Pontífice, ocultam-se alguns erros e intenções incorretas. Assim sendo, os que estão empenhados na construção da unidade entre todos os cristãos, «alguns são enganados mais facilmente por uma disfarçada aparência do que seja reto»<sup>351</sup>. O que o Papa Pio XI quer dizer é que a unidade procurada pelos «pancristãos» está imbuída de alguns enganos. A unidade procurada por eles, também a Igreja católica a procurou e a procura, pois ela sempre quis «reconduzir os filhos desviados para o seu grêmio»<sup>352</sup>.

Depois, o Papa Pio XI apresenta no nº7 qual é a religião verdadeira. Afirma que «a religião verdadeira não pode ser outra senão a que se funda na palavra revelada de Deus» desde a Antiga Lei até à completude da Nova Lei. Por isso, em Cristo foi instituída a sua Igreja:

«Está, portanto, claro que a religião verdadeira não pode ser outra senão a que se funda na palavra revelada de Deus; começando a ser feita desde o princípio, essa revelação prosseguiu sob a Lei Antiga e o próprio Cristo a completou sob a Nova Lei.

Portanto, se Deus falou – e comprova-se pela fé histórica ter ele realmente falado – não há quem não veja ser dever do homem acreditar, de modo absoluto, em Deus que se revela e obedecer integralmente a Deus que impera. Mas, para a glória de Deus e para a nossa salvação, em relação a uma coisa e outra, o Filho Unigênito de Deus instituiu na terra a sua Igreja»<sup>353</sup>.

Neste sentido, o Papa Pio XI prossegue no nº8 indicando que os cristãos só podem crer na existência de uma só Igreja. Resultava bastante claro, para Pio XI, que a Igreja católica é a única Igreja de Jesus Cristo. Por isso é que ele condenou a visão apresentada pelos grupos ecuménicos, que julgavam que a «Igreja perceptível e visível» era uma «Federação de várias comunidades cristãs», em vez de uma Igreja visível e perceptível como «corpo único de fiéis, concordes em uma só doutrina e mesma doutrina, sob um só magistério e um só regime», fundada sob autoridade de Cristo. Com isto, os grupos ecuménicos estavam a negar tudo isso:

«Acreditamos, pois, que os que afirmam ser cristãos não possam fazê-lo sem crer que uma Igreja, e uma só, foi fundada por Cristo. Mas, se indaga, além disso, qual deva ser ela pela vontade do seu Autor, já não estão todos em consenso.

Assim, por exemplo, muitíssimos destes negam a necessidade da Igreja de Cristo ser visível e perceptível, pelo menos na medida em que deva aparecer como um corpo único de

---

content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\_p-xi\_enc\_19280106\_mortalium-animos.html, acedido em 2de novembro de 2017).

<sup>351</sup> PIO XI, *Mortalium animos*, nº4, in [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19280106\\_mortalium-animos.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html), acedido em 2de novembro de 2017.

<sup>352</sup> PIO XI, *Mortalium animos*, nº5, in [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19280106\\_mortalium-animos.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html), acedido em 2de novembro de 2017.

<sup>353</sup> PIO XI, *Mortalium animos*, nº7, in [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19280106\\_mortalium-animos.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html), acedido em 2 de novembro de 2017.

fiéis, concordes em uma só e mesma doutrina, sob um só magistério e um só regime. Mas, pelo contrário, julgam que a Igreja perceptível e visível é uma Federação de várias comunidades cristãs, embora aderentes, cada uma delas, a doutrinas opostas entre si»<sup>354</sup>.

A convicção de que a Igreja católica é a única Igreja de Jesus Cristo, não permitia a participação dos católicos nos encontros ecumênicos. Não fazia qualquer sentido para os católicos entrarem no diálogo ecumênico em ordem à construção da unidade, quando essa unidade procurada já existia e já estava presente na Igreja católica. O que havia unicamente a fazer era promover o retorno dos outros cristãos ao seio da única Igreja de Jesus Cristo. Consequentemente o Papa Pio XI, afirmava explicitamente no número 10 da encíclica que era proibido aos católicos participarem em tais assembleias ecumênicas: «(...) a Santa Sé, não pode, de modo algum, participar de suas assembleias e que, aos católicos, de nenhum modo é lícito aprovar ou contribuir para estas iniciativas: se o fizerem concederão autoridade a uma falsa religião cristã, sobremaneira alheia à única Igreja de Cristo»<sup>355</sup>. É por isso que a encíclica condena o Movimento Ecumênico, porque este contribuía para relativizar a pretensão católica de ser a verdadeira Igreja<sup>356</sup>.

Mais à frente, nos números 15 e 16 da mesma encíclica indica-se qual seria a única maneira possível de unir todos os cristãos: a unidade da Igreja só existiria através «de um só magistério, de uma só lei de crer, de uma só fé entre os cristãos». Os «acatólicos» ou «pancristãos», como o Papa Pio XI os designava, precisam de tomar a consciência de que a unidade está presente na Igreja católica e que eles é que se afastaram da unidade. Por isso, nesta lógica considerava-se ser preciso promover o «retorno dos dissidentes à única verdadeira Igreja de Cristo», porque os cristãos, que se apartaram da unidade da Igreja de Cristo, apartaram-se da Igreja instituída por Cristo para a salvação de todos. Apartaram-se da «Esposa de Cristo», que nunca conheceu ao longo dos séculos a contaminação e nunca sofreria essa incorruptibilidade, segundo as palavras de S. Cipriano citadas pelo Papa. Os dissidentes que não estão unidos à Igreja católica não estão unidos à cabeça da Igreja, que é Cristo:

«Assim, Veneráveis Irmãos, é clara a razão pela qual esta Sé Apostólica nunca permitiu aos seus estarem presentes às reuniões de acatólicos por quanto não é lícito promover a união dos cristãos de outro modo senão promovendo o retorno dos dissidentes à única verdadeira Igreja de Cristo, dado que outrora, infelizmente, eles se apartaram dela. Dizemos à única verdadeira Igreja de Cristo: sem dúvida ela é a todos manifesta e, pela vontade de seu Autor,

---

<sup>354</sup> PIO XI, *Mortalium animos*, nº8, in [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19280106\\_mortalium-animos.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html), acessado em 2 de novembro de 2017.

<sup>355</sup> PIO XI, *Mortalium animos*, nº10, in [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19280106\\_mortalium-animos.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html), acessado em 2 de novembro de 2017.

<sup>356</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 179.

Ela perpetuamente permanecerá tal qual Ele próprio A instituiu para a salvação de todos. Pois, a mística Esposa de Cristo jamais se contaminou com o decurso dos séculos nem, em época alguma, poderá ser contaminada, como Cipriano o atesta: "A Esposa de Cristo não pode ser adulterada: ela é incorrupta e pudica. Ela conhece uma só casa e guarda com casto pudor a santidade de um só cubículo" (De Cath. Ecclesiae unitate, 6). (...) Portanto, dado que o Corpo Místico de Cristo, isto é, a Igreja, é um só (1 Cor 12, 12), compacto e conexo (Ef 4, 15), à semelhança do seu corpo físico, seria inépcia e estultice afirmar alguém que ele pode constar de membros desunidos e separados: quem pois não estiver unido com ele, não é membro seu, nem está unido à cabeça, Cristo (Ef 5, 30; 1, 22)»<sup>357</sup>.

A propósito do retorno dos cristãos separados ao seio da Igreja católica, o Papa Pio XI utilizou duas imagens para retratar esse desejo: apresenta a Igreja como um Pai que espera receber com amor os filhos que dele se desviaram, esquecendo as «injúrias antes gravadas a fogo contra a Sé Apostólica»; mas também apresenta a Igreja como «Mãe e Mestra de todos os fiéis de Cristo». Depois de o apresentar, cita um texto de Lactâncio, em que ele mostra que o verdadeiro culto e a verdadeira fonte da verdade é a Igreja católica, afirmando com toda a convicção que quem não estiver neste «domicílio da Fé», neste «templo de Deus» ou então sair dele «está fora da esperança da vida e da salvação»:

«Ai! Os filhos afastaram-se da casa paterna; todavia ela não foi feita em pedaços e nem foi destruída por isso, uma vez que estava arrimada na perene proteção de Deus. Retornem, pois, eles ao Pai comum que, esquecido das injúrias antes gravadas a fogo contra a Sé Apostólica, recebê-los-á com máximo amor. Pois se, como repetem frequentemente, desejam unir-se Connosco e com os nossos, por que não se apressam em entrar na Igreja, "Mãe e Mestra de todos os fiéis de Cristo" (Conc. Later 4, c.5)? Escutem a Lactâncio chamado amiúde: "Só... a Igreja Católica é a que retém o verdadeiro culto. Aqui está a fonte da verdade, este é o domicílio da Fé, este é o templo de Deus: se alguém não entrar por ele ou se alguém dele sair, está fora da esperança da vida e salvação. É necessário que ninguém se afague a si mesmo com a pertinácia nas disputas, pois trata-se da vida e da salvação que, a não ser que seja provida de um modo cauteloso e diligente, estará perdida e extinta" (Divin. Inst. 4, 30, 11-12)»<sup>358</sup>.

No final da encíclica, Pio XI faz um apelo a que se aproximem os «filhos dissidentes da Sé Apostólica» para os poder «abraçar com espírito fraterno». Numa súplica a «Nosso Senhor e Nossa Senhora», o Papa espera que os filhos «errantes» voltem a aproximar-se da cidade «dos Príncipes dos Apóstolos Pedro e Paulo»<sup>359</sup>.

Esta encíclica revela uma posição negativa em relação ao Movimento Ecuménico que estava a começar a dar os primeiros passos. O Papa Pio XI, com esta encíclica, tornou-se

---

<sup>357</sup> PIO XI, *Mortalium animos*, n°16, in [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19280106\\_mortalium-animos.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html), acedido em 2 de novembro de 2017.

<sup>358</sup> PIO XI, *Mortalium animos*, n°17, in [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19280106\\_mortalium-animos.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html), acedido em 2 de novembro de 2017.

<sup>359</sup> PIO XI, *Mortalium animos*, n°18, in [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19280106\\_mortalium-animos.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html), acedido em 2 de novembro de 2017.

assim no Pontífice que mais claramente formulou uma posição doutrinal de condenação do Movimento Ecuménico, em função da visão eclesiológica então prevalecente no seio do catolicismo. Procurou dissuadir os católicos de entrarem nos trabalhos ecuménicos e de promoverem o diálogo com os que se afastaram da Igreja Mãe. As ideias e as práticas do Movimento Ecuménico eram então consideradas erradas. A Igreja católica não podia aprovar um movimento que punha em causa a sua existência, conforme à sua própria compreensão de ser a única depositária infalível da verdade da fé cristã. Para a Igreja católica tais afirmações colocavam em causa a sua identidade, como única Igreja de Jesus Cristo, que contém em si toda a verdade revelada. Logo, a Igreja católica não precisava de dialogar com os outros cristãos, porque a consciência que tinha de si mesma, como sociedade perfeita e como contendo a verdade absoluta, era uma realidade. Ela é o rosto da unidade, fundada por Jesus Cristo. Neste sentido, os que se separaram dela é que romperam com a unidade e se encontram no erro, porque deixaram de estar ligados à cabeça da Igreja, a Cristo. Esta posição fez com que o Papa Pio XI negasse totalmente os trabalhos ecuménicos e não permitisse os católicos de participar neles.

Por fim, não podemos deixar de mencionar um dado que revela uma evolução na prática pastoral do mesmo Papa Pio XI, que, em 1937, permitiu a assistência privada de católicos às assembleias ecuménicas, considerando que deveriam assistir com liberdade a tais reuniões, mas sem tomarem parte ativa nas decisões das mesmas<sup>360</sup>. Esta nova posição de permitir a assistência das assembleias por parte dos católicos, não mudou a visão tradicional da unidade, presente na encíclica *Mortalium animos*, pois a unidade continuava a ser apresentada como o retorno dos cristãos separados ao seio da Igreja católica.

### **3.3 - Pontificado do Papa Pio XII**

Quando o Papa Pio XII foi eleito, o mundo estava à beira da segunda guerra mundial (1939-1945), que se iniciou poucos meses depois. O conflito forçou, novamente, a paralisação dos trabalhos das assembleias ecuménicas e mesmo a constituição do CEI. A própria Igreja católica, particularmente na pessoa do Sumo Pontífice, viu-se chamada a trabalhar pela paz mundial, tendo que lidar com uma realidade nova a nível da realidade dos Estados, já não apenas o nacionalismo, mas o totalitarismo de Estado e as respetivas ideologias, fascista, nazi e comunista que Pio XI condenara nas suas encíclicas dos anos 30. Contudo, ao mesmo tempo que tudo isto acontecia, a Igreja católica foi fazendo progressos no caminho do ecumenismo.

---

<sup>360</sup> Cf. P. RODRIGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, p. 65.

Durante este pontificado (1939-1958), houve uma continuidade nas relações com as Igrejas orientais, mas não se ficou por aqui. Logo a seguir à guerra, a Igreja católica percebeu que não podia ignorar a importância do ecumenismo à escala mundial e a possível contribuição das diversas Igrejas para a construção de uma nova ordem internacional. Foi a partir desta realidade que a Igreja compreendeu a necessidade de abertura e de uma maior aproximação ao Movimento Ecuménico, que em 1948 tinha dado um passo decisivo, ao constituir o Conselho Ecuménico das Igrejas (CEI). Assim, foi durante o pontificado do Papa Pio XII que começaram a «dar-se timidamente os primeiros passos para tornar possíveis os contactos Roma-CEI»<sup>361</sup>.

A par de muitos escritos importantes durante este pontificado, apenas vamos apresentar dois documentos que marcaram o novo ritmo da Igreja relativamente às questões da unidade cristã. O primeiro documento é a encíclica *Mystici Corporis* de 29 de junho de 1943, que apresenta uma reflexão eclesiológica, isto é, uma nova visão da Igreja acerca de si mesma. O tema eclesiológico era um dos temas mais debatidos no diálogo ecuménico, o que torna este texto importante para o ecumenismo<sup>362</sup>. O segundo documento é a Instrução *Ecclesia Catholica* do Santo Ofício, datado de 20 de dezembro de 1949, que apresentava a posição da Igreja perante o ecumenismo, escrito por ocasião da recente criação do CEI<sup>363</sup>.

Na encíclica *Mystici Corporis*, apresenta-se a Igreja católica como a Igreja de Jesus Cristo, fundada sob o alicerce dos Apóstolos. Na introdução da encíclica, o Papa começa por reconhecer, com sentimento de gratidão, que no mundo moderno há muitos que «embora separados da grei de Cristo, olham para a Igreja como único porto de salvação». Diz ainda também que a Igreja sofre calúnias e é ignorada ou desprezada devido ao facto de muitos cristãos serem seduzidos pelas aparências, pelas falsas doutrinas e se deixarem arrastar pelos atrativos e corrupção do mundo<sup>364</sup>.

---

<sup>361</sup> J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 108.

<sup>362</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 109.

<sup>363</sup> Cf. P. RODRIGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, p. 66.

<sup>364</sup> «A doutrina do Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja, doutrina colhida originariamente dos próprios lábios do Redentor, e que coloca sob a verdadeira luz o grande bem (nunca por demais exaltado) da nossa estreitíssima união com tão excelsa Cabeça, é daqueles, sem dúvida, que, pela sua excelência e dignidade convidam todos os homens, movidos pelo Espírito Santo, a estudá-la, e iluminando-lhes a mente, fortemente os incitam à prática daquelas obras salutares que correspondem aos seus preceitos. (...) E detenhamo-nos desde já no pensamento de que, assim como o Redentor do género humano sofreu perseguições, calúnias e tormentos, infligidos por aqueles mesmos a cuja salvação se votara, do mesmo modo a sociedade por Ele constituída até nisto se assemelha ao seu divino Fundador. Não negamos, antes pelo contrário o reconhecemos com sentimento de gratidão para com Deus, que, ainda mesmo neste nossos agitados tempos, não são poucos os que, embora separados da grei de Cristo, olham para a Igreja como único porto de salvação; mas sabemos também que a Igreja de Deus é desprezada e caluniada com soberba hostilidade, não só por aqueles que, abandonando a luz da sabedoria cristã, regressem miseravelmente às doutrinas, aos costumes e às instituições da antiguidade pagã, mas que ela é por igual ignorada, desprezada e aborrecida por muitos cristãos que, ou se deixam atrair pela aparência enganadora do erro, ou são arrastados pelas seduções e depravações do mundo» (PIO XII, *Mystici Corporis*, Livraria Moraes Editora, Lisboa, 1961, pp. 5-6).

A Igreja é o «corpo místico de Cristo», assim nos é apresentada pelo Papa na primeira parte da encíclica. Ela é constituída por vários membros, sendo Cristo a sua cabeça. Foi confiado a Pedro o governo da Igreja, que, não deixando de ser governada pelo próprio Cristo, é governada «de modo visível e ordinário» por intermédio do bispo de Roma, isto é, pelo sucessor de Pedro. Jesus Cristo e o seu Vigário na terra «constituem uma só Cabeça»; por isso, encontram-se no erro todos «aqueles que pensam poder aderir a Cristo, cabeça da Igreja, não aderindo fielmente ao seu Vigário na terra». O Papa quer transmitir que a união com Cristo só é possível através da união visível com o primado de Pedro. Se não houver este vínculo visível da unidade, então estão a obscurecer e a deformar o «Corpo místico do Redentor»<sup>365</sup>.

Na segunda parte da encíclica, dedicada à união dos fiéis com Cristo, o Papa completa esta posição apresentando a unidade dos membros da família cristã através da profissão de uma só fé, da celebração dos mesmos sacramentos, da participação no mesmo sacrifício eucarístico e da observância das mesmas leis. A unidade concretiza-se na Igreja mediante a «Cabeça suprema, pela qual é dirigida eficazmente a cooperação de todos»<sup>366</sup>. Esta visão da unidade em redor da figura do sucessor de Pedro era, e ainda continua a ser, um dos principais obstáculos nas relações com as outras Igrejas e Comunidade eclesiais. No entanto, a visão espiritual da Igreja como corpo místico, de que Cristo é a cabeça, permitiu ultrapassar a visão jurídica da Igreja como “sociedade perfeita”, contraposta às outras Confissões cristãs e à própria realidade do mundo moderno.

---

<sup>365</sup>«Não deve crer-se, todavia, que o governo da Igreja é exercido só de maneira invisível e extraordinária; pelo contrário, também de modo visível e ordinário o divino Redentor governa o seu Corpo Místico, por meio do seu Vigário na Terra. Todos sabem, em verdade, Veneráveis Irmãos, como Cristo Senhor Nosso, depois de ter governado em pessoa visivelmente, o “pequeno rebanho” durante a sua viagem mortal, quando estava para deixar este mundo e voltar ao Pai, confiou ao Príncipe dos Apóstolos o governo visível de toda a sociedade por Ele fundada. Na verdade, como sapientíssimo que era, não podia deixar sem uma cabeça visível o corpo social da Igreja que fundara. Nem em contradição de tal verdade se pode dizer que, em razão de um primado de jurisdição constituído na Igreja, um tal Corpo Místico tenha sido provido duma dupla Cabeça. Pedro, por força do seu primado, não é mais do que Vigário de Cristo, de tal guisa que aquele Corpo tem uma só Cabeça principal que é Cristo; o Qual, não deixando de governar misteriosamente a Igreja por Si próprio, a dirige, no entanto, de modo visível através daquele que representa a sua pessoa na terra, pois que, após a sua gloriosa ascensão ao céu, não a deixou edificada somente sobre Si mesmo, mas também sobre Pedro, como em fundamento visível. Que Cristo e o seu Vigário constituem uma só Cabeça, ensinou-o solenemente o Nosso Predecessor Bonifácio VIII, de imortal memória, na sua Carta Apostólica *Unam Sanctam*; e os seus Sucessores não mais deixaram de o reafirmar desde então. Laboram, pois, em erro perigoso aqueles que pensam poder aderir a Cristo, Cabeça da Igreja, não aderindo fielmente ao seu Vigário na terra. Porque, suprimida esta cabeça visível e quebrados os visíveis vínculos da unidade, obscurecem e deformam assim o Corpo místico do Redentor, até ao ponto de não mais ser visto nem encontrado por aqueles que buscam o porto da salvação eterna» (PIO XII, *Mystici Corporis*, pp. 25-26).

<sup>366</sup>«(...) este Corpo social de Cristo deve ser visível, por vontade do seu Fundador, aquela cooperação de todos os seus membros tem também de manifestar-se externamente, seja pela profissão da mesma fé, seja pela comunhão dos mesmos Sacramentos, seja pela participação no mesmo sacrifício, seja, finalmente, por uma operosa observância das mesmas leis. É, pois, absolutamente necessário que esteja patente aos olhos de todos uma Cabeça suprema, pela qual é dirigida eficazmente a cooperação de todos, para a consecução do fim proposto: e esta é o Vigário de Cristo na terra» (PIO XII, *Mystici Corporis*, p. 44).

Na terceira parte da encíclica, o Papa exorta a um amor sólido à Igreja de Cristo, como Cristo a amou, como Esposa. Diz o Papa que não há nada mais glorioso do que pertencer à Igreja católica, onde cada membro se une ao Corpo místico, onde se encontra uma única doutrina. Depois de alertar para os enganos do «anjo das trevas, transfigurado em anjo de luz», o Papa pede que se reconheça na Igreja o próprio Cristo: «que vive na sua Igreja, por ela ensina, governa e comunica a santidade»<sup>367</sup>. No entanto, o amor pela Igreja deve ser estendido a todos «os outros homens que ainda não estão conosco unidos no Corpo na Igreja», pedindo aos católicos que os reconheçam como «irmãos de Cristo segundo a carne, chamados conosco à mesma salvação eterna»<sup>368</sup>. Na continuação, pede que, com «ardente caridade», se reze por aqueles que «não entraram ainda nos seguros rebanhos da Igreja» e por aqueles que, «por motivo de miseráveis cisões na unidade da fé, se separaram de Nós»<sup>369</sup>.

O Papa Pio XII, ao expor esta eclesiologia da Igreja como «corpo místico de Cristo», formada por muitos membros sob uma só cabeça, que é Cristo e que na terra se torna visível mediante o sucessor de Pedro, não só conserva «a posição tradicional de uma simples e total identificação»<sup>370</sup> da Igreja católica com a Igreja de Jesus Cristo como também reconhece o papel dos «irmãos de Cristo segundo a carne», convidando os cristãos não católicos a uma proximidade à mesma Igreja. A convicção católica de ser a única e verdadeira Igreja de Jesus Cristo mantém-se inalterada no modo como é formulada.

A mudança vai acontecer relativamente ao posicionamento oficial da Igreja católica perante o ecumenismo moderno. Para que esta mudança acontecesse, houve um conjunto de

---

<sup>367</sup> «Porque nada se pode imaginar de mais glorioso nem de mais nobre, nada de mais honroso, sem dúvida, do que pertencer à Igreja santa, católica, apostólica e romana, pela qual nos tornamos membros de um só e tão venerando Corpo, somos guiados por uma só e tão excelsa Cabeça, somos repletos de um único divino Espírito, somos por fim, alimentados, neste exílio terreno, por uma só doutrina e por um só Pão angélico, até que finalmente gozemos um dia de uma única e eterna felicidade no céu. (...) Mas para não sermos enganados pelo anjo das trevas transfigurado em anjo de luz, seja suprema norma desse amor o amarmos a Esposa de Cristo tal como Cristo a quis e a conquistou com o seu sangue. (...) Ora para que um tal amor pleno e total reine nas nossas almas e, dia a dia, se aumente é necessário habituarmo-nos a reconhecer na Igreja o próprio Cristo. É, com efeito, Cristo que vive na sua Igreja, que, por meio dela, ensina, governa e comunica a santidade» (PIO XII, *Mystici Corporis*, pp. 56-58).

<sup>368</sup> «E começemos por imitar a amplidão deste amor. A Esposa de Cristo é, sem dúvida, uma só, é a Igreja; no entanto, o amor do seu Esposo divino estende-se de tal modo que abraça a sua Esposa e todo o género humano, sem exclusão de ninguém. A causa pela qual o nosso Salvador derramou o seu sangue foi a reconciliação com Deus, na Cruz, de todos os homens, fossem eles separados pela nação ou pela estirpe, para os juntar num só corpo. O verdadeiro amor da Igreja exige, pois, não só que no próprio Corpo sejamos membros uns dos outros, cheios de mútua solicitude, gozando da glória de outro membro e sofrendo quando sofre, mas também que os outros homens que ainda não estão conosco unidos no Corpo da Igreja, os reconheçamos como irmãos de Cristo segundo a carne, chamados conosco à mesma salvação eterna» (PIO XII, *Mystici Corporis*, pp. 59-60).

<sup>369</sup> «Desejamos também ardentemente que as orações comuns visem na mesma ardente caridade aqueles que ainda não estão iluminados pela verdade do Evangelho e não entraram ainda nos seguros rebanhos da Igreja, e também aqueles que, por motivo de miseráveis cisões na unidade da fé, se separaram de Nós que, embora sem mérito, representamos na terra a pessoa de Jesus Cristo. Por isso repetimos aquela oração do nosso Salvador ao seu Pai celeste: “Que todos sejam um, como tu, ó Pai, em mim, e eu em Ti; que também eles sejam um em nós: para que o mundo creia que Tu me enviaste” (Jo 17, 21)» (PIO XII, *Mystici Corporis*, p. 63).

<sup>370</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 50.

fatores que foram essenciais: primeiro, a criação do CEI era sinal de uma maior consistência do ecumenismo, o que levou a Igreja católica a reformular uma posição oficial; em segundo lugar, ao mesmo tempo surgia dentro da Igreja uma renovação da teologia católica, graças aos frutos que vinham dos movimentos bíblicos, patrísticos e litúrgicos que se tinham desenvolvido na primeira década do século XX; por fim, no pós-guerra crescia na sociedade a consciência de que era importante ter em consideração os direitos humanos e o espírito de tolerância entre os povos na construção de um mundo novo<sup>371</sup>.

Neste sentido, a Instrução *Ecclesia Catholica* constituiu o «primeiro pronunciamento oficial positivo, ainda que com muitas precauções, face ao movimento ecuménico»<sup>372</sup>. Podemos dizer que com esta Instrução a Igreja preparou, de forma cautelosa, o caminho para uma atitude mais aberta<sup>373</sup>.

No início, a Instrução começa por dizer que a Igreja católica esteve sempre atenta e seguiu com interesse todos os esforços feitos em favor da unidade, embora não tomasse parte oficialmente nas reuniões ecuménicas<sup>374</sup>. Mas a grande novidade neste documento é o reconhecimento da ação do Espírito Santo no Movimento Ecuménico. Nunca antes um documento oficial da Igreja católica tinha olhado para as iniciativas ecuménicas modernas como tendo «inspiração do Espírito Santo»:

«Ora acontece que, por causa de ocorrências externas e de transformação de disposições de ânimo, mas especialmente pelo mérito das orações comuns dos fiéis, sob a inspiração do Espírito Santo, vem aumentando de dia para dia e cada vez mais, em bastantes partes do mundo, no coração de muitas pessoas separadas da Igreja Católica, o desejo de que todos aqueles que acreditam em Cristo Senhor regressem todos à unidade. Este facto constitui sem dúvida para os filhos da verdadeira Igreja motivo de santa alegria no Senhor e é, simultaneamente, um convite a que se auxiliem aqueles que sinceramente buscam a verdade, pedindo tanto a Deus, com insistentes orações, luz e forças indispensáveis»<sup>375</sup>.

A par desta novidade, também a Instrução mudava a sua posição quanto à participação dos católicos nas assembleias ecuménicas. Agora eram autorizadas oficialmente as conversações entre católicos e outros cristãos, aconselhando-se que participassem nessas reuniões fiéis «possuidores de suficiente instrução e fortes na fé», bem como sacerdotes de firmeza teológica, sempre com a devida autorização da «competente autoridade

---

<sup>371</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 51.

<sup>372</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 51.

<sup>373</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 179.

<sup>374</sup> Instrução “*Ecclesia Catholica*” cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. XIII.

<sup>375</sup> Instrução “*Ecclesia Catholica*” cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. XIII.

eclesiástica»<sup>376</sup>. Também se autorizava a oração conjunta entre os cristãos durante as reuniões ecuménicas. Todavia, não se permitia a *communicatio in sacris*<sup>377</sup>.

Estas participações nas reuniões ecuménicas eram acompanhadas de algumas limitações. A Instrução dirige-se aos bispos para que se «dediquem com especial solicitude» ao trabalho em prol da unidade, de modo a auxiliar os que se aproximem da verdade, como também que procurem estar atentos aos perigos que podem derivar dos encontros ecuménicos<sup>378</sup>. Todos os cristãos estão chamados a colaborar, no entanto, compete à hierarquia eclesial a orientação, a promoção e a direção das reuniões entre os cristãos<sup>379</sup>.

Depois, o documento elenca um conjunto de cuidados a ter em atenção: evitar que se caia num indiferentismo, quando se quer valorizar mais aquilo que une os cristãos do que os separa, de modo especial entre os fiéis «pouco instruídos em matéria teológica»; em segundo lugar, é necessário defender a «pureza da doutrina católica» quando esta é comparada, em certos meios, com a «doutrina dos dissidentes», sob o pretexto de um espírito «irénico»; em terceiro lugar, a Instrução pede que não se alimentem esperanças que não se podem depois realizar, bem como exprimir opiniões falsas acerca do magistério católico<sup>380</sup>. A Instrução ao apresentar as precauções que se deviam tomar, coloca a responsabilidade da situação da divisão apenas nos cristãos separados, aliviando por outro lado a parte católica: fala em «culpa dos reformadores» e apenas nomeia os «defeitos dos católicos»<sup>381</sup>.

Enumeradas estas precauções, a Instrução prossegue afirmando que é essencial apresentar a verdade da doutrina católica, sem a dissimular com outras palavras. Por isso,

---

<sup>376</sup> «Porém, às conversações entre teólogos católicos e acatólicos devem ser mandados somente sacerdotes que, pela ciência teológica e pela sua firme adesão aos princípios e normas estabelecidas pela Igreja nesta matéria, tenham dado provas de estarem verdadeiramente aptos ao fim em vista. As reuniões mistas não são proibidas de modo absoluto, mas não se devem realizar sem a prévia autorização da competente Autoridade Eclesiástica» (Instrução “Ecclesia Catholica” cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. XVIII).

<sup>377</sup> «(...) deve evitar-se em todas estas reuniões e conferências qualquer *communicatio in sacris*; não é, contudo, proibida a recitação comum do “Pai Nosso” ou duma oração aprovada pela Igreja Católica, com a qual as referidas reuniões sejam abertas ou encerradas» (Instrução “Ecclesia Catholica” cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. XX).

<sup>378</sup> «Certas tentativas, porém, da parte, quer de pessoas singulares, quer de associações, de reconciliar com a Igreja Católica os cristãos dissidentes, embora inspirados por ótimas intenções, nem sempre assentam em retos princípios, e quando se realizam, não deixam de ser acompanhados de certos perigos, como a experiência o tem demonstrado» (...) Visto que esta “União” é dever e competência principalmente da Igreja, torna-se necessário que os Bispos, que “o Espírito Santo colocou para reger a Igreja de Deus” (Act. XX, 28) se lhe dediquem com especial solicitude. Devem, portanto, estes, não só vigiar, com diligência e eficácia, sobre toda esta atividade, mas devem também promovê-la com prudência e dirigi-la, afastando dos fiéis aqueles perigos que podem facilmente derivar da actividade do referido “Movimento”» (Instrução “Ecclesia Catholica”, cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. XIV).

<sup>379</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 51.

<sup>380</sup> Instrução “Ecclesia Catholica” cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. XVI.

<sup>381</sup> «Tomem diligentes precauções, e nisso insistam com firmeza, para que, na história da Reforma e dos Reformadores não sejam exagerados os defeitos dos católicos e dissimuladas, ao contrário, as culpas dos reformadores, ou postos em principal evidência os elementos acidentais, de forma que dificilmente se observe e sintam o que é essencial, isto é, a defecção da fé católica» (Instrução “Ecclesia Catholica” cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. XVI).

deve-se expor o que verdadeiramente ensina a Igreja católica sobre a única verdadeira união, não escondendo pontos essenciais como «natureza» e «meios da justificação» e «constituição da Igreja»:

«A doutrina católica deve, portanto, ser proposta e exposta total e integralmente; de maneira nenhuma se deve passar em silêncio ou cobrir com palavras ambíguas o que a verdade católica ensina sobre a verdadeira natureza e os meios da justificação, sobre a constituição da Igreja, sobre a única verdadeira união que se completa com o retorno dos dissidentes à única verdadeira Igreja de Cristo. Pode-se dizer-lhes que, regressando à Igreja, não perdem nenhuma parte do bem que, por graça de Deus, neles nasceu até agora, mas antes, com o seu regresso, lhes será aumentado e aperfeiçoado. Não há necessidade de lhes falar deste assunto de tal modo que venham a crer que trazem à Igreja, com o seu regresso, um elemento essencial que lhe faltava até ao presente. Todas estas coisas devem ser ditas com clareza e abertamente, não só porque se aproximam da verdade, mas também porque não poderá obter-se uma verdadeira união fora da verdade»<sup>382</sup>.

No final, a Instrução faz o apelo a todo o povo cristão para que suplique a Deus, através da oração, o regresso da unidade. Depois, motiva os bispos a redigirem cartas pastorais acerca dos problemas e das prescrições da Igreja católica em matéria ecuménica, de modo a darem-nos a conhecer a todos os fiéis. Aos padres e religiosos também é feito o pedido do zelo pela obra da unidade:

«Para que esta magnífica obra da “União” de todos os cristãos numa única verdadeira fé e numa única verdadeira Igreja se transforme cada vez mais, de dia para dia, numa parte importante da cura universal das almas, e para que todo o povo católico implore a Deus mais vivamente este “regresso à unidade”, será certamente útil que se dêem a conhecer aos fiéis com meios oportunos, por exemplo, Cartas Pastorais, estes problemas e estas iniciativas, as prescrições da Igreja na matéria e as razões que as inspiram. Todos, mas em especial os sacerdotes e os religiosos, devem ser exortados e induzidos a que, com as suas orações e sacrifícios, se esforcem por fecundar e promover esta obra; a todos se deve recordar que, para preparar os errantes o caminho da verdade e da Igreja, nada há mais eficaz do que a fé viva dos católicos comprovada pela pureza dos costumes»<sup>383</sup>.

### **3.4- Pontificado do Papa João XXIII**

A 28 de outubro de 1958, o cardeal Angelo Giuseppe Roncali foi eleito Papa e com ele iniciava-se um novo tempo na Igreja católica. Foi durante este breve pontificado (1958-1963) que a Igreja católica, aprofundando um percurso de renovação interior, se orientou claramente no sentido de uma maior abertura às mudanças e questões trazidas pelo mundo moderno. O mundo tinha passado por duas grandes guerras e agora as sociedades empenhavam-se na construção da paz, na reconstrução social e económica dos povos, tanto da Europa como no resto do mundo; juntamente com isto, a ciência e a técnica tinham realizado bastantes

---

<sup>382</sup> Instrução “Ecclesia Catholica” cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, pp. XVI-XVII.

<sup>383</sup> Instrução “Ecclesia Catholica” cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, p. XXI.

progressos. Perante um mundo que lançava novos desafios, a Igreja era chamada a responder, procurando acompanhar novas questões. O Papa João XXIII entendeu que a Igreja precisava de alterar a atitude perante o mundo moderno: primazia do diálogo em vez de continuar a querer manter muros defensivos<sup>384</sup>.

Podemos dizer que o pontificado deste Papa é profundamente marcado por esse diálogo com o mundo, no qual se inscreve a atenção dada ao diálogo ecuménico. É precisamente durante o seu pontificado que o tema da unidade dos cristãos ganha nova consistência, iniciando-se um conjunto de relações entre a Igreja católica e os irmãos das Igrejas separadas, que ainda hoje se mantêm. O Papa João XXIII deu um avanço oficial em matéria de questões ecuménicas<sup>385</sup>, desenvolvido depois pelos seus sucessores.

Passados poucos meses após a sua eleição, a 25 de janeiro de 1959, no final da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, João XXIII decide convocar um concílio. Assim se dirige aos cardeais nesse domingo:

«Veneráveis irmãos e nossos amados filhos! Pronunciamo-nos diante de vós, estremecendo de emoção, mas juntamente com resolução humilde de propósito, apresento perante vós a proposta de uma dupla celebração: de um Sínodo Diocesano para Roma e um Concílio Ecuménico para a Igreja Universal»<sup>386</sup>.

Este gesto do Papa em convocar um concílio não estava nos planos dos cardeais, pois pensava-se que seria apenas um pontificado de transição e não de profundas reformas. Alguns dos cardeais ficaram surpreendidos quando ouviram da boca do Papa a sua intenção de convocar um concílio. Outros até mostraram a sua oposição, como foi o caso do cardeal de Bolonha, Giacomo Lercano, e do cardeal de Nova Iorque, Francis Spellman<sup>387</sup>.

O Papa João XXIII era um homem que procurava consensos, e esta iniciativa de convocar o concílio tinha em vista também a preocupação pela unidade dos cristãos: não foi por acaso que fez a intervenção no final da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. Por isso, podemos dizer que este gesto tinha por base um tom ecuménico. A sensibilidade e a preocupação do Papa pela questão da unidade cristã explicam-se pelo facto de ter sido nuncio

---

<sup>384</sup> Cf. G. TOBIN, *O Bom Papa. Criação de um santo e recriação da Igreja: a história de João XXIII e do Concílio Vaticano II*, Lucerna, Cascais, 2014, pp. 17-18.

<sup>385</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 127.

<sup>386</sup> Tradução elaborada por nós a partir do seguinte texto: «Venerabili Fratelli e Diletti Figli Nostri! Pronunciamo innanzi a voi, certo tremando un poco di commozione, ma insieme con umile risolutezza di proposito, il nome e la proposta della duplice celebrazione: di un Sinodo Diocesano per l'Urbe, e di un Concilio Ecumenico per la Chiesa universale» (JOÃO XXIII, *Alocuzione del Santo Padre con la quale annuncia il Sinodo Romano e il Concilio Ecumenico*, in [http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1959/documents/hf\\_j-xxiii\\_spe\\_19590125\\_annuncio.html](http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1959/documents/hf_j-xxiii_spe_19590125_annuncio.html), acedido em 2 de novembro de 2017).

<sup>387</sup> Cf. G. TOBIN, *O Bom Papa. Criação de um santo e recriação da Igreja: a história de João XXIII e do Concílio Vaticano II*, p. 114.

apostólico na Bulgária e Turquia<sup>388</sup>, onde teve experiências, podemos assim dizer, verdadeiramente ecuménicas, pois aprendeu a conviver e a respeitar os cristãos da Igreja ortodoxa e da Igreja anglicana<sup>389</sup>.

Após este anúncio inesperado, o Papa começou a preparar o II Concílio do Vaticano, lançando as primeiras bases. Na perspectiva de querer levar por diante a tarefa em prol da unidade da Igreja, o Papa inicia o caminho de aproximação e de diálogo, em nome da «verdade, da unidade e da paz». Publica a 29 de junho de 1959 a sua primeira encíclica: *Ad Petris Catheram*. É concretamente na terceira parte da encíclica, dedicada ao tema da unidade da Igreja, que podemos encontrar aspetos essenciais do programa pastoral do Papa João XXIII. Foi nesta encíclica que tornou público o anúncio do concílio, encorajando a Igreja católica a ter como uma das prioridades uma maior abertura ao mundo e, de modo especial, apresentando um dos grandes propósitos para este concílio: uma maior aproximação aos cristãos afastados da Igreja de Roma de modo a restaurar a unidade dos cristãos<sup>390</sup>:

«Profundamente animado por esta suavíssima esperança, anunciamos publicamente o Nosso propósito de convocar um Concílio Ecuménico, em que hão-de participar os Sagrados Pastores do Orbe Católico para tratarem dos graves problemas da religião, principalmente para se conseguirem o incremento da Fé Católica e a saudável renovação dos costumes no povo cristão, e para a disciplina eclesiástica se adaptar melhor às necessidades dos nossos tempos. Sem dúvida constituirá maravilhoso espectáculo de verdade, unidade e caridade; espectáculo que, ao ser contemplado pelos que vivem separados desta Sé Apostólica, os convidará, como esperamos, a buscar e conseguir a unidade pela qual Cristo dirigiu ao Pai do céu a sua fervorosa oração»<sup>391</sup>.

O Papa João XXIII constata na encíclica que os últimos tempos têm sido de forte apelo à unidade e não esconde a alegria que sente ao ver a reaproximação à Igreja católica de muitos cristãos separados. Refere o movimento que tem provocado uma proximidade para com a Sé Apostólica, aludindo aos encontros ecuménicos que têm ajudado a derrubar preconceitos que impediam o diálogo acontecer. Tudo isto é sinal, diz o Papa, de que têm o desejo de construir a unidade<sup>392</sup>.

---

<sup>388</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, pp. 381-382.

<sup>389</sup> Cf. G. TOBIN, *O Bom Papa. Criação de um santo e recriação da Igreja: a história de João XXIII e do Concílio Vaticano II*, p. 113.

<sup>390</sup> Cf. G. TOBIN, *O Bom Papa. Criação de um santo e recriação da Igreja: a história de João XXIII e do Concílio Vaticano II*, p. 115.

<sup>391</sup> JOÃO XXIII, “Ad Petri Cathedram”, in *Encíclicas de S. S. João XXIII*, Vol. I [Colecção Encíclicas, Série A], Livraria Moraes Editora, Lisboa, 1960, p. 23.

<sup>392</sup> «Consola-nos saber que, nestes últimos tempos se foi criando no seio de não poucas Comunidades, separadas da Sé Apostólica, certo movimento de simpatia pela fé e pelas instituições católicas e se originou, e foi sempre crescendo, a estima para com esta Sé Apostólica, caindo os preconceitos com o estudo da verdade. Sabemos, além disso, que a maior parte dos cristãos – ainda que separados de Nós e entre si – têm realizado

A unidade da Igreja, que é o desejo de Jesus Cristo, deve ser «sólida, firme e segura», que seguramente, afirma o Papa, não falta à Igreja católica. Diz-nos que quem a contemplar pode encontrar nela essa unidade. Assim, a Igreja, «casa paterna, estabelecida sobre o fundamento de Pedro», é o lugar onde podemos reunir todos «num só redil e sob um só Pastor», porque nela há a «unidade de doutrina, de governo e de culto»<sup>393</sup>.

Depois de apresentar a Igreja católica como lugar da unidade, o Papa faz um convite paternal aos «separados da Sé Apostólica» a essa unidade. Num tom afável, convida-os à unidade, esperançado de ver tão maravilhoso espetáculo, recorrendo às palavras de Teófilo, bispo de Alexandria, que pedia, num contexto de cisma, que os cristãos não entrassem em divisão e evitassem a discórdia com o amor recíproco<sup>394</sup>. O Papa tem o cuidado de frisar que o convite à unidade da Igreja não se trata de um convite a entrarem num lugar alheio, mas antes a entrarem para a «própria casa comum e paterna». Aqui faz referência a uma passagem de Santo Agostinho que dizia que todos somos irmãos e só o deixamos de o ser quando não recitarmos a oração do Pai-nosso<sup>395</sup>.

Por fim, na encíclica o Papa pede orações não só a todos os católicos mas também a todos os cristãos separados, dirigindo-se a eles como «Nossos irmãos e filhos em Cristo», pelo bom êxito do Concílio Ecuménico. Ao convidar os outros cristãos a tomarem parte nesta rede de oração, o Papa está a reconhecer, nos outros cristãos separados, a honra que é prestada a Deus. Assim se dirigiu o Papa João XXII na encíclica:

---

congressos e organizado Conselhos para se unirem: tudo isto mostra o veemente desejo que os impele a chegarem, ao menos, acerta unidade» (JOÃO XXIII, “Ad Petri Cathedram”, pp. 23-24).

<sup>393</sup> «Esta unidade, Veneráveis Irmãos e amados Filhos, que – segundo o dissemos, deve ser, não coisa vã, incerta e instável, mas sólida, firme e segura – se falta às outras comunidades cristãs, não falta à Igreja Católica, como pode ver quem diligentemente a contemplar. Esta unidade manifesta-se por três notas distintivas: unidade de doutrina, de governo e de culto; e é tal, que se torna visível a todos, de maneira que todos a podem reconhecer e abraçar; é tal esta unidade, que, por vontade do seu Divino Fundador, todas as ovelhas se podem nela reunir num só redil e sob um só Pastor. Desta maneira, todos os filhos serão chamados à única casa paterna, estabelecida sobre o fundamento de Pedro; nela é preciso procurar reunir fraternalmente todos os povos, como no único Reino de Deus: reino, cujos súbditos – unidos entre si na terra concórdia do espírito – gozarão um dia a eterna bem-aventurança no céu» (JOÃO XXIII, “Ad Petri Cathedram”, pp. 24-25).

<sup>394</sup> «Oxalá este maravilhoso espetáculo de unidade, que honra e distingue a Igreja Católica, estas súplicas com que pede a Deus a mesma unidade para todos, comovam e excitam salutarmente o vosso espírito, o vosso, dizemos, daqueles que estais separados desta Sé Apostólica. Permite que vos chamemos com viva saudade irmãos e filhos. Deixai-Nos alimentar a esperança do vosso regresso, que mantemos com afecto muito paternal. A vós Nos dirigimos com a mesma solicitude pastoral e as mesmas palavras com que o Bispo de Alexandria, Teófilo, se dirigia aos seus irmãos e filhos, quando um doloroso cisma dilacerava a túnica inconsútil da Igreja: “Caríssimos, participantes da mesma vocação celeste, imitemos, cada um segundo as próprias possibilidades, imitemos a Jesus, guia e consumador da nossa salvação. Abracemos aquela humildade que eleva o espírito, aquela caridade e fé sincera nos divinos mistérios. Fugi da divisão, evitai a discórdia (...) mantende-vos em mútua caridade: ouvi Cristo que diz: “conhecerão todos que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros”» (JOÃO XXIII, “Ad Petri Cathedram”, pp. 27-28).

<sup>395</sup> «Reparai: quando vos convidamos com amor para a unidade da Igreja, não vos chamamos para casa alheia, mas para a própria, para a casa comum e paterna. (...) Dirigimo-Nos, pois como a irmãos, a todos aqueles que estão separados de Nós, usando as palavras de St.º Agostinho, que diz: “Queiram ou não, são nossos irmãos. Só deixarão de ser irmãos nossos se deixarem de dizer: Pai-nosso”» (JOÃO XXIII, “Ad Petri Cathedram”, p. 28).

«Nós, portanto, para conservação da unidade da Igreja e aumento do redil de Cristo e do seu reino, elevamos súplicas à benignidade divina, dispensadora da luz celeste e de todos os bens, e exortamos também a orarem com perseverança todos os Nossos irmãos e filhos em Cristo. O bom êxito do futuro Concílio Ecuménico, mais que da humana actividade e diligência, depende das ardentes orações elevadas por todos, à porfia. Para elevarem estas súplicas a Deus, convidamos com afecto também aqueles que, não sendo embora deste redil, prestam a Deus a devida honra e sinceramente procuram obedecer aos seus preceitos»<sup>396</sup>.

No ano seguinte, em 15 de junho de 1960, o Papa João XXIII criou o Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos<sup>397</sup>. Com a criação deste organismo, o Papa estava a dar mais um passo na história da Igreja católica, em ordem à construção do diálogo ecuménico. A contribuição do Secretariado foi essencial para a reflexão realizada no II Concílio do Vaticano e, em particular, na redação de alguns documentos, particularmente o Decreto sobre o Ecumenismo *Unitatis Redintegratio*. A 19 de outubro de 1962, oito dias depois de se ter iniciado o Concílio, o Papa João XXIII elevou este Secretariado a Comissão Conciliar, situada ao mesmo nível das outras Comissões<sup>398</sup>. A criação do Secretariado tinha dois grandes objetivos: em primeiro lugar, mostrar aos irmãos separados o amor que a Igreja de Roma lhes tinha; em segundo lugar, tornar mais fácil o contacto dos mesmos com os trabalhos conciliares<sup>399</sup>.

No dia de Natal do ano de 1961, o Papa João XXIII publicou a Constituição Apostólica *Humanae Salutis*, convocando assim oficialmente toda a Igreja para o Concílio. Nela apresenta os planos que pretende que se desenvolvam no Concílio, tocando os temas essenciais que queria ver refletidos na assembleia conciliar: a unidade e a paz. O Papa entende que, para renovar o mundo necessitado de unidade e de paz, era preciso primeiramente renovar a Igreja<sup>400</sup>.

Nesta constituição, não deixa de recordar, mais uma vez, os grandes objetivos que o levaram a convocar o Concílio. Atendendo aos apelos de Jesus Cristo, que quer a unidade da sua Igreja, o Papa convoca um Concílio que seja «exemplo de caridade fraterna» para com os cristãos separados. O Papa quer mostrar com isto que o caminho da Igreja deve ser diferente: não vale a pena a Igreja continuar a alimentar a indiferença face aos esforços pela unidade. Os esforços que o Papa aqui nomeia, certamente os esforços do Movimento Ecuménico, mas também possivelmente os esforços de muitos católicos que a título privado foram trabalhado pela unidade, são exemplos de atos «corajosos». Por isso, há a necessidade de a Igreja

---

<sup>396</sup> JOÃO XXIII, “Ad Petri Cathedram”, p. 29.

<sup>397</sup> Atual Conselho Pontifício para a Unidade dos Cristãos, sendo presidente, desde 2010, o cardeal Kurt Koch.

<sup>398</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 52.

<sup>399</sup> Cf. P. RODRIGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, p. 68.

<sup>400</sup> Cf. G. TOBIN, *O Bom Papa. Criação de um santo e recriação da Igreja: a história de João XXIII e do Concílio Vaticano II*, p. 115.

contribuir de forma oficial para estes trabalhos, aplanando o caminho que conduz à unidade. A problemática do ecumenismo não é exterior à Igreja, mas diz-lhe diretamente respeito:

«Num momento em que, nas diferentes partes do mundo, vemos os crescentes e corajosos esforços de muitos para realizar essa unidade visível de todos os cristãos, unidade que corresponda de um modo digno ao desejo do Divino Salvador, convém inteiramente que o próximo Concílio aclare mais a doutrina e seja um exemplo de caridade fraterna, de forma a que os cristãos separados da Sé Apostólica aspirem mais vivamente à unidade e que o caminho que a ela conduz seja para eles aplanado»<sup>401</sup>.

Por fim, o Papa João XXIII, tal como tinha feito na encíclica *Ad Petri Cathedram*, renova, agora na Constituição Apostólica *Humanae Salutis*, o pedido de oração a todos os cristãos, dirigindo-se particularmente aos «irmãos separados». Ao mesmo tempo que faz este pedido, menciona que muitos deles mostraram a intenção de orarem pelo sucesso do Concílio. Juntamente com isso, anuncia que muitos cristãos das comunidades separadas têm o propósito de estar presentes nos trabalhos do Concílio, o que para o Papa João XXIII é «motivo de muita consolação e esperança». Refere a criação do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, criado para tornar mais fácil as relações com a Igreja católica. Não podemos esquecer que o Papa João XXIII chamou ao Concílio observadores não católicos, algo inédito, abrindo assim a possibilidade de eles poderem posicionar-se perante os documentos conciliares<sup>402</sup>.

«Convidamos, por fim, vivamente à oração todos os cristãos separados da Igreja Católica, pois os frutos do Concílio transbordarão também sobre eles. Não ignoramos, com efeito, que muitos destes filhos aspiram à unidade e à paz segundo a doutrina de Cristo e a oração que dirigiu ao Seu Pai; sabemos também que não somente o anúncio do Concílio foi por eles acolhido com grande alegria mas ainda que muitos prometeram orar pelo seu feliz sucesso, e têm esperança de que as suas comunidades poderão enviar representantes para seguirem de perto os trabalhos do Concílio. Tudo isto é para Nós motivo de muita consolação e esperança; e para que se tornem mais fáceis e mais livres os contactos deste género criámos há algum tempo um Secretariado especial»<sup>403</sup>.

---

<sup>401</sup> JOÃO XXIII, “Constituição Apostólica *Humanae Salutis*”, in *O pensamento da Igreja*, Vol. III: “O Concílio Vaticano II”, Livraria Moraes Editora, Lisboa, 1962, p. 76.

<sup>402</sup> Cf. W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 382.

<sup>403</sup> JOÃO XXIII, “Constituição Apostólica *Humanae Salutis*”, pp. 80-81.

## PARTE III

### O II Concílio do Vaticano e o Ecumenismo

Ao concluir a presente dissertação, esta terceira parte procurará expor a importância do II Concílio do Vaticano para uma abertura e procura de uma nova fundamentação relativamente à problemática do ecumenismo numa perspectiva de renovação e credibilidade da Igreja. O posicionamento católico diante do Movimento Ecuménico, nos termos em que foi presente no Concílio, é reflexo de um longo caminho de maturação. A atitude inicial de recusa e reserva evoluiu para uma atitude de abertura, que teve o seu ponto culminante com o II Concílio do Vaticano, apresentando um contraste positivo. Neste sentido, e a partir do Decreto do Ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, pretendemos apresentar em síntese as mudanças fundamentais da atitude da Igreja católica, bem como as principais orientações dadas para uma atitude ecuménica renovada.

#### 1- A renovação da Igreja católica e a unidade dos cristãos

O II Concílio do Vaticano, celebrado durante os pontificados de João XXIII e de Paulo VI, foi o culminar de um longo caminho realizado pela Igreja católica na «plena integração, de espírito e de prática»<sup>404</sup>, no Movimento Ecuménico e, com ele, é inaugurada «uma nova era ecuménica»<sup>405</sup>. Daqui em diante a Igreja católica entra oficialmente no diálogo ecuménico, desenvolvido a partir do contacto continuado com as outras Igrejas e Comunidades eclesiais, contribuindo assim para a construção da unidade cristã. Em 1965, logo após ter terminado o Concílio, a Igreja católica criou, juntamente com o CEI, um grupo misto de trabalho, de modo a promoverem o conhecimento mútuo, o trabalho de aprofundamento teológico acerca de vários temas, bem como o estreitamento das relações<sup>406</sup>.

Como já vimos anteriormente, foi o Papa João XXIII que, com a convocação do II Concílio do Vaticano, despertou a Igreja católica para a urgência em abraçar a problemática ecuménica. O Papa percebeu que a Igreja precisava de passar por um *aggiornamento*: uma actualização perante o mundo que estava em mudança. Esta etapa reformadora era inadiável na vida da Igreja, e a Igreja precisava de definir-se a si própria perante o novo contexto mundial. A própria consolidação do Movimento Ecuménico tinha despertado na Igreja a

---

<sup>404</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 51.

<sup>405</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 115.

<sup>406</sup> Cf. P. RODRIGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, p. 69.

importância da definição de uma posição clara quanto a esta problemática ecuménica, que surgira inicialmente no seio do protestantismo e da necessidade de clarificação das relações com as Igrejas orientais. Esta definição do posicionamento passava por uma atitude de renovação interior que, no pensamento do Papa João XXIII, passaria necessariamente pela restauração da unidade entre os cristãos<sup>407</sup>.

A 11 de outubro de 1962 o desejo do Papa tornou-se realidade. Tinham chegado ao Vaticano os bispos vindos de todo o mundo católico para dar início a uma nova jornada na vida da Igreja. Por sua vez, também tinham chegado a Roma muitos delegados das Igrejas e Comunidade eclesiais separadas de Roma, que foram convidadas pelo Pontífice para poderem participar, a título de observadores, na assembleia conciliar.

Segundo o testemunho do teólogo Yves Congar, na primeira sessão do Concílio estavam presentes 40 observadores não católicos e, no fim do Concílio, o número teria aumentado para cerca de 100 observadores. Yves Congar partilha, nos seus “Ensaio Ecuménicos”, a comoção de poder ver e cumprimentar os observadores. Conta-nos que alguns deles juntavam-se num lugar de culto protestante para rezarem pela assembleia conciliar. Yves Congar diz-nos ainda que se estabeleceu, desde a primeira hora, um clima de confiança entre a Igreja católica e os observadores não católicos. O próprio Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos promovia reuniões com eles, onde era explicado tudo o que ia acontecendo nas assembleias conciliares, bem como o esclarecimento de questões que iam surgindo entre eles, de modo a poderem acompanhar o desenrolar dos trabalhos<sup>408</sup>. A presença destes observadores não católicos no Concílio Vaticano II foi algo inédita e é «indicativo de uma transformação profunda de mentalidades»<sup>409</sup>.

No discurso inaugural do II Concílio do Vaticano, a 11 de outubro de 1962, o Papa João XXIII, que tinha determinado, como algo indispensável, a renovação interior na vida Igreja, apresenta-nos uma etapa reformadora necessária, mas harmonizada com o «património sagrado da verdade» que transporta. Isto significa que a Igreja era chamada a cuidar da Verdade que transportava, ao mesmo tempo que deveria olhar para os problemas e para os apelos que o mundo lhe fazia. Neste sentido, a Igreja sentia-se chamada a estar atenta ao mundo, isto é, a olhar para o tempo presente que abria e exigia novos caminhos ao apostolado católico<sup>410</sup>. Um desses novos caminhos era evidentemente a problemática ecuménica, que se

---

<sup>407</sup> F. RODRIGUEZ CARRAPUCHO, “Capítulo II: Práctica del ecumenismo”, in *Diálogo Ecuménico - 40 años del Decreto Conciliar Unitatis Redintegratio*. Evocación histórica y perspectiva de futuro (2004), pp. 390-391.

<sup>408</sup> Y. CONGAR, *Ensaio Ecuménicos. O movimento, os homens, os problemas*, pp. 33-34.

<sup>409</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, “O Concílio Vaticano II e o Ecumenismo”, in *Lumen* 52 (1991), p. 267.

<sup>410</sup> «Mas, para que esta doutrina atinja os múltiplos campos da actividade humana, que se referem aos indivíduos, à família e à vida social, é necessário primeiramente que a Igreja não se aparte do património sagrado

tornou um dos desafios prioritários para a Igreja, pois, para além da forte consolidação entre as Confissões cristãs não católicas, também já se encontrava presente em alguns círculos católicos. O Papa tem consciência que a «família cristã» ainda não se encontra unida segundo os desejos de Jesus, isto é, ainda não é visível a «unidade na verdade». Por isso, para a Igreja, o Concílio é motivo para melhor empenho, de modo mais ativo, na construção da unidade pedida por Jesus<sup>411</sup>.

A primeira sessão do Concílio foi encerrada a 8 de dezembro do mesmo ano sem a publicação de quaisquer documentos finais. Organizaram-se os trabalhos discutidos na aula conciliar e constituiu-se uma Comissão coordenadora que tinha como encargo a organização dos esquemas de reflexão e redação dos documentos previstos<sup>412</sup>.

A 3 de junho de 1963, quando a Igreja estava na fase de preparação para a segunda sessão do II Concílio do Vaticano, morre o Papa João XXIII. Com a Igreja em sede vacante, também não se podia continuar com os trabalhos de preparação do Concílio que, por isso, foram logo cancelados. Vítima de doença prolongada, não foi possível ao Papa ver terminado o seu grande sonho para a Igreja. Contudo, afirmou o teólogo Yves Congar que os gestos do Papa edificaram mais a Igreja do que as suas palavras<sup>413</sup>. E, de facto, os seus gestos fizeram história: impulsionaram a Igreja a entrar num caminho de abertura e de renovação que, conseqüentemente, a levou a colocar-se diante da problemática ecuménica. Só simplesmente a convocação do Concílio foi um gesto marcante e algo renovador, que introduziu a Igreja católica nos caminhos do ecumenismo moderno.

Três semanas depois, a 21 de junho, era eleito Papa o cardeal Montini, com o nome de Paulo VI<sup>414</sup>. O Papa quis seguir os passos do seu predecessor e convocou novamente os bispos para dar continuidade ao II Concílio do Vaticano.

---

da verdade, recebido dos seus maiores; mas, ao mesmo tempo, deve também olhar para o presente, para as novas condições e formas de vida do mundo, que abriram novos caminhos ao apostolado católico» (JOÃO XXIII, “Discurso inaugural do Concílio”, in *O pensamento da Igreja*, Volume III: “O Concílio Vaticano II”, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1962, pp. 104-105).

<sup>411</sup> «Infelizmente a família cristã, no seu conjunto, não chegou ainda a esta visível unidade na verdade. A Igreja Católica julga portando dever seu empenhar-se activamente para que se realize o grande mistério daquela unidade, que Jesus Cristo pediu com oração ardente ao Pai do Céu pouco antes do seu sacrifício. Ela goza de paz suave, bem convicta de estar intimamente unida com aquela oração; e muito se alegra depois quando vê que essa invocação estende a sua eficácia, com frutos salutareis, mesmo àqueles que estão fora do seu seio. Mais ainda, se considerarmos bem esta mesma unidade, obtida por Cristo para a sua Igreja, parece que brilha com tríplex raio de luz sobrenatural e benéfica: a unidade dos católicos entre si, que deve constituir exemplo perene; a unidade de orações e de desejos ardentes, com os quais os cristãos separados desta Sé Apostólica ambicionam unir-se connosco (...)» (JOÃO XXIII, “Discurso inaugural do Concílio”, p. 108).

<sup>412</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Datas da história do Concílio*, Editorial A.O., Braga, 1987, p. 6.

<sup>413</sup> F. RODRIGUEZ CARRAPUCHO, “Capítulo II: Práctica del ecumenismo”, p. 385.

<sup>414</sup> Cf. G. TOBIN, *O Bom Papa. Criação de um santo e recriação da Igreja: a história de João XXIII e do Concílio Vaticano II*, pp. 217-220.

A 29 de setembro de 1963 deu-se início à segunda sessão do Concílio Ecuménico. O discurso proferido pelo Papa Paulo VI apontava para a continuidade dos grandes objetivos do Concílio: dar seguimento à tão desejada renovação da Igreja. Num discurso longo, depois de apresentar a prioridade do diálogo com o mundo, dedica-se ao tema da reintegração dos cristãos na unidade, porque a renovação da Igreja passaria necessariamente por aí. Mas a renovação entendida pelo Papa não passava por uma «subversão da vida presente da Igreja» ou então por qualquer rutura com a tradição no que esta tem de essencial, mas era entendida como um despojamento de tudo aquilo que a torna «caduca e defeituosa», de modo a tudo «aparecer genuíno e fecundo»<sup>415</sup>.

Neste sentido, o relativismo e a não abertura aos anseios pela unidade seria uma atitude contra o desejo de Jesus. A reforma teria que passar necessariamente pela mudança de atitude perante os cristãos separados. Por isso, a Igreja católica quer que o Concílio tenda para uma «ecumenicidade autêntica»<sup>416</sup>.

Dirigindo-se aos observadores não católicos, representantes das «veneráveis comunidades cristãs», o Papa Paulo VI agradece a sua proximidade, que é «mensageira de consolação tão inefável e de tão doce esperança» para a Igreja. Depois, pede perdão a Deus e aos irmãos separados pelas ofensas que, porventura, a Igreja tivesse cometido, como também concede o perdão pelas faltas cometidas contra ela<sup>417</sup>. Esta saudação é alargada a todas as outras comunidades que não quiseram estar presentes no Concílio.

---

<sup>415</sup> «Sim, o Concílio tende a uma renovação da Igreja. Atendamos bem: com estas palavras e com a expressão destes desejos, Nós não dizemos que a Igreja Católica de hoje possa ser acusada de infidelidade substancial ao pensamento do seu divino Fundador; antes, o reconhecimento mais profundo da sua fidelidade substancial enche-a de gratidão e humildade, e infunde-lhe coragem para corrigir aquelas imperfeições, que são próprias da fraqueza humana. Portanto, a reforma a que tende o Concílio, não é uma subversão da vida presente da Igreja, ou uma ruptura com a sua tradição no que esta tem de essencial e venerável, mas antes uma homenagem a esta tradição, no próprio acto de a despojar de toda a manifestação caduca e defeituosa, para tudo aparecer genuíno e fecundo» (PAULO VI, *Discurso inaugural da segunda sessão do Concílio* in [http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19630929\\_concilio-vaticano-ii.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630929_concilio-vaticano-ii.html), acedido em 13 de dezembro de 2017).

<sup>416</sup> «Qual é a atitude do Concílio diante desse grande número de irmãos separados e desse possível pluralismo nas manifestações externas da unidade? É bem clara. A convocação deste Concílio é característica, mesmo sob este aspecto. Ele tende para uma ecumenicidade, que ambicionaria ser total, universal. Pelo menos em desejo, pelo menos em oração, pelo menos em preparação; hoje, em esperança, para que o seja amanhã na realidade. Quer dizer, este Concílio — ao mesmo tempo que chama, conta e encerra no redil de Cristo as ovelhas que o compõem e lhe pertencem a título justo e pleno — abre as portas, chama e espera com ansiedade as numerosas ovelhas de Cristo, que não se encontram ainda no único redil. É, portanto, um Concílio de convite, de expectativa, de confiança numa participação mais dilatada e mais fraterna da sua ecumenicidade autêntica» (PAULO VI, *Discurso inaugural da segunda sessão do Concílio* in [http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19630929\\_concilio-vaticano-ii.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630929_concilio-vaticano-ii.html), acedido em 13 de dezembro de 2017).

<sup>417</sup> «Saudamo-los de todo o coração. Agradecemos-lhes terem vindo. Por seu intermédio, enviamos a Nossa mensagem paternal e fraternal às veneráveis comunidades cristãs, que eles aqui representam. A Nossa voz e o Nosso coração emocionam-se, com a aproximação, mensageira de consolação tão inefável e de tão doce esperança para Nós, do mesmo modo que para Nós é causa de aflição profunda a sua persistente separação. Se alguma culpa Nos pudesse ser imputada por tal separação, Nós pedimos humildemente perdão a Deus, e pedimos também perdão aos Irmãos que se julgassem ofendidos. E estamos igualmente prontos, pelo que Nos diz

Depois desta fraterna saudação, o Papa Paulo VI confessa que a atitude para com os cristãos separados é sincera. A fé não pode ser «obstáculo ao desejado entendimento com os Irmãos separados», porque «é verdade do Senhor» e, neste sentido, «princípio de união e não de distinção», por isso não pode ser «motivo de polémica». Depois, a Igreja católica contempla com «reverência o património religioso, originariamente comum» que os irmãos separados conservaram e, em parte, desenvolveram. Por isso, a Igreja reconhece esse património comum e, ao mesmo tempo, espera que os irmãos separados tenham o desejo de estudar melhor a doutrina católica, em ordem a melhorar as relações. Por fim, o Papa, percebendo as grandes dificuldades existentes, coloca-se nas mãos de Deus, numa atitude de confiança, acreditando que «o que é impossível aos homens, é possível a Deus»<sup>418</sup>.

Entre a segunda e a terceira sessão do Concílio, Paulo VI publicou, a 6 de agosto de 1964, a encíclica *Ecclesiam Suam*. Esta encíclica, a primeira do seu pontificado, é publicada precisamente no decorrer do II Concílio do Vaticano e não deixa de marcar profundamente a reflexão acerca da visão que a Igreja tinha de si mesma perante o mundo em transformação. O Papa esclarece no início da encíclica que não pretende dizer «coisas novas nem completas», pois «para isso está o Concílio Ecuménico» que estava prestes a reiniciar os trabalhos com a terceira sessão<sup>419</sup>. Com esta encíclica, o Papa quer que a Igreja desperte para novos caminhos que, um mundo em transformação, tornava urgente encetar: o caminho do «aprofundamento da consciência de si mesma»<sup>420</sup>, para realizar a sua vocação no mundo; a necessidade de uma

---

respeito, a perdoar as ofensas de que a Igreja Católica foi objecto, e a esquecer a dor que lhe causou a longa série de dissensões e separações. (...) Para que o transmitam às suas respectivas comunidades cristãs e para que a Nossa voz chegue também às outras veneráveis comunidades cristãs de Nós separadas que não aceitaram o Nosso convite a assistir, mesmo sem qualquer compromisso recíproco, a este Concílio» (PAULO VI, *Discurso inaugural da segunda sessão do Concílio*, in [http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19630929\\_concilio-vaticano-ii.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630929_concilio-vaticano-ii.html), acedido em 13 de dezembro de 2017).

<sup>418</sup> «As Nossas palavras a seu respeito querem ser pacíficas, e absolutamente sinceras e leais. Não escondem insídias nem interesses temporais. Nós devemos à Nossa fé, que professamos ser divina, a mais clara e a mais firme adesão; mas estamos convencidos de que ela não é obstáculo ao desejado entendimento com os Irmãos separados, exactamente porque é verdade do Senhor, e por isso princípio de união e não de distinção ou de separação. Contudo, Nós não queremos fazer da Nossa fé motivo de polémica. Em segundo lugar, contemplamos com reverência o património religioso, originariamente comum, conservado e, em parte, até bem desenvolvido entre os Irmãos separados. Vemos com agrado o estudo daqueles que procuram honestamente colocar em evidência e em lugar de honra os tesouros de verdade e de vida espiritual autênticos, que os mesmos Irmãos separados possuem; procuram assim melhorar as nossas relações com eles. Esperamos que também estes, com igual desejo, queiram estudar melhor a nossa doutrina e a sua derivação lógica do depósito da revelação divina, e conhecer também melhor a nossa história e a nossa vida religiosa. Diremos finalmente e a propósito, que, ao reconhecermos as enormes dificuldades até agora opostas à desejada unificação, colocamos humildemente a nossa confiança em Deus. Continuaremos a orar. Procuraremos mostrar melhor o nosso esforço de genuína vida cristã e de caridade fraterna. E, quando a realidade histórica pretendesse desiludir a nossa esperança, recordaríamos as palavras alentadoras de Cristo: “o que é impossível aos homens, é possível a Deus”» (PAULO VI, *Discurso inaugural da segunda sessão do Concílio*, in [http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19630929\\_concilio-vaticano-ii.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630929_concilio-vaticano-ii.html), acedido em 13 de dezembro de 2017).

<sup>419</sup> Cf. PAULO VI, *Ecclesiam suam*, União Gráfica, Lisboa, 1964, p. 7.

<sup>420</sup> «Pensamos que hoje é necessário à Igreja aprofundar a consciência que ela deve ter de si mesma, do tesouro de verdades de que é herdeira e guarda, e da missão que deve exercer no Mundo. Ainda antes de ela se

renovação interior, que terá sempre a finalidade «de purificar e rejuvenescer a face da santa Igreja», mantendo-a sempre com a «fisionomia que lhe imprimiu Cristo»<sup>421</sup>; a nova atitude da Igreja perante o mundo, em que o princípio do diálogo é uma prioridade, uma vez que no mundo está inserida e nele vive<sup>422</sup>.

Aprofundando a questão do diálogo com o mundo, depois de falar do diálogo com os não crentes e com os crentes de outras religiões, o Papa alude no final da encíclica ao diálogo ecumênico. O Papa Paulo VI, reconhecendo que o tema é «complexo» e «delicado», não deixa de ter a consciência da sua prioridade e, por isso, está disposto a «prossegui-lo cordialmente». O texto aponta para que seja evidenciado o que une, mais do que aquilo que separa:

«Eis por fim o círculo, mais perto ainda de nós, do mundo que se intitula cristão. Neste campo o diálogo, que se chamou ecumênico, já está aberto; nalguns sectores, está em fase de realização inicial e positiva. Muita coisa poderíamos dizer sobre tema tão complexo e delicado. Mas o nosso discurso não abarca tudo. Limita-se a poucas alusões, não novas aliás. Com prazer fazemos nossa esta máxima: Ponhamos em evidência primeiramente o que nos é comum, antes de insistirmos no que nos divide. Boa e fecunda orientação para o nosso diálogo. Estamos disposto a prossegui-lo cordialmente»<sup>423</sup>.

Depois de mencionar um dos obstáculos à reconciliação, isto é, o primado de Pedro, o Papa Paulo VI reconhece a existência de «fermentos espirituais» presentes nos «cristãos separados» que, segundo ele, são anúncio de progressos numa possível inserção na única Igreja de Cristo. Depois desta menção, o Papa pede a bênção para o Movimento Ecumênico, ao mesmo tempo que faz referência do seu encontro histórico com o Patriarca Atenágoras, naquela que foi a primeira viagem de um Papa à Terra Santa, realizada de 4 a 6 de janeiro de 1964. O encontro, realizado a 5 de janeiro de 1964, foi o início de um processo de diálogo

---

propôr o estudo de qualquer questão em particular, e de considerar a atitude que deve tomar perante o mundo que a circunda, a Igreja deve neste momento reflectir sobre si mesma, para se confirmar no conhecimento dos desígnios divinos a seu respeito, para encontrar maior luz, nova força e maior alegria no cumprimento da própria missão, e para escolher o melhor modo de estreitar, activar e melhorar os seus contactos com a humanidade a que pertence, embora possua caracteres próprios inconfundíveis. (...) Ela precisa de reflectir sobre si mesma; precisa de sentir-se viver. Deve aprender a conhecer-se melhor, se quer realizar a própria vocação e oferecer ao Mundo a sua mensagem de fraternidade e salvação» (PAULO VI, *Ecclesiam suam*, pp. 11 e 14).

<sup>421</sup> «Perfeita no seu conceito ideal, no desígnio de Deus, a Igreja deve-se ir aperfeiçoando sempre na expressão real, na sua existência terrestre. (...) Este afã de aperfeiçoamento espiritual e moral é também estimulado exteriormente pelas condições em que a Igreja vai vivendo. Não pode ficar imóvel e indiferente entre as mudanças do mundo que a cerca». (...) A vós, Veneráveis Irmãos, pertencerá indicar-nos as medidas para purificar e rejuvenescer a face da santa Igreja. (...) Se, neste particular, podemos falar de reforma, não devemos tomá-la como mudança, mas sim como confirmação no esforço para mantermos na Igreja a fisionomia que lhe imprimiu Cristo; (...)» (PAULO VI, *Ecclesiam suam*, pp. 24; 25; 26 e 27).

<sup>422</sup> «Há uma terceira atitude, que a Igreja católica deve tomar neste momento da história do mundo. Referimo-nos ao estudo sobre os contactos que ela há-de manter com a humanidade. Se a Igreja adquire cada vez mais clara consciência de si e procura modelar-se em conformidade com o tipo proposto por Cristo, não poderá deixar de distinguir-se profundamente do ambiente humano, em que afinal vive ou do qual se aproxima» (PAULO VI, *Ecclesiam suam*, p. 35).

<sup>423</sup> PAULO VI, *Ecclesiam suam*, p. 54.

mútuo, que veio a ter desenvolvimentos muito significativos ainda durante o período de realização do Concílio<sup>424</sup>:

«Devemos notar com alegria e confiança, Veneráveis Irmãos, que este variado e extensíssimo sector dos cristãos separados está todo embebido de fermentos espirituais, que parecem anunciar futuros e consoladores progressos na causa da inserção dos mesmos na única Igreja de Cristo. Queremos implorar a inspiração do Espírito Santo sobre o “movimento ecuménico”. Queremos tornar a exprimir a nossa comoção e a nossa alegria pelo encontro, que tivemos em Jerusalém com o Patriarca Atenágoras. Queremos saudar com respeito e reconhecimento a presença de tantos representantes das Igrejas separadas no Concílio Vaticano Segundo. Queremos garantir mais uma vez que observamos com interesse atento e sagrado os fenómenos espirituais relativos ao problema da unidade, que agitam pessoas, grupos e comunidades, que domina vivo e nobre religiosismo»<sup>425</sup>.

Alguns dos caminhos que o Papa Paulo VI traça nesta encíclica, embora já tivessem sido referidos no discurso que proferiu na inauguração da segunda sessão do Concílio, serviram de diretriz para a conclusão do próprio Concílio, influenciando o desenrolar da reflexão conciliar, permitindo a aprovação do Decreto sobre o Ecumenismo - *Unitatis Redintegratio*.

## 2- Mudança fundamental da atitude da Igreja católica

A vertente ecuménica foi transversal a todo o II Concílio do Vaticano, todavia como tema específico ganhou corpo explícito com o Decreto sobre o Ecumenismo - *Unitatis Redintegratio*. Este documento tornou-se expressão marcante da nova atitude oficial da Igreja católica vivida no II Concílio do Vaticano, e nele encontramos a normativa para a *praxis* ecuménica da Igreja católica<sup>426</sup>. Porém, para chegarmos até à sua formulação definitiva, tal como a conhecemos hoje, passou-se por várias fases, exigindo dos padres conciliares uma «grande disponibilidade mental para a mudança»<sup>427</sup>. Referem-se apenas alguns dados.

A primeira vez que se discutiu no Concílio o tema da unidade dos cristãos foi durante os dias 26 e 30 de novembro de 1962. A Comissão das Igrejas Orientais tinha elaborado o esquema *Ut unum sint* e o Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos, presidido pelo cardeal Agostinho Bea, também tinha preparado dois textos: um esquema próprio acerca do ecumenismo e um outro capítulo sobre a unidade, preparado por ocasião de outro esquema,

---

<sup>424</sup> Cf. *L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Italiana, Ano CIV, n°5, 7-8 gennaio, p.5.

<sup>425</sup> PAULO VI, *Ecclesiam suam*, pp. 55-56.

<sup>426</sup> Cf. P. RODRIGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, p. 70.

<sup>427</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 56.

este acerca da Igreja. O Concílio decidiu, a 1 de dezembro de 1962, elaborar uma síntese, juntando os três textos num só. Redigiu-se um novo esquema, dividido em três capítulos: o primeiro sobre os princípios do ecumenismo católico, o segundo sobre a prática do ecumenismo e o terceiro sobre os cristãos separados da Igreja católica<sup>428</sup>. Este esquema foi enviado em abril de 1963 aos padres conciliares para ser estudado<sup>429</sup>.

Já durante a segunda sessão do Concílio, nos dias 18 de novembro e 2 de dezembro de 1963, o esquema apresentado foi aceite pelos padres conciliares para discussão, obtendo-se 1966 votos a favor e 86 contra<sup>430</sup>. O texto foi analisado e provocou grande participação na aula conciliar, pois tratava-se de um tema complexo e havia ainda alguns padres conciliares que não estavam de acordo. Algumas posições mantinham-se refratárias ao ecumenismo e, por isso, não aceitavam o esquema. Estas posições assentavam numa diferente perspetiva de unidade, ou seja, entendida como a simples reintrodução dos separados, considerados heréticos dissidentes, na única Igreja de Jesus Cristo, invocando-se a doutrina da encíclica de Pio XI, *Mortalium animos*. Outros ainda não queriam ouvir falar em «comunhões separadas», enquanto outros consideravam a palavra ecumenismo algo ambígua. Porém, a maioria das intervenções aceitou o esquema e viu que ele ia na linha do *aggionamento* proposto pelo Papa João XXIII e desejado pela grande maioria dos padres conciliares que consideravam ser necessário dar-se este passo na vida da Igreja<sup>431</sup>.

Uma das alterações apresentada ao esquema, e aqui menciono apenas esta, dizia respeito ao primeiro capítulo: «princípios do ecumenismo católico». Algumas das intervenções dos padres conciliares, daqueles que consideravam o esquema positivo, pareciam não querer aceitar esta designação, apontando para outra, que acabou por ficar: «princípios católicos do ecumenismo». Esta mudança não foi menor, pois veio clarificar que não existem vários ecumenismos, nem um ecumenismo católico, mas um só ecumenismo. No entanto, pode existir a doutrina ecuménica feita pelas várias Igrejas, que, no caso da Igreja católica, consiste em apresentar o entendimento da mesma acerca do tema da unidade dos cristãos<sup>432</sup>.

No dia 2 de dezembro, depois da discussão do esquema, o cardeal Agostinho Bea fez uma síntese do debate e reconheceu que ainda era necessário reformular alguns pontos discutidos, pois ainda a redação não resultava ainda bem clara. Assim sendo, procedeu-se à

---

<sup>428</sup>Cf. R. ROUQUETTE, “El Concilio Vaticano II” [vol. XXVIII], in A. FLICHE y V. MARTIN (Orgs.), *Historia de la Iglesia: de los orígenes a nuestros días*, Edicep, Valencia, 1978, p. 314.

<sup>429</sup>Cf. M. NICOLAU, *Decreto do Ecumenismo do Concílio Vaticano II: texto e comentário teológico e pastoral*, tradução de José Vicente e José Martins, Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1966, p. 10.

<sup>430</sup> Cf. SANCHEZ VAQUERO, J., *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, p. 118.

<sup>431</sup> Cf. M. VILLAIN, “A segunda sessão do concílio e o diálogo ecuménico”, *Igreja e Missão*, p. 164.

<sup>432</sup> Cf. P. RODRIGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, p. 76.

elaboração de um novo texto que foi entregue aos padres conciliares em março de 1964, para depois ser discutido na aula conciliar.

Na terceira sessão do Concílio, depois de várias votações, número a número, foram introduzidas várias emendas, e a oposição ao decreto foi diminuindo. No dia 19 de novembro de 1964, o Decreto *Unitatis Redintegratio* foi votado de forma global e obtiveram-se os seguintes resultados: 2137 votos a favor e 11 votos contra<sup>433</sup>, não sendo um dos documentos conciliares que teve maior oposição. Com este resultado de esmagadora maioria, o Decreto foi promulgado depois pelo Papa Paulo VI a 21 de novembro de 1964<sup>434</sup>. Tal facto permitiria o desenvolvimento do trabalho noutras esferas da vida eclesial, nomeadamente o aprofundamento do diálogo com as diversas Igrejas cristãs, particularmente com a Igreja ortodoxa de que resultaria, a 7 de Dezembro de 1965, a assinatura pelo Papa Paulo VI e pelo Patriarca Atenágoras de Constantinopla de uma Declaração Conjunta, com que as Igrejas católica e ortodoxa revogavam as excomunhões recíprocas em vigor desde 1054, quando as Igrejas do Ocidente e do Oriente se separaram. Tal facto constituiu um acontecimento histórico que marcaria o desenvolvimento do Movimento Ecuménico à escala global<sup>435</sup>.

A celebração do II Concílio do Vaticano, e particularmente a promulgação do Decreto *Unitatis Redintegratio*, revela uma mudança fundamental na atitude da Igreja católica perante a problemática do ecumenismo. Até então, a Igreja católica percorreu um longo caminho. Por isso, ao chegarmos a este momento, podemos dizer que estamos num tempo novo, marcado por uma atitude absolutamente nova, mas que sem o trabalho preparatório dos pioneiros, que abriram caminhos, não teria sido possível.

Nas palavras de Yves Congar, a Igreja católica converteu-se ao ecumenismo «em poucos minutos, ou no máximo, em poucas horas»<sup>436</sup>. Esta mudança de atitude foi também já designada por «conversão»<sup>437</sup>, porque a Igreja mudou o seu modo de encarar o ecumenismo: ela própria toma-o como seu e conseqüentemente quer, através do Concílio, entrar oficialmente no diálogo ecuménico.

A partir da análise do Decreto *Unitatis Redintegratio*, analisemos de seguida alguns pontos de viragem que evidenciam mudança na atitude católica perante o ecumenismo. Não vamos apresentar todos os princípios católicos do ecumenismo, nem pretendemos fazer um

---

<sup>433</sup> Cf. M. NICOLAU, *Decreto do Ecumenismo do Concílio Vaticano II: texto e comentário teológico e pastoral*, pp. 10 - 17.

<sup>434</sup> Cf. J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 117.

<sup>435</sup> Cf. *L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Italiana, Ano CV, n°283, 8 dicembre 1965, p.7.

<sup>436</sup> Y. CONGAR, *Ensaio Ecuménicos. O movimento, os homens, os problemas*, p. 35.

<sup>437</sup> B. SESBOUÉ, *L'Église et les Églises: la conversion catholique à l'écuménisme*, Médiaspaul Éditions, Médiaspaul 2013, p. 9.

trabalho exegético do mesmo. Apenas, queremos enunciar as mudanças fundamentais que o mesmo Decreto celebrou.

## 2.1 - Avaliação positiva do Movimento Ecuménico

O Decreto *Unitatis Redintegratio*, no seu proémio, refere logo no início que um dos principais propósitos do II Concílio do Vaticano é «promover a restauração da unidade entre todos os cristãos», porque existe a consciência de que «Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja». Mas, diz-nos o proémio, são apresentadas aos homens imensas «Comunhões cristãs» e todas elas se julgam como a «verdadeira herança de Jesus Cristo». Acrescenta ainda que elas caminham por rumos diversos e as divisões existentes entre elas são contraditórias aos desejos de Jesus, pois a divisão é «escândalo para o mundo» e também é prejudicial ao próprio anúncio do Evangelho<sup>438</sup>.

Depois de apresentar o propósito do Concílio, o Decreto UR prossegue na afirmação de uma das principais mudanças. O texto considera que o Movimento Ecuménico é obra do Espírito Santo. Recordemos que em 1949, durante o Pontificado de Pio XII, a Instrução *Ecclesia Catholica* já tinha referido que as iniciativas levadas a cabo pelos cristãos separados, em ordem à unidade, eram obra do Espírito Santo. A Instrução abriu caminho e o Decreto UR canonizou esta posição. Assim, a Igreja católica, ao referir que o Movimento Ecuménico é obra divina, não pode deixar de o promover, ou melhor, não pode ficar fora dele, pois também ela é chamada a entrar neste dinamismo de diálogo ecuménico. Porque do Movimento Ecuménico, diz a Igreja no Decreto, fazem parte «todos os que invocam Deus Trino e confessam a Cristo como Senhor e Salvador»:

«Começou ultimamente a infundir de modo mais abundante nos cristãos separados entre si a compunção de coração e o desejo de união. Por toda a parte, muitos homens sentiram o impulso desta graça. Também surgiu entre os nossos irmãos separados, por moção da graça do Espírito Santo, um movimento cada vez mais intenso em ordem à restauração da unidade de todos os cristãos. Este movimento de unidade é chamado ecuménico. Participam dele os que invocam Deus Trino e confessam a Cristo como Senhor e Salvador, não só individualmente mas também reunidos em assembleias»<sup>439</sup>.

---

<sup>438</sup> «Promover a restauração da unidade entre todos os cristãos é um dos principais propósitos do sagrado Concílio Ecuménico Vaticano II. Pois Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja. Todavia, são numerosas as Comunhões cristãs que se apresentam aos homens como a verdadeira herança de Jesus Cristo. Todos, na verdade, se professam discípulos do Senhor, mas têm pareceres diversos e caminham por rumos diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido. Esta divisão, porém, contradiz abertamente a vontade de Cristo, e é escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda a criatura» (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº1, Editorial A.O., Braga, 1987, p. 131).

<sup>439</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº1, p.131.

Ainda a este propósito, se percorrermos o texto, no nº4 do Decreto UR, podemos ver novamente a referência à origem divina do Movimento Ecuménico: «Hoje, em muitas partes do mundo, mediante o sopro da graça do Espírito Santo, empreendem-se, pela oração, pela palavra e pela acção, muitas tentativas de aproximação daquela plenitude de unidade que Jesus Cristo quis»<sup>440</sup>. E o texto desenvolve o tema apresentando o conceito de movimento ecuménico: «Por movimento ecuménico entendem-se as actividades e iniciativas, que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias actividades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos»<sup>441</sup>.

Esta nova visão levou a um novo posicionamento perante o Movimento Ecuménico e transformou completamente a forma de a Igreja católica oficialmente se relacionar com as outras Igrejas e Comunidades eclesiais. A aprovação de que o Movimento Ecuménico tem origem em Deus e o conseqüente sentido de pertença ao mesmo rompem com a antiga atitude refratária que a Igreja adotou ao longo de muito tempo; por isso, este passo foi considerado um «avanço ecuménico de grandíssima importância»<sup>442</sup>.

## **2.2 - O reconhecimento dos outros cristãos como «irmãos no Senhor»**

Ao falar das cisões que aconteceram ao longo dos séculos, o Decreto UR traz também uma novidade quanto à responsabilidade pela situação de divisão da cristandade. O Concílio determinou que as cisões, ocorridas ao longo da história da vida da Igreja, foram por «culpa dos homens dum e doutro lado». Por isso, todos os que nascem nas comunidades separadas não podem ser «acusados do pecado da separação», mas antes são abraçados com «fraterna reverência e amor». Estas afirmações são inéditas, porque na Instrução *Ecclesia Catholica* de 1949, apenas se falava nos possíveis «defeitos dos católicos» e indicava-se explícita e exclusivamente «a culpa dos reformadores», ou seja, oficialmente nunca foi admitido que a responsabilidade das cisões poderia ser também dos católicos<sup>443</sup>, ao passo que o Decreto UR o afirma claramente:

«Nesta una e única Igreja de Deus já desde os primórdios surgiram algumas cisões, que o Apóstolo censura asperamente como condenáveis. Nos séculos posteriores, porém, originaram-se dissensões mais amplas. Comunidades não pequenas separaram-se da plena comunhão da Igreja católica, algumas vezes não sem culpa dos homens dum e doutro lado. Aqueles, porém, que agora nascem em tais comunidades e são instruídos na fé de Cristo, não

---

<sup>440</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº4, p. 134.

<sup>441</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº4, p. 134.

<sup>442</sup> J. SANCHEZ VAQUERO, *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, p. 122.

<sup>443</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 60.

podem ser acusados do pecado da separação, e a Igreja católica os abraça com fraterna reverência e amor»<sup>444</sup>.

De facto, a acusação mútua que cada parte fazia pela situação da divisão da cristandade foi sempre um dos maiores pecados e obstáculos contra a unidade. Quer os católicos quer os outros cristãos mantiveram-se sempre numa atitude de «impenitência» uns para com os outros e nunca foram capazes de reconhecer a culpa própria pela separação e, por isso, nunca foram capazes de se reconciliarem. Esta menção da culpa de ambas as partes é um passo importante para a reconciliação. Ao deslocar-se a responsabilidade para o campo da culpabilidade individual dos crentes de ambos os lados, tornava-se mais fácil aos padres conciliares esta mudança de perspectiva, para a qual tanto o Papa João XXIII como o Papa Paulo VI já os tinham preparado, quando nos discursos inaugurais das sessões do Concílio falaram sobre isso<sup>445</sup>.

Ainda a este propósito, o Decreto UR mais à frente, no número 7, recorrendo à passagem da carta de João<sup>446</sup>, onde é afirmado que a mentira prevalece naquele que diz não ter pecado, a Igreja pede perdão pelos pecados da separação, ao mesmo tempo que perdoa aos que a ofenderam: «Por isso, pedimos humildemente perdão a Deus e aos irmãos separados, assim como também nós perdoamos àqueles que nos ofenderam»<sup>447</sup>. Implora-se o perdão para se dar início ao caminho de reconciliação entre os cristãos, para poder iniciar-se a nova etapa de relações entre eles<sup>448</sup>. No fundo, este pedido de perdão é a clarificação, agora conciliar, do que já tinha feito o Papa João XXIII e o Papa Paulo VI nos seus discursos.

Ao falar das cisões entre os cristãos, o Decreto UR, quando faz referência aos cristãos separados, nunca os classifica de cismáticos, de heréticos, nem tão pouco diz, como era mencionado na encíclica *Mortalium animos* e, ainda, por alguns Papas, que os «filhos dissidentes» que se apartaram da Igreja Mãe devem retornar ao seu seio. Esta linguagem usada durante muitos e longos anos, não aparece no Concílio. Assim sendo, logo à partida, esta mudança de terminologia é revelador da mudança de mentalidade quanto ao problema da divisão da cristandade, o que constituiu um avanço importantíssimo.

O Decreto UR refere-se aos outros cristãos não católicos como «cristãos separados» (UR 1), como «irmãos de nós separados» (UR 4) e, quando se refere às instituições eclesiais,

---

<sup>444</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº3, p. 133.

<sup>445</sup> Cf. SANCHEZ VAQUERO, J., *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, p. 131.

<sup>446</sup> «Se dissermos que não temos pecado, fazemo-lo mentiroso e a sua palavra não está em nós» (1 Jo 1, 10).

<sup>447</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº7, p. 133.

<sup>448</sup> F. RODRIGUEZ CARRAPUCHO, “Capítulo II: Práctica del ecumenismo”, p. 396.

menciona-as como «Igrejas e Comunidades eclesiais separadas da Sé Apostólica Romana (capítulo III). Mas a grande e mais notável referência que o Decreto UR faz aos cristãos não católicos é a utilização da expressão «irmãos no Senhor». São «irmãos no Senhor» porque «foram devidamente batizados» e «incorporados a Cristo», daí terem o direito e a honra em possuir o «nome de cristãos». Afirma ainda que existe entre os cristãos uma «certa comunhão» não perfeita, porque existem ainda algumas discrepâncias a nível eclesiológico e doutrinal:

«Pois que crêem em Cristo e foram devidamente batizados, estão numa certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja católica. De facto, as discrepâncias que de vários modos existem entre eles e a Igreja católica – quer em questões doutrinárias e às vezes também disciplinares, quer acerca da estrutura da Igreja – criam não poucos obstáculos, por vezes muito graves, à plena comunhão eclesial. O movimento ecuménico visa a superar estes obstáculos. No entanto, justificados no Baptismo pela fé, são incorporados a Cristo, e por isso, com direito se honram com o nome de cristãos e justamente são reconhecidos pelos filhos da Igreja católica como irmãos no Senhor»<sup>449</sup>.

Como é reconhecido pelos teólogos do ecumenismo, nova designação dos cristãos separados «representou uma mudança muito significativa de mentalidade e de linguagem»<sup>450</sup>.

### **2.3 - O significado salvífico das Igrejas e Comunidades eclesiais**

Uma vez reconhecida uma «certa comunhão, embora não perfeita» entre os «irmãos no Senhor», como vimos no ponto atrás, o Concílio quer com isto afirmar que há alguns elementos comuns da vivência da fé entre os cristãos. Assim nesta linha, a Igreja reconhece a validade de certos «elementos ou bens» existentes fora das suas fronteiras, como é dito no nº3 do Decreto UR:

«Ademais, dentre os elementos ou bens com que, tomados em conjunto, a própria Igreja é edificada e vivificada, alguns e até muitos e muito importantes podem existir fora do âmbito da Igreja católica: a palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e a caridade e outros dons interiores do Espírito Santo e elementos visíveis. Tudo isso, que de Cristo provém e a Cristo conduz, pertence por direito à única Igreja de Cristo»<sup>451</sup>.

Este texto terá que ser lido em paralelo com o texto da *Lumen Gentium*<sup>452</sup>, no nº15, onde é afirmado que a Igreja está unida a todos os outros cristãos, a uns mais do que outros,

---

<sup>449</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº3, p. 133.

<sup>450</sup> J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 58.

<sup>451</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº3, p. 133.

<sup>452</sup> O Decreto *Unitatis Redintegratio* tem que ser lido em paralelo com a Constituição dogmática *Lumen Gentium*. Para além de terem sido votados e aprovados no mesmo dia, o texto da *Lumen Gentium* é a «chave de

através de alguns «bens espirituais» que são comuns, embora não professem totalmente a fé e não estejam unidos sob o mesmo sucessor de Pedro. Reconhece-se, pois, uma «união verdadeira no Espírito Santo»<sup>453</sup>.

O Concílio olha para algumas ações sagradas, celebradas pelos outros cristãos, como autênticas, pois também produzem a vida da graça. A comunhão que já existe e que assenta nesses valores fundamentais comuns levou o Concílio a reconhecer «o carácter eclesial das outras Igrejas e Comunidades eclesiais»<sup>454</sup>. Quer isto dizer que as Igrejas e Comunidades eclesiais, que estão separadas da Sé Apostólica Romana, têm também natureza eclesial, por isso, não podem ser desconsideradas pelos fiéis católicos, porque há também elementos doutrinários de verdade dentro delas<sup>455</sup>. Podemos ainda ver no texto conciliar, a afirmação de que a ação do Espírito Santo vai para além dos limites da Igreja católica, ao proferir que o mesmo Espírito Santo «não recusa servir-se delas como de meios de salvação»:

«Também não poucas acções sagradas da religião cristã são celebradas entre os nossos irmãos separados. Por vários modos, conforme a condição de cada Igreja ou Comunidade, estas acções podem realmente produzir a vida da graça. Devem mesmo ser tidas como aptas para abrir a porta à comunhão da salvação.

«Por isso, as Igrejas e Comunidades separadas, embora creiamos que tenham defeitos, de forma alguma estão despojadas de sentido e de significado no mistério da salvação. Pois o Espírito Santo não recusa servir-se delas como de meios de salvação cuja virtude deriva da própria plenitude de graça e verdade confiada à Igreja católica»<sup>456</sup>.

Este texto é um dos mais importantes do Concílio, pois admite-se a existência da realidade eclesial fora do âmbito visível da Igreja católica<sup>457</sup>, ou seja, as outras Igrejas e Comunidades eclesiais não estão «despojadas de sentido» nem de «significado no mistério da salvação». Esta posição constituiu uma «autêntica novidade conciliar»<sup>458</sup>, implicando uma

---

interpretação» do Decreto do Ecumenismo. A renovação eclesiológica apresentada nela teve em vista uma perspetiva ecuménica. (Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 53).

<sup>453</sup> «A Igreja vê-se ainda unida, por muitos títulos, com os baptizados que têm o nome de cristãos, embora não professem integralmente a fé ou não guardem a unidade de comunhão com o sucessor de Pedro. Muitos há, com efeito, que têm e prezam a Sagrada Escritura como norma da fé e de vida, manifestam sincero zelo religioso, crêem de coração em Deus Pai omnipotente e em Cristo, Filho de Deus Salvador, são marcados pelos Baptismo que os une a Cristo e reconhecem e recebem mesmo outros sacramentos nas suas próprias igrejas ou comunidades eclesiásticas. Muitos de entre eles têm mesmo um episcopado, celebram a sagrada Eucaristia e cultivam a devoção para com a Virgem Mãe de Deus. Acrescenta-se a isto a comunhão de orações e outros bens espirituais; mais ainda, existe uma certa união verdadeira no Espírito Santo, o qual neles actua com os dons e graças do Seu poder santificador, chegando a fortalecer alguns deles até ao martírio. Deste modo, o Espírito suscita em todos os discípulos de Cristo o desejo e a prática efectiva em vista de que todos, segundo o modo estabelecido por Cristo, se unam pacificamente num só rebanho sob um só pastor» (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituição dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium)*, nº15, p. 71-72).

<sup>454</sup> J. E. B. de PINHO, «O Concílio Vaticano II e o Ecumenismo», in *Lumen* 52, (1991), p. 268.

<sup>455</sup> SANCHEZ VAQUERO, J., *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, p. 133.

<sup>456</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº3, pp. 133-134.

<sup>457</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 59.

<sup>458</sup> J. E. B. de PINHO, «O Concílio Vaticano II e o Ecumenismo», in *Lumen* 52, (1991), p. 268.

atitude renovada perante as outras Igrejas e Comunidades eclesiais. Assim, uma vez reconhecido este significado salvífico das outras Igrejas e Comunidades eclesiais, podemos dizer que a Igreja de Cristo não se identifica exclusivamente com a Igreja católica. Crê-se que existe uma só Igreja de Jesus Cristo e que esta «subsiste» na Igreja católica, mas as outras Igrejas e Comunidades eclesiais possuem «elementos de santificação e de verdade», como nos diz o texto da *Lumen Gentium* no n.º8<sup>459</sup>.

Ainda no seguimento da valorização do carácter eclesial das outras Igrejas e Comunidades eclesiais, o n.º4 do Decreto UR sublinha de novo esta posição, quando diz que os católicos devem reconhecer com alegria e estimar esses bens comuns presentes nos irmãos separados, porque são um «património comum». O texto admite: «o que a graça do Espírito Santo realiza nos irmãos separados pode também contribuir para a nossa edificação»<sup>460</sup>, isto é, pode haver elementos entre os irmãos separados que estejam melhor ou diversamente vivenciados, daí a contribuição que possam dar aos católicos.

### **3- Algumas orientações fundamentais na atitude ecuménica**

Depois de termos olhado para algumas mudanças fundamentais na atitude oficial da Igreja católica, cabe agora determo-nos nas orientações que o Decreto UR apresenta para uma prática católica do ecumenismo. O texto conciliar apresenta um conjunto de orientações, isto é, «uma série de intuições e indicativos que pertencem nuclearmente à tarefa ecuménica»<sup>461</sup>, que devem ser tidos em conta, de modo a que se trabalhe cada vez mais pela unidade dos cristãos, pois é este o grande objetivo.

Das várias intuições e indicativos da tarefa ecuménica destacamos as seguintes: o ecumenismo como prática de toda a Igreja; o ecumenismo espiritual, no horizonte de uma conversão interior; e a intuição conciliar da «hierarquia das verdades», aquando da exposição da fé.

---

<sup>459</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 54.

<sup>460</sup> «Por outro lado, é mister que os católicos reconheçam com alegria e estimem os bens verdadeiramente cristãos, oriundos de um património comum, que se encontram nos irmãos de nós separados. É digno e salutar reconhecer as riquezas de Cristo e as obras de virtude na vida de outros que dão testemunho de Cristo, às vezes até à efusão de sangue. (...) Nem se passe por alto o facto de que tudo o que a graça do Espírito Santo realiza nos irmãos separados pode também contribuir para a nossa edificação. Tudo o que é verdadeiramente cristão jamais se opõe aos bens genuínos da fé, antes sempre se pode fazer com que mais perfeitamente se compreenda o próprio mistério de Cristo e da Igreja» (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, n.º4, p. 135).

<sup>461</sup> J. E. B. de PINHO, «O Concílio Vaticano II e o Ecumenismo», in *Lumen* 52, (1991), p. 268.

### 3.1 - O ecumenismo: prática de toda a Igreja

O nº 5 do Decreto UR afirma claramente que a preocupação pela unidade entre os cristãos diz respeito a toda a Igreja. O Concílio determinou que a restauração da unidade não está entregue exclusivamente ao trabalho daqueles que pertencem à hierarquia nem aos teólogos, mas todos os católicos estão chamados a este empenhamento<sup>462</sup>, porque como diz o texto, a «solicitude na restauração da união» afeta os fiéis e os pastores «cada um em particular», salvaguardando sempre as capacidades que cada um possui. Esta preocupação e empenho de todos no diálogo ecuménico revelam já «de certo modo a união fraterna existente entre todos os cristãos»:

«A solicitude na restauração da união vale para toda a Igreja, tanto para os fiéis como para os pastores. Afeta a cada um em particular, de acordo com sua capacidade, quer na vida cristã quotidiana, quer nas investigações teológicas e históricas. Essa preocupação já manifesta de certo modo a união fraterna existente entre todos os cristãos, e conduz à unidade plena e perfeita, segundo a benevolência de Deus»<sup>463</sup>.

Mas, para que haja esse empenhamento de todos na tarefa ecuménica, o Decreto UR prescreve que é importante fomentar-se uma formação ecuménica adequada e, por isso, o texto pede que se tenha o cuidado de ensinar teologia e as outras disciplinas, nomeadamente as históricas, «sob ponto de vista ecuménico». Neste sentido, primeiro que tudo, deve-se começar pela formação daqueles que se preparam para serem futuros pastores e presbíteros, pois o texto diz que deles «depende em grande parte a necessária instrução e formação espiritual dos fiéis e dos religiosos»<sup>464</sup>.

Uma vez que a busca da unidade diz respeito a todos os católicos, o Decreto UR, mais à frente, no número 18, na consideração peculiar que faz sobre as Igrejas Orientais, incentiva a que os católicos, ao procurarem restaurar ou conservar a unidade, empreguem «todos os esforços para uma gradual concretização desta unidade», de modo particular através da oração e do diálogo fraterno «em torno da doutrina e das necessidades mais urgentes do ministério

---

<sup>462</sup> Cf. SANCHEZ VAQUERO, J., *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, p. 142.

<sup>463</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº5, p. 136.

<sup>464</sup> «A sagrada teologia e as outras disciplinas, principalmente as históricas, devem ser ensinadas também sob o ponto de vista ecuménico, de modo que respondam mais exactamente à verdade das coisas. Importa muito que os futuros pastores e sacerdotes estudem a teologia bem elaborada deste modo e não polemicamente, sobretudo nas questões que incidem sobre as relações entre os irmãos separados e a Igreja católica. É da formação dos sacerdotes que depende em grande parte a necessária instrução e formação espiritual dos fiéis e dos religiosos. Devem ainda os católicos que se entregam a obras missionárias nas mesmas terras que outros cristãos, especialmente hoje em dia, conhecer os problemas e os frutos que, para o seu apostolado, se originam do ecumenismo» (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº10, p. 138).

pastoral de hoje». O Concílio quer com esta atitude demolir «o muro que separa a Igreja ocidental da oriental»<sup>465</sup>.

Do mesmo modo, o Decreto UR, no nº 24, pede aos fiéis que se abstenham de um zelo superficial ou imprudente «que possa prejudicar o verdadeiro progresso da unidade». Pelo contrário, os fiéis estão chamados a fazer um trabalho ecuménico pleno e católico, isto é, que seja fiel à verdade apostólica que a Igreja sempre professou ao longo dos tempos. O texto diz ainda que o Concílio deseja que se promovam e se desenvolvam iniciativas conjuntas entre os católicos e os irmãos separados e que «não se ponham obstáculos aos caminhos da Providência» nem «se prejudiquem os futuros impulsos do Espírito Santo». No final deste número, é dito que o propósito de reconciliar todos os cristãos reunidos «na unidade de uma só e única Igreja de Cristo excede as forças e a capacidade humana» e, por isso, os padres conciliares colocam a esperança na oração de Cristo pela Igreja<sup>466</sup>.

### 3.2 - O ecumenismo espiritual

O ecumenismo espiritual foi um dos temas mais desenvolvidos no período anterior ao II Concílio do Vaticano, quer pelo Movimento Ecuménico, quer também por alguns católicos<sup>467</sup>. Recordemos aqui a figura do padre Paul Couturier, um dos pioneiros que mais trabalhou por um ecumenismo espiritual.

Diz o Decreto UR, no nº7 que, para haver um verdadeiro ecumenismo, é necessário que haja uma conversão interior, isto é, uma nova forma de ver, de julgar, de apreciar, que é o mesmo que dizer: uma nova visão da fé ou uma conversão do coração<sup>468</sup>. Só a partir de uma «renovação da mente» é possível destruir os obstáculos à unidade e construir pontes de diálogo entre os cristãos. Neste sentido, o texto pede que se implore ao Espírito Santo «a

---

<sup>465</sup> «Tendo ponderado tudo isso, este sagrado Concílio renova o que foi declarado pelos sagrados Concílios anteriores e também pelos Pontífices Romanos: para restaurar ou conservar a unidade, é preciso “não impor nenhum outro encargo além do necessário” (At 15, 28). Veementemente deseja também que, nas várias instituições e formas de vida da Igreja, se envidem todos os esforços para uma gradual concretização desta unidade, principalmente pela oração e pelo diálogo fraternal em torno da doutrina e das necessidades mais urgentes do ministério pastoral de hoje» (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº18, p. 141).

<sup>466</sup> «Este sagrado Concílio exorta os fiéis a absterem-se de qualquer zelo superficial ou imprudente que possa prejudicar o verdadeiro progresso da unidade. Com efeito, a sua ação ecuménica não pode ser senão plena e sinceramente católica, isto é, fiel à verdade que recebemos dos Apóstolos e dos Padres, e conforme à fé que a Igreja católica sempre professou (...). Este sagrado Concílio deseja insistentemente que as iniciativas dos filhos da Igreja católica juntamente com as dos irmãos separados se desenvolvam; que não se ponham obstáculos aos caminhos da Providência; que não se prejudiquem os futuros impulsos do Espírito Santo. Além disso, declara estar consciente de que o santo propósito de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja de Cristo excede as forças e a capacidade humana. Por isso, coloca inteiramente a sua esperança na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai para conosco e na virtude do Espírito Santo»: CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº24, p. 144.

<sup>467</sup> Cf. F. RODRIGUEZ CARRAPUCHO, “Capítulo II: Práctica del ecumenismo”, pp. 393-394.

<sup>468</sup> Cf. F. RODRIGUEZ CARRAPUCHO, “Capítulo II: Práctica del ecumenismo”, p. 394.

graça da sincera abnegação, humildade e mansidão em servir», bem como cultivar uma «fraterna generosidade para com os outros», que não é outra coisa do que viver a caridade cristã:

«Não há verdadeiro ecumenismo sem conversão interior. É que os anseios de unidade nascem e amadurecem a partir da renovação da mente, da abnegação de si mesmo e da libérrima efusão da caridade. Por isso, devemos implorar do Espírito divino a graça da sincera abnegação, humildade e mansidão em servir, e da fraterna generosidade para com os outros. “Portanto - diz o Apóstolo das gentes - eu, prisioneiro no Senhor, vos rogo que vivais de modo digno da vocação a que fostes chamados, com toda a humildade e mansidão, com paciência, suportando-vos uns aos outros em caridade, e esforçando-vos solícitamente por conservar a unidade do Espírito no vínculo da paz»<sup>469</sup>.

Assim o homem ecumênico, consciente que é chamado a viver uma renovação da mente, é convocado a viver três tipos de abertura: a abertura a Deus pela obediência à vocação da unidade, a abertura a si mesmo através da própria «abnegação» e a abertura aos irmãos pela prática da caridade fraterna<sup>470</sup>.

O mesmo número prossegue dizendo que, para levar a cabo o trabalho da unidade entre os cristãos, os mesmos devem-se esforçar por viver segundo o Evangelho, pois uma vida configurada com Deus, que é unidade, será mais facilmente vivida em fraternidade uns com os outros. Os cristãos unidos à Trindade, quanto «mais íntima» for essa união, mais «facilmente conseguirão aumentar a fraternidade mútua»<sup>471</sup>.

A juntar à conversão interior e à procura da santidade de vida, o Decreto UR não deixa de referir a prioridade e a importância da oração pela unidade na vida dos cristãos, pois é desejo de Jesus que isso aconteça. O texto conciliar faz referência ao costume da oração pela unidade, afirmando que «é lícito e até desejável que os católicos se associem aos irmãos separados na oração». A oração é dos vínculos «pelos quais ainda estão unidos» os cristãos. Contudo, não é lícita a *communicatio in sacris*, isto é, a comunicação no sagrado, nas coisas sagradas, que o mesmo é dizer que não é lícita a participação comum na celebração dos sacramentos. Não é pela *communicatio in sacris* que se vai obter «indiscriminadamente» a restauração da unidade<sup>472</sup>.

---

<sup>469</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, n<sup>o</sup>7, p. 136.

<sup>470</sup> Cf. SANCHEZ VAQUERO, J., *Ecumenismo. Manual de formación ecuménica*, 151.

<sup>471</sup> «Lembre-se todos os cristãos de que tanto melhor promoverão e até realizarão a união dos cristãos quanto mais se esforçarem por levar uma vida mais pura, de acordo com o Evangelho. Porque, quanto mais unidos estiverem em comunhão estreita com o Pai, O Verbo e o Espírito Santo, tanto mais íntima e facilmente conseguirão aumentar a fraternidade mútua» (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, n<sup>o</sup>7, p. 137).

<sup>472</sup> «É coisa habitual entre os católicos reunirem-se frequentemente para aquela oração pela unidade da Igreja que o próprio Salvador pediu ardentemente ao Pai, na vigília de sua morte: “Que todos sejam um” (Jo 17, 21). Em algumas circunstâncias peculiares, como por ocasião das orações prescritas “pro unitate” e em reuniões

O texto colocou esta cláusula, pois cada confissão cristã, nos atos de serviço oficial, faz a sua profissão de fé. Essa profissão de fé contém algumas diferenças doutrinárias, por isso a participação poderia causar algum escândalo. Por exemplo, se algum membro de uma outra comunidade cristã participasse numa Missa católica e, porventura, comungasse do pão, estaria a validar a ação sacramental, que a sua comunidade não tem por válida<sup>473</sup>. Por isso, o Decreto tem esta preocupação. Este apontamento já vinha referido em 1949 pela Instrução *Ecclesia Catholica*.

A conversão interior, a vivência da santidade de acordo com o Evangelho e a fidelidade à oração pela unidade, todas em conjunto constituem o chamado ecumenismo espiritual: «Esta conversão do coração e esta santidade de vida, juntamente com as orações particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem ser tidas como a alma de todo o movimento ecuménico, e com razão podem ser chamadas ecumenismo espiritual»<sup>474</sup>.

### 3.3 - A importância do conhecimento mútuo

Uma outra das orientações recomendadas pelo Decreto UR é a importância do conhecimento mútuo entre os cristãos. Uma vez que a separação ao longo de tantos anos causou necessariamente um corte nas relações, por sua vez aumentou o fosso entre as Igrejas e comunidades eclesiais<sup>475</sup>. Neste sentido, este conhecimento mútuo terá que passar pelo conhecimento da doutrina e da história religiosa, da vida espiritual, litúrgica e também cultural. Assim diz o nº9 do Decreto:

«É preciso conhecer a mente dos irmãos separados. Para isso, necessariamente se requer um estudo, a ser feito segundo a verdade e com ânimo benévolo. Católicos devidamente preparados devem adquirir um melhor conhecimento da doutrina e história, da vida espiritual e litúrgica, da psicologia religiosa e da cultura própria dos irmãos»<sup>476</sup>.

Este conhecimento mútuo implica um esforço no estudo de certas matérias teológicas. Recordemos aqui que o Papa Bento XV, ao criar o Instituto Oriental, e depois o Papa Pio XI,

---

ecuménicas, é lícito e até desejável que os católicos se associem aos irmãos separados na oração. Tais preces comuns são certamente um meio muito eficaz para impetrar a unidade. São uma genuína manifestação dos vínculos pelos quais ainda estão unidos os católicos com os irmãos separados. (...) Todavia, não é lícito considerar a *communicatio in sacris* como um meio a ser aplicado indiscriminadamente na restauração da unidade dos cristãos» (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº8, p. 137).

<sup>473</sup> Cf. M. NICOLAU, *Decreto do Ecumenismo do Concílio Vaticano II: texto e comentário teológico e pastoral*, pp. 85-86.

<sup>474</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº8, p. 137.

<sup>475</sup> Cf. M. NICOLAU, *Decreto do Ecumenismo do Concílio Vaticano II: texto e comentário teológico e pastoral*, 91.

<sup>476</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº9, p. 137.

ao incentivar este mesmo Instituto, estavam a querer promover este conhecimento dos irmãos separados, embora estivesse orientado para os cristãos orientais.

Assim, para se promover o estudo de certas matérias teológicas, o texto conciliar refere que é preciso que haja «peritos» na matéria, de modo a promover-se um diálogo verdadeiro e também, no caso católico, a expor-se mais claramente a fé. Esta nota conciliar não é nova, a Instrução *Ecclesia Catholica* já tinha referido. Mas vejamos o texto do Decreto:

«Muito ajudam para isso as reuniões de ambas as partes para tratar principalmente de questões teológicas, onde cada parte deverá agir de igual para igual, contanto que aqueles que, sob a vigilância dos superiores, nelas tomam parte mais claramente saibam qual é a situação real da Igreja católica. Por esse caminho se conhecerá outrossim melhor a mente dos irmãos separados e a nossa fé lhe será mais aptamente exposta»<sup>477</sup>.

A propósito disto, o Decreto UR já tinha feito menção no nº 4, quando definiu o que entendia por movimento ecuménico. Afirmava que através do diálogo teológico, «estabelecido entre peritos competentes», todos adquiriam um conhecimento mútuo mais verdadeiro e uma maior compreensão da doutrina. Ao mesmo tempo que contribuiria para uma colaboração mais ampla, tendo «em vista o bem comum»<sup>478</sup>.

### **3.4 - A exposição da fé: princípio da «hierarquia das verdades»**

Por fim, apresentamos esta orientação que o Decreto UR definiu como essencial no modo de formular e apresentar a fé católica: o princípio da hierarquia das verdades da fé. Logo em 1965, o teólogo luterano Óscar Cullmann disse tratar-se de uma das passagens mais revolucionárias no âmbito do diálogo ecuménico e que viria a ser, como testemunhou mais tarde, marcante no próprio diálogo, pois ajudou a atenuar o conflito doutrinal<sup>479</sup>.

Então sublinha o texto no nº 11 que há uma «ordem ou “hierarquia” das verdades» da doutrina católica, quando se comparam as doutrinas no âmbito do diálogo ecuménico. Para o Concílio, a formulação da doutrina católica não pode «transforma-se em obstáculo para o diálogo com os irmãos»:

---

<sup>477</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº9, p. 137.

<sup>478</sup> «(...) o “diálogo” estabelecido entre peritos competentes. (...) Com este diálogo, todos adquirem um conhecimento mais verdadeiro e um apreço mais justo da doutrina e da vida de cada Comunhão. Então estas Comunhões conseguem também uma mais ampla colaboração em certas obrigações que a consciência cristã exige em vista do bem comum» (CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº4, p. 134).

<sup>479</sup> Cf. C. IZQUIERDO, “La «jerarquia de verdades»: su recepción en el ecumenismo y en la teología”, in *Scripta Theologica* (44) 2012, Pamplona, p. 435.

«O modo e o método de formular a doutrina católica de forma alguma devem transforma-se em obstáculo para o diálogo com os irmãos. É absolutamente necessário que toda a doutrina seja exposta com clareza. (...) Ademais, no diálogo ecuménico, os teólogos católicos, sempre fiéis à doutrina da Igreja, quando investigarem juntamente com os irmãos separados os divinos mistérios, devem proceder com amor pela verdade, com caridade e humildade. Na comparação das doutrinas, lembrem-se que existe uma ordem ou “hierarquia” das verdades da doutrina católica, já que o nexos delas com o fundamento da fé cristã é diferente»<sup>480</sup>.

Este número 11 é fruto do contributo de alguns padres conciliares, que viam a necessidade de olhar para uma ordem nas verdades da fé na exposição da doutrina<sup>481</sup>. Andrea Pangrazio, bispo de Gorizia, foi um dos que mais contribui nesta reflexão, ao afirmar na aula conciliar que não era suficiente no diálogo ecuménico enumerar de modo quantitativo e acumulativo os meios institucionais da salvação, mas que se deveria destacar a vinculação que existem entre eles e o seu centro<sup>482</sup>. Com esta afirmação, está a querer-se sublinhar que existe um centro que é comum a todos os cristãos: «Este vínculo e este centro unificador é o mesmo Cristo, ao qual todos os cristãos confessam como Senhor da Igreja»<sup>483</sup>. Neste sentido, era necessário que no discernimento da unidade se encontrasse a «ordem hierárquica que existe entre as verdades reveladas, pelas quais se expressa o mistério de Cristo e os elementos constitutivos da Igreja»<sup>484</sup>. O bispo Andrea Pangrazio afirma que o reconhecimento de uma «hierarquia das verdades» supõe que existem verdades pertencentes à «ordem do fim» e outras verdades que pertencem à «ordem dos meios de salvação»<sup>485</sup>.

O teólogo Walter Kasper diz-nos que as verdades «à ordem do fim» são os enunciados da fé (a confissão da ação salvífica de Deus em Jesus por ação do Espírito Santo), que depois são enriquecidas pela reflexão teológica e as verdades «à ordem dos meios da salvação»

---

<sup>480</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, nº11, p. 138.

<sup>481</sup> Quando o esquema provisório foi apresentado a 23 de setembro de 1964, este número não continha a expressão - «hierarquia das verdades». No entanto, até chegar-se a este ponto, a expressão passou por um desenvolvimento entre a primeira sugestão e o texto definitivo, graças ao contributo de alguns padres conciliares, destacando-se três: Salomón Ferraz, bispo de Eleuterno, no Brasil, o dominicano Dumont, e o bispo Andrea Pangrazio, bispo de Gorizia, na Itália. A comissão redactora recolheu as diferentes sugestões e afirmou que se deveria observar a recta ordem dos valores cristãos, segundo o qual nem todas as verdades da fé ocupam o mesmo lugar. Foi assim que o princípio entrou no corpo do texto conciliar (Cf. C. IZQUIERDO, *La «jerarquia de verdades»: su recepción en el ecumenismo y en la teología*, p. 439).

<sup>482</sup> O. H. PESCH, *La “jerarquia de las verdades” y la praxis ecuménica*, in *Concilium* (291) 2001, p. 386.

<sup>483</sup> A. PANGRAZIO cit. in C. IZQUIERDO, *La «jerarquia de verdades»: su recepción en el ecumenismo y en la teología*, p. 436.

<sup>484</sup> C. IZQUIERDO, *La «jerarquia de verdades»: su recepción en el ecumenismo y en la teología*, in *Scripta Theologica* (44) 2012, p. 436.

<sup>485</sup> «Hay verdades que pertenecen al *orden del fin*, como el misterio de la Santísima Trinidad, de la Encarnación del Verbo y de la redención, del amor y de la gracia de Dios hacia la humanidad pecadora, de la vida eterna en la consumación del reino de Dios, y otras verdades. Pero hay también verdades que pertenecen al *orden de los medios de salvación*, por ejemplo, la verdad de que los sacramentos son siete, la verdad de la estructura jerárquica de la Iglesia, la verdad de la sucesión apostólica, y otras verdades» (A. PANGRAZIO cit. in O.H. PESCH, *La “jerarquia de las verdades” y la praxis ecuménica*, in *Concilium* (291) 2001, p. 386).

tratam-se das formas de mediação da salvação, como por exemplo os sacramentos e os ministérios<sup>486</sup>. Todavia, estas verdades vêm acompanhadas pelas verdades paradigmáticas ou tipológicas. Tratam-se dos dogmas marianos, que exprimem verdades de modo simbólico, exemplar e tipológico. Quer dizer que, a virgindade e maternidade de Maria integram no seu conjunto verdades cristológicas, assim como o dogma da Imaculada Conceição e da Assunção de Maria ao Céu apontam para horizontes eclesiológicos e escatológicos<sup>487</sup>.

Porém, apesar de não ter entrado no texto conciliar esta distinção entre as verdades, foi desde o princípio consensual na aula conciliar que as verdades da fé não estão todas no mesmo plano, ou seja, que o seu peso ou importância dependem da sua ligação específica com o mistério de Cristo e da história da salvação. Todas as verdades da fé giram em torno de um centro ou de um fundamento, que é Jesus Cristo, e assim não são colocadas umas ao lado das outras. A partir deste núcleo, o acontecimento de Jesus Cristo, é que dimanam e convergem todas as verdades da fé. Os dogmas marianos, em cima mencionados, não são aceites por algumas Igrejas e Comunidades eclesiais, por exemplo, mas estão totalmente ligados às verdades cristológicas, que não existem por si só mas dependem desse núcleo fundamental<sup>488</sup>. Por isso, é importante junto dos outros cristãos, com verdade e caridade, como diz no nº11, explicar o sentido da afirmação dessas verdades que só são verdades porque dimanam do núcleo essencial.

Assim neste sentido, para podermos entender corretamente o significado desta intuição conciliar – «hierarquia das verdades» – é necessário pensá-la numa compreensão qualitativa, isto é, a verdade define-se quanto ao seu conteúdo, que é o mesmo que dizer, conforme ao seu relacionamento com o núcleo da fé, em vez da compreensão quantitativa da verdade. Portanto, quando se afirma que há uma «hierarquia das verdades» não se está, simplesmente, a dizer que há uma soma de enunciações individuais das verdades da fé, mas antes um todo estruturado<sup>489</sup>. Como disse Walter Kasper, quem confessa Deus em Jesus Cristo, reconhecendo a obra de salvação, dirigida a todos os homens, confessa a plenitude da fé cristã e não apenas uma parte dela<sup>490</sup>.

Depois é importante realçar que este princípio da «hierarquia das verdades» não divide as verdades em mais ou menos verdadeiras. A distinção que se faz entre as verdades não tem a ver com valor da verdade, mas com o seu significado, importância ou peso do que é

---

<sup>486</sup> Cf. KASPER, W, *Introdução à fé*, Livraria Telos Editora, Porto, 1972, p. 104.

<sup>487</sup> Cf. KASPER, W, *Introdução à fé*, p. 106.

<sup>488</sup> Cf. W. KASPER, *Introdução à fé*, p. 246.

<sup>489</sup> Cf. W. KASPER, *Introdução à fé*, p. 102.

<sup>490</sup> Cf. W. KASPER, *Introdução à fé*, p. 102.

essencial da fé<sup>491</sup>. Neste sentido, o fundamental da fé, que é o mistério de Jesus Cristo, é a realidade onde repousa a fé cristã, que dele depende intrinsecamente.

O que esta intuição conciliar desafia é a necessidade de haver uma explicação mais correta e mais profunda das verdades da fé, «corrigindo deficiências e superando limitações aí existentes»<sup>492</sup>. A grande interpelação que esta intuição conciliar faz é a procura de uma consciência crítica, ou seja, há que reconhecer que existem verdades da fé que são «essenciais para a autenticidade do ser cristão»<sup>493</sup>.

Também, podemos dizer que há uma «hierarquia “existencial” das verdades da fé», ou seja cada cristão vive a sua fé segundo uma determinada (mais consciente ou menos consciente) hierarquia das verdades», devido aos diferentes focos dados a cada verdade ao longo do percurso histórico em cada Igreja e Comunidade eclesial<sup>494</sup>.

Assim um desafio que este número do Decreto UR vem colocar é a necessidade de se olhar primeiro para aquilo que une do que para aquilo que separa. Quanto às prioridades da fé e a prática, cada Igreja e Comunidade eclesial está chamada a formular, segundo a sua tradição, o que tem por essencial da fé, isto é, os elementos que são irrenunciáveis da autenticidade do ser cristão<sup>495</sup>. Por exemplo, a afirmação da virgindade de Maria *post partum*, que não é consensual para alguns cristãos, não deverá impedir a comunhão desejada.

No domínio da missão, por exemplo, em particular nas sociedades secularizadas, estabelecer uma «hierarquia das verdades» pode ser útil, como desafio de credibilidade do anúncio cristão. Num caminho conjunto é necessário discernir o que é fundamental para que o testemunho seja comum. Este é um desafio de credibilidade e de sobrevivência da mensagem<sup>496</sup>, como testemunha S. João no seu Evangelho: «para que todos sejam um só, como Tu, Pai, estás em mim e Eu em ti; para que assim eles estejam em Nós e o mundo creia que Tu me enviaste» (Jo 17, 21).

---

<sup>491</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *A recepção como realidade e tarefa ecuménica*, Edições Didascália, Lisboa, 1993, p. 252.

<sup>492</sup> J. E. B. de PINHO, *A recepção como realidade e tarefa ecuménica*, p. 251.

<sup>493</sup> J. E. B. de PINHO, *A recepção como realidade e tarefa ecuménica*, p. 253.

<sup>494</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *A recepção como realidade e tarefa ecuménica*, p. 252.

<sup>495</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *A recepção como realidade e tarefa ecuménica*, p. 254.

<sup>496</sup> Cf. J. E. B. de PINHO, *A recepção como realidade e tarefa ecuménica*, p. 254.

## Conclusão

Com o presente trabalho procurámos refletir sobre a atitude da Igreja católica perante as dinâmicas do Movimento Ecuménico moderno que, no início do século XX, se apresenta como meio de encontro e diálogo entre os cristãos de várias Confissões. O nosso objetivo não foi esgotar o tema, antes quisemos apresentar os principais passos dados pela Igreja católica nos caminhos do ecumenismo moderno.

Percebemos que a preocupação pela vivência da unidade entre os cristãos esteve presente desde os primeiros cismas na Igreja, embora tomasse diferentes acentuações em vários momentos da história. Em termos gerais pode considerar-se que a divisão da Cristandade denunciava os cristãos e, por sua vez, a própria credibilidade da mensagem estava também posta em causa, pois eles não estavam a ser fiéis a Jesus Cristo, que tinha pedido a unidade para a sua Igreja: «para que todos sejam um só, como Tu, Pai, estás em mim e Eu em ti; para que assim eles estejam em Nós e o mundo creia que Tu me enviaste. Eu dei-lhes a glória que Tu me destes, de modo que sejam um, como Nós somos Um» (Jo 17, 21).

É nos finais dos séculos XIX e na primeira metade do século XX que, no meio protestante, começou a desenvolver-se uma consciência ecuménica crescente, no sentido da restauração da unidade entre os cristãos. Este amadurecimento da consciência surgiu devido a vários fatores que impulsionaram o encontro e o diálogo entre diversas Confissões, tais como: a presença das diferentes tradições religiosas nas terras de missão, colocando novas dificuldades e impasses no seu trabalho de evangelização, em nome de diferentes visões e Igrejas de Cristo; a nova forma de vida das sociedades modernas, que juntavam nas cidades pessoas de diferentes credos e onde se desenvolvam novas formas de religiosidade, a par do desenvolvimento dos processos de secularização e formas de laicidade; as associações e os movimentos internacionais de jovens cristãos que se congregavam em grupos interconfessionais, com o intuito de favorecer o conhecimento mútuo e de propor novas respostas em nome do cristianismo; as vozes proféticas de muitos cristãos que acreditavam ser possível reverterem a situação em que se encontrava a Cristandade ocidental; mas também a evolução política das sociedades, com a necessidade de união entre os cristãos em face de poderes e regimes totalitários e a procura de paz e de uma nova ordem mundial depois da II Guerra Mundial.

É assim que surge e se desenvolve o chamado Movimento Ecuménico moderno, como ponto de chegada de muitas iniciativas particulares ou de grupo, que profetaram logo um encontro a nível mundial - o encontro de Edimburgo em 1910. Daqui saíam outros movimentos importantes, tais como o Conselho Internacional das Missões, o Movimento

«Vida e Ação» ou «Cristianismo Prático» e o Movimento «Fé e Constituição», onde cada um procurou desenvolver o trabalho ecuménico segundo as suas particularidades. Pouco tempo depois, sentiu-se a necessidade de constituir-se um órgão que representasse o conjunto das Igrejas no seio da realidade internacional- foi assim que nasceu em 1948, em Amesterdão, o Conselho Ecuménico das Igrejas, constituindo-se plenamente só em 1961, em Nova Deli, e que ainda hoje existe.

A nível oficial a Igreja católica assistia ao desenrolar destas iniciativas ecuménicas mantendo-se numa posição de exterioridade, pois olhava para eles com desconfiança e numa atitude de auto-suficiência. Segundo a conceção tridentina, um movimento que surgia fora das suas fronteiras não podia ter a sua validação. As feridas da separação verificada nos alvares da modernidade ainda estavam bastante visíveis e a Igreja católica sentia-se incapaz de participar nas assembleias ecuménicas promovidas pelos «cristãos heréticos dissidentes», afirmando que eram responsáveis pelo estado da separação dos cristãos. Por isso, a Igreja católica adotou inicialmente uma atitude oficial refratária, mantendo-se distante dos encontros ecuménicos.

Ao mesmo tempo que a Igreja católica adotava oficialmente esta atitude perante o Movimento Ecuménico moderno, surgiam, no seu seio, algumas vozes apoiantes do ecumenismo. Foram muitas as personalidades que desde cedo, perceberam a importância em contribuir para a reconstrução da unidade perdida e, por isso, defendiam a participação da Igreja católica nas assembleias ecuménicas, pois só a partir do encontro e do diálogo conjunto seria possível reverter o que consideravam ser o escândalo da divisão.

Estas personalidades foram pioneiras na causa ecuménica dentro do catolicismo, sendo oriundos de determinados países e meios culturais e religiosos onde a divisão dos cristãos e das Igrejas era uma realidade vivida e um problema sentido. Assim, mostrando uma grande sensibilidade para com esta problemática, demonstraram com o seu testemunho, que o diálogo era possível, que as feridas de séculos de separação poderiam ser saradas, desde que houvesse empenho e disponibilidade. O contributo destas personalidades abriu a via do diálogo num plano de igualdade, favorecendo a própria consolidação das bases ecuménicas dentro do catolicismo.

Pudemos ver ao longo do trabalho o contributo desses pioneiros ecuménicos. As figuras do padre Fernand Portal e do cardeal Mercier na relação com o anglicanismo, nas chamadas Conversações de Malines, suscitaram debates teológicos que incentivaram o conhecimento mútuo, bem como contribuíram para o próprio aprofundamento da fé entre as duas Igrejas. A figura incontornável do padre Paul Couturier, que propôs o «ecumenismo espiritual» como caminho para a reconciliação, pois para ele não haveria verdadeira

abordagem ecuménica sem conversão e renovação. Foi ele que deu um impulso à Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, um ar fresco, propondo uma nova visão e alterando a intenção da oração pela unidade, ou seja, rezar pela unidade segundo a vontade de Deus e não segundo a vontade dos Homens.

A par destas iniciativas, desenvolveu-se também um trabalho ecuménico através da reflexão teológica, como foi o caso marcante do padre dominicano Yves Congar. Foi ele que escreveu a primeira obra católica acerca do ecumenismo moderno - *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*. Defende que o ecumenismo deve fazer parte da vida de qualquer cristão, para que se possa reconhecer em cada um deles, a verdade e os dons de Deus, ou seja, é necessário valorizar nos outros cristãos o que neles há de fundamental: a sua adesão a Jesus Cristo. E é dos primeiros a reconhecer a ação do Espírito Santo no Movimento Ecuménico. Já aqui encontramos alguns dos elementos que seriam desenvolvidos no II Concílio do Vaticano. Por fim, o cardeal Agostinho Bea, presidente do Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos, que às portas do II Concílio do Vaticano, desempenhou um papel fundamental no acolhimento e no início dos diálogos da Igreja católica com o Conselho Ecuménico das Igrejas. Para ele as dificuldades relativamente ao restabelecimento da unidade não deviam impedir o trabalho ecuménico, sublinhando primeiramente os pontos em comum.

Não menos importantes, do que estes exemplos, são também outras iniciativas que se desenvolveram sobretudo em países onde o catolicismo convivia com a presença de outras Confissões cristãs, como foi o caso da Fraternidade *Una Sancta* na Alemanha, bem como o nascimento de alguns centros de ecumenismo que foram surgindo em diversos países europeus (*Chevetogne* na Bélgica, *Centro Istina* e *Centro San Ireneo* na França, o Instituto *Johann-Adam Möhler* na Alemanha e a Conferência Católica Internacional para as Questões Ecuménicas, criada pelo holandês Monsenhor Johannes Willebrands).

Estas iniciativas levadas a cabo pelos que foram considerados pioneiros, por vezes não foram bem compreendidas por muitos católicos, que os criticaram e, algumas vezes, até os atacaram e acusaram de modernistas. A própria posição do magistério nem sempre se mostrou favorável a essas iniciativas e encontros ocasionais, embora alguns deles os incentivassem, mas sempre numa atitude de reserva e de alguma desconfiança. Podemos dizer que a atitude oficial da Igreja católica não foi homogénea, mas evoluiu ao longo de todo o processo, até uma posição de valorização do ecumenismo.

Neste período de análise do nosso estudo, tivemos a oportunidade de olhar para os seis pontificados que a Igreja conheceu: Pio X, Bento XV, Pio XI, Pio XII, João XXIII e Paulo VI. A atitude adotada em cada pontificado teve várias acentuações. Os Papas foram dando maior

atenção e aprendendo a lidar com o Movimento Ecuménico, que se apresentava forte e coeso num mundo em transformação. A recusa inicial do magistério perante o ecumenismo moderno, foi um facto. No entanto, não podemos afirmar que a Igreja católica, ao adotar essa atitude, não pretendesse a unidade, pois afirmar isso seria errado. O próprio posicionamento oficial da Igreja católica foi, pois, evoluindo e procurando respostas. Essa evolução foi sendo moldada pela própria realidade do mundo e pelas exigências da tarefa missionária no mundo moderno.

A Igreja católica procurou sempre reconstruir a unidade com os outros cristãos, porém a unidade que a Igreja católica defendia e procurava era exclusivamente o regresso dos cristãos separados ao seio da Igreja Romana, considerando que foram eles que se separaram, logo seriam eles que tinham que voltar ao seio da Igreja Mãe. Vimos esta ideia exposta em alguns textos do magistério, mas de modo singular na encíclica *Mortalium animos* de Pio XI. O Papa Pio XI tornou-se assim no Pontífice que mais claramente formulou uma posição doutrinal de condenação do Movimento Ecuménico, em função da visão eclesiológica então prevalecente no seio do catolicismo. Por outro lado, vários Papas procuraram uma aproximação com os cristãos orientais, nomeadamente o Papa Bento XV que desenvolveu algumas iniciativas importantes, como a criação da Congregação para a Igreja Oriental e do Instituto Oriental, considerados dois gestos ecuménicos de grande relevo. No pontificado do Papa Pio XII, a Igreja católica percebeu que não podia continuar a ignorar a importância do ecumenismo à escala mundial e a possível contribuição das diversas Igrejas para a construção de uma nova ordem internacional. Foi a partir daqui que a Igreja católica sentiu a necessidade de abertura e de uma maior aproximação ao Movimento Ecuménico, tal qual foi definida na Instrução *Ecclesiae Catholica*, embora mantendo algumas precauções.

Só a partir do pontificado de João XXIII e de Paulo VI, quando a Igreja católica realizou o II Concílio do Vaticano, é que se confirmaram oficialmente os primeiros sinais de abertura ao ecumenismo moderno. A própria realidade do mundo colocava e exigia novos desafios. O II Concílio do Vaticano foi uma reflexão da Igreja católica acerca de si mesma e da sua missão no mundo moderno e foi, no âmbito desta reflexão eclesiológica que foi possível avançar decididamente no tema do ecumenismo. Todo trabalho realizado de consciencialização e oração pelo ecumenismo, de aproximação entre Igrejas e de reflexão teológica entretanto desenvolvida, pode frutificar. O II Concílio do Vaticano surge assim como o culminar de um longo caminho realizado pela Igreja católica na sua consciência ecuménica e na valorização do Movimento Ecuménico. Com o Concílio foi inaugurado uma nova era ecuménica.

O Decreto do Ecumenismo - *Unitatis Redintegratio* - tornou-se assim num ponto de viragem neste processo de mudança fundamental da Igreja católica, no qual a problemática ecuménica se inscreve. Nele são apresentados os principais pontos de mudança: a avaliação positiva do Movimento Ecuménico Moderno, o reconhecimento que os outros cristãos são irmãos pelo Batismo e a afirmação de que as outras Igrejas e Comunidades eclesiais têm carácter salvífico. Ainda o mesmo documento apresenta algumas orientações fundamentais na prática ecuménica, das quais destacamos: o ecumenismo como algo que pertence a toda a Igreja; a prioridade de um ecumenismo espiritual; a importância de um conhecimento mútuo; e o princípio da «hierarquia das verdades» aquando da exposição da fé com os outros cristãos. Neste espírito de renovação, que o Concílio procurou viver, a Igreja católica pretendeu assim apresentar uma nova fundamentação relativamente à prática do ecumenismo.

Como conclusão, podemos afirmar que o caminho percorrido paulatinamente pela Igreja católica, entre o pontificado do Papa Pio X e o pontificado do Papa Paulo VI, foi um caminho de conversão, conversão a partir da realidade do mundo e da vida da Igreja, em função do apelo evangélico à união em Cristo. A Igreja percebeu que era fundamental a sua renovação interior e, por isso, essa renovação passaria pelo cuidado com a unidade cristã, expressão da sua fé trinitária e condição de credibilidade do anúncio do Evangelho no mundo moderno. A Igreja tomara consciência que o diálogo ecuménico colocava desafios ao apostolado católico e, por isso, não podia continuar indiferente aos apelos à unidade. Perante os dinamismos ecuménicos modernos, que já tinham entrado na própria Igreja católica, a hierarquia da Igreja não podia adiar por mais tempo uma nova atitude de adesão. É verdadeiramente uma conversão, porque a inicial atitude refratária relativamente ao Movimento Ecuménico transforma-se numa atitude de acolhimento e de participação. Considerando o Movimento Ecuménico obra do Espírito Santo, a Igreja católica coloca-se numa nova atitude de reconhecimento dos desígnios de Deus, trabalhando para a reunião dos seus filhos dispersos. Por isso, sente-se também chamada e enveredar por este caminho, ou melhor, sente-se parte dele.

Terminamos com uma reflexão mais pessoal, afirmando que só a partir do reconhecimento das diferenças e do diálogo se pode construir laços entre aquilo que une os cristãos, como também ultrapassar os preconceitos e as incompreensões que impedem o estabelecimento de relações de uns com os outros. A partir do diálogo, a diversidade tem lugar na unidade. A partir do diálogo é possível construir a paz, trabalhar por um mundo melhor, valorizando a dignidade de cada pessoa e a unidade do género humano. Juntos podem trilhar-se caminhos de unidade, mesmo quando tal parece ser impossível. Nunca devemos esquecer, como nos testemunha o Evangelho, «a Deus nada é impossível» (Lc 1, 37).

## Fontes e Bibliografia

### 1. Fontes

BÍBLIA SAGRADA, Difusora Bíblica, 4º edição, Fátima, 2002.

#### 1.1 - Textos do magistério

BENEDICTI PP. XV, *Litterae Apostolicae de oratione ad populos Orientis Christianos cum Ecclesia iungendos (Cum Catholicae Ecclesiae)*, in *AAS* 8 (1916), 137-140.

BENEDICTI PP. XV, *Litterae Encyclicae de Sacra Scriptura et S. Hyeronimo (Spiritus Paraclitus)*, in *AAS* 12 (1920), 385-422.

BENEDICTI PP. XV, *Motu Proprio Dei Providentis*, in *AAS* 9-I (1917), pp. 529-531.

BENEDICTI PP. XV, *Motu Proprio Orientis Catholici*, in *AAS* 9-I (1917), pp. 531-533.

BENTO XV, *Romanorum Pontificum*, in [http://w2.vatican.va/content/benedict-xv/it/briefs/documents/hf\\_ben-xv\\_briefs\\_19160225\\_romanorum-potificum.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xv/it/briefs/documents/hf_ben-xv_briefs_19160225_romanorum-potificum.html), acedido em 19 de junho de 2017.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre o Ecumenismo (Unitatis Redintegratio)*, Editorial A.O., Braga, 11ª edição, 1987, pp. 131-144.

JOÃO XXIII, “Constituição Apostólica *Humanae Salutis*”, in *O pensamento da Igreja*, Volume III: “O Concílio Vaticano II”, Livraria Moraes Editora, Lisboa, 1962.

JOÃO XXIII, “Ad Petri Cathedram”, in *Encíclicas de S. S. João XXIII*, Volume I [Coleção Encíclicas, Série A], Livraria Moraes Editora, Lisboa, 1960, 23.

JOÃO XXIII, “Discurso inaugural do Concílio”, in *O pensamento da Igreja*, Volume III: “O Concílio Vaticano II”, Livraria Moraes Editora, Lisboa, 1962.

JOÃO XXIII, *Alocuzione del Santo Padre con la quale annuncia il Sinodo Romano e il Concilio Ecumenico*, in [http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1959/documents/hf\\_j-xxiii\\_spe\\_19590125\\_annuncio.html](http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1959/documents/hf_j-xxiii_spe_19590125_annuncio.html), acedio em 2 de novembro de 2017.

PAULO VI, *Discurso inaugural da segunda sessão do Concílio*, in [http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19630929\\_concilio-vaticano-ii.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630929_concilio-vaticano-ii.html), acedido em 13 de dezembro de 2017.

PAULO VI, *Ecclesiam suam*, União Gráfica, Lisboa, 1964.

PIUS PP.X, *Epistola ad Archiepiscopos Orientales (Ex quo nono)*, in *AAS* 3 (1911), 117-121.

PIO XI, *Mortalium animos*, in [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19280106\\_mortalium-animos.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html), acedido em 2 de novembro de 2017.

PIO XII, *Mystici Corporis*, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1961.

SANTO OFÍCIO, Instrução “Ecclesia Catholica”, cit. in M. VILLAIN, *Introdução ao Ecumenismo*, pp. XIII-XXI.

## **1.2 - Textos de autores trabalhados**

BEA, A., *A unidade da Igreja*, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1964.

CONGAR, Y., *Chrétiens Désunis: Principes d'un «œcuménisme» catholique*, Les Éditions du Cerf, Paris, 1937.

CONGAR, Y., *Ensaio ecuménico: o movimento, os homens, os problemas*, tradução do original por Rita Veiga, Editorial Verbo, Lisboa, 1984.

CONGAR, Y., *Verdadera y falsa reforma en la Iglesia*, Tradução do original por Luis Rubio Morán, Ediciones Sígueme, 2ª edição, Salamanca, 2014.

CONGAR, Y., *Aspects de L'Œcuménisme*, Office Général du Livre, Paris, 1962.

## **1.3 - Periódicos**

*L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Italiana, Ano CIV, nº5, (07-08.01.64).

*L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Italiana, Ano CV, nº283, (08.12.65).

*L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Italiana, Ano CVIII, nº265, (17.11.68).

*L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Italiana, Ano CVX, nº75, (01-02.04.75).

*L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XXXVII, nº31, (05.08.06).

*L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XXXIX, nº3, (19.01.08).

*L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XXXIX, nº4, (26.01.08).

*L'OSSERVATORE ROMANO*, Edição Portuguesa, Ano XLVIII, nº42, (19.10.17).

## **2. Estudos**

BAUM, G., *L'unité Chrétienne: d'après la doctrine des papes de Léon XIII a Pie XII*, tradução do original inglês por André Renard, Les Éditions Du Cerf, Paris 1961.

BIOT, F., “O Ecumenismo em França”, in Documentatie Centrum Concilie, *Os cristãos a caminho da unidade: temas conciliares (III)*, tradução elaborada por Fernando Monteiro Livraria Morais Editora, , Lisboa 1965, pp. 196-217.

BOEGNER, M., *L'Exigence Œcuménique (Souvenirs et perspectives)*, Albin Michel, Paris, 1968.

BOSCH, J., *Para comprender el ecumenismo*, Verbo Divino, Estella, 1991.

BOTELLA CUBELLS, V., “La Espiritualidad del Ecumenismo según Yves Congar y Juan Bosch”, in *Pastoral Ecuémica* 86 (2012), 57-70.

BOYER, C., *Unità Cristiana e Movimento Ecumenico*, Editrice Studium, Roma, 1955.

COUTINHO, B. X., “O Movimento Ecuménico e a Igreja Católica”, in *Estudos Teológicos: Eclesiologia e Ecumenismo*, Semanas Portuguesas de Teologia, Gráfica de Coimbra, 1967.

DIAS, Z., “O Movimento Ecuménico: história e significado”, in *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião* (2010), Juiz de Fora, pp. 127-163.

GEAUSAU, V., “O Ecumenismo na Igreja Católica” in Documentatie Centrum Concilie, *Os cristãos a caminho da unidade: temas conciliares (III)*, tradução por Fernando Monteiro, Livraria Morais Editora, Lisboa 1965, pp. 9-48.

GRATIEUX, A., GUITTON, J., *Trois serviteurs de l'unité chrétienne: le Père Portal, Lord Halifax, Le Cardinal Mercier*, Les Éditions du Cerf, Paris, 1937.

GRINGS, D., *Vitalidade do Cristianismo no século XX*, Editora Vozes, Petrópolis, 1978.

GURTNER, R., “Un pionero del diálogo ecuménico contemporáneo: Fernand Portal”, in *Vincentiana* 45, n.2, art.23, 2001, Paris, pp. 1-11.

IGARTUA, J. M., *La esperanza ecuménica de la Iglesia*, Vol. I, BAC, Madrid, 1970.

IGARTUA, J. M., *La esperanza ecuménica de la Iglesia*, Vol. II, BAC, Madrid, 1970.

ISERLOH, E., “La reforma protestante impulsada por los príncipes alemanes”, in JEDIN, H. (Org.), *Manual de História de la Iglesia*, Vol. V, “Reforma, Reforma Católica y Contrarreforma”, Editorial Herder, Barcelona, 1972, pp. 419-424.

ISERLOH, E., “El movimiento ecuménico”, in JEDIN, H. y REPGEN, K. (Orgs.), *Manual de História de la Iglesia*, Vol. IX, “La Iglesia mundial del siglo XX”, Editorial Herder, Barcelona, 1984, pp. 663-684.

IZQUIERDO, C., “La «jerarquía de verdades»: su recepción en el ecumenismo y en la teología”, in *Scripta Theologica* (44) 2012, Pamplona, pp. 435-461.

JOASSART, B., “Le Cardinal Mercier, l’Église et la Grande Guerre, in *Nouvelle Revue Théologique* (139) 2017, pp. 462-466.

KASPER, W., *Caminos hacia la unidad de los cristianos. Escritos de Ecumenismo I*, Sal Terrae, Maliaño, 2014.

KASPER, W., *Introdução à fé*, Livraria Telos Editora, Porto, 1972.

LANGA AGUILAR, P., “La Espiritualidad Ecuménica en Paul Couturier y Julián García Hernando” in *Pastoral Ecuménica* 88 (2012), pp. 73-84.

LAVEILLE, MGR., *Le Cardinal Mercier : archevêque de Malines (1851-1926)*, Editions Spes, Paris, 1929.

LEGRAND, H., “Yves Congar (1904-1995) : une passion pour l’unité. Note sur ses intuitions et son herméneutique œcuménique, à l’occasion du centenaire de sa naissance”, in *Nouvelle Revue Théologique* (126) 2004, pp. 529-554.

MICHALON, A., *A unidade dos Cristãos*, tradução de Armando Cardoso dos Reis, Edições Paulistas, Lisboa, 1968.

NICOLAU, M., *Decreto do Ecumenismo do Concílio Vaticano II: texto e comentário teológico e pastoral*, tradução de José Vicente e José Martins, Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1966.

O’MALLEY, J. W., *Historia de los papas: desde Pedro hasta hoy*, Sal Terrae, Santander, 2011.

PESCH, O. H., *La “jerarquía de las verdades” y la praxis ecuménica*, in *Concilium* (291) 2001, pp. 379-996.

PINHO, J. E. B. de., *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011.

PINHO, J. E. B. de, *A recepção como realidade e tarefa ecuménica*, Edições Didascália, Lisboa, 1993.

PINHO, J. E. B. de., “O Concílio Vaticano II e o Ecumenismo”, in *Lumen* 52 (1991), pp. 267-270.

RODRIGUEZ, P., *Iglesia y ecumenismo*, Ediciones Rialp, Madrid, 1979.

RODRIGUEZ CARRAPUCHO, F., “Capítulo II: Práctica del ecumenismo”, in *Diálogo Ecuménico* - 40 años del Decreto Conciliar *Unitatis Redintegratio*. Evocación histórica y perspectiva de futuro, T. 34, n°s 124-125 (2004), pp. 384-415.

ROUQUETTE, R., “El Concilio Vaticano II” [vol.XXVIII], in A. FLICHE y V. MARTIN (org.), *Historia de la Iglesia: de los orígenes a nuestros días*, Edicep, Valencia, 1978.

SANCHEZ VAQUERO, J., *Ecumenismo: Manual de formación ecuménica*, Ed. Centro Ecumenico Juan XXIII, Salamanca, 1971.

SESSBOUÉ, B., *L'Église et les Églises: la conversion catholique à l'œcuménisme*, Médiaspaul Éditions, Médiaspaul, 2013.

SOARES, F., “O diálogo ecuménico enquanto diálogo com o «outro»”, in *Comunicação & cultura*, (11) 2011, pp. 65-77.

TAVARD, G., *Ecumenismo: história e perspectivas actuais*, Editorial Missões, 1962.

TOBIN, G., *O Bom Papa. Criação de um santo e recriação da Igreja: a história de João XXIII e do Concílio Vaticano II*, Lucerna, Cascais, 2014.

VERCRUYSSE, J. E., *Introducción a la Teología Ecuménica*, tradução de Jesús Bengoechea, Editorial Verbo Divino, Estella, 1993.

VERCRUYSSE, J. E., “Ecumenismo”, in *Dicionário de Teologia Fundamental*, dirigido por René Latourelle y Rino Fisichella, San Pablo, 1992.

VILLAIN, M., *Introdução ao Ecumenismo*, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1962.

VILLAIN, M., “A segunda sessão do concílio e o diálogo ecuménico”, in *Igreja e Missão*, pp. 144-170.

WOLFF, E., *Vaticano II: 50 anos de ecumenismo na Igreja católica*, Paulus, 2014.

WOLFF, E., “O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II”, in *Atualidade Teológica* (39) 2011, pp. 403-428.

ZARAGÜETA BENGOCHEA, J., *El concepto católico de la vida según el Cardenal Mercier*, Espasa-Calpe, 2ª edição, Madrid, 1941.

### **3. - Sítios Consultados**

AGÊNCIA ECCLESIA: <http://agencia.ecclesia.pt/noticias/dossier/ii-concilio-do-vatica-no-cardeal-bea-um-pioneiro-do-ecumenismo/>, acedido em 26 de agosto de 2017.

CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS: <http://www.oikoumene.org/es>, acedido em 5 de janeiro de 2018.

GROUPE DES DOMBES: <http://www.groupedesdombes.org/>, acedido em 12 de setembro de 2017.

INSTITUTO JOHANN-ADAM MÖHLER: <http://www.moehlerinstitut.de/en/institute/history>, acedido em 11 de agosto de 2017.

INSTITUTO ECUMÉNICO DE BOSSEY: <http://institute.oikoumene.org/fr>, acedido em 5 de janeiro de 2018.

MONASTERE DE CHEVETOGNE: <https://www.monasteredechevetogne.com>, acedido em 1 de agosto de 2017.

# Índice

Introdução.....	5
-----------------	---

## **PARTE I - Gênese e desenvolvimento do Movimento Ecuménico**

1-As origens do Movimento Ecuménico.....	7
1.1 - Divisão da cristandade e consciência ecuménica .....	8
1.2 - Emergência e consolidação do Movimento Ecuménico .....	12
2-A Conferência de Edimburgo (1910) e o Movimento Ecuménico.....	15
2.1 - Conselho Internacional das Missões.....	17
2.2 - Movimento «Vida e Ação» ou «Cristianismo Prático» .....	18
2.3 - Movimento «Fé e Constituição».....	20
3- Formação do Conselho Ecuménico das Igrejas (CEI).....	21
3.1 - A Constituição do Conselho Ecuménico das Igrejas .....	24
3.2 - A organização e ação do Conselho Ecuménico das Igrejas .....	25

## **PARTE II - O posicionamento Católico em face do Movimento Ecuménico**

1- Iniciativas e Instituições relevantes .....	28
1.1 - Do Oitavário de Oração pela Unidade da Igreja à Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos .....	29
1.2 - As Conversações de Malines.....	35
1.3 - A Fraternidade «Una Sancta».....	40
1.4 - Centros de Ecumenismo.....	43
2- Os pioneiros católicos nas questões ecuménicas.....	48
2.1 - A missão do padre Fernand Portal.....	50
2.2 - A espiritualidade do cardeal Mercier .....	54
2.3 - O «ecumenismo espiritual» do padre Paul Couturier .....	57
2.4 - O pensamento ecuménico de Yves Congar.....	59
2.5 - A visão ecuménica do cardeal Agostinho Bea .....	65

3-Posições oficiais do Magistério .....	69
3.1 - Pontificados dos Papas Pio X e Bento XV.....	71
3.2 - Pontificado do Papa Pio XI .....	77
3.3 - Pontificado do Papa Pio XII.....	82
3.4 - Pontificado do Papa João XXIII.....	88

### **PARTE III - O II Concílio do Vaticano e o Ecumenismo**

1- A renovação da Igreja católica e a unidade dos cristãos.....	94
2- Mudança fundamental da atitude da Igreja católica .....	100
2.1 - Avaliação positiva do Movimento Ecuménico .....	103
2.2 - O reconhecimento dos outros cristãos como «irmãos no Senhor».....	104
2.3 - O significado salvífico das Igrejas e Comunidades eclesiais .....	106
3- Algumas orientações fundamentais na atitude ecuménica.....	108
3.1 - O ecumenismo: prática de toda a Igreja.....	109
3.2 - O ecumenismo espiritual.....	110
3.3 - A importância do conhecimento mútuo .....	112
3.4 - A exposição da fé: princípio da «hierarquia das verdades».....	113
 Conclusão .....	 117
Fontes e Bibliografia.....	122